

FRANCESCHINA VILARDO

*Este exemplar corresponde à
redação final do texto defendido
pela Sra. Franceschina Vilarde
e aprovada pela Comissão Julgadora.
Campinas, 3 de março de 1986.
Sônia M. Duarte*

A BURGUESIA CAFEIEIRA PAULISTA
E A POLÍTICA ECONÔMICA NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Tese de Mestrato apresentada
ao Departamento de Ciências
Sociais, do Instituto de Fi
losofia e Ciências Humanas
da Universidade Estadual de
Campinas.

CAMPINAS

1986

UNICAMP

Dedico este trabalho
ao Guido, meu companheiro,
à Conceição e Francesco, meus pais

AGRADECIMENTOS

Quero expressar, de modo especial, meus agradecimentos ao profº Sérgio Silva que leu o trabalho em toda a sua extensão. Mesmo discordando de minha hipótese básica, encaminhou suas críticas de forma construtiva estimulando o aprofundamento das questões suscitadas. Creio ser uma das raras pessoas que leva a sério o ofício de formar pesquisadores.

Agradeço também as críticas e sugestões de Armando Boito Junior, Carlos Estevam Martins, Eduardo Kugelmam, Sydney Solís Fernandes que em muito beneficiaram a elaboração dessa dissertação.

A mestra e orientadora Sonia Miriam Draibe minha gratidão pelo seu incentivo e paciência com alguém que se iniciava no árduo caminho da pesquisa acadêmica.

Ao Guido Mantega não agradeço. Só uma profunda relação de amor pode explicar seu empenho em toda essa trajetória. Só me resta reconhecer que sem sombra de dúvida o que há de melhor neste trabalho pertence aos dois.

Fico grata às bibliotecárias do Instituto Brasileiro do Café (IBC) que com eficiência me forneceram um valioso material de pesquisa.

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo seu suporte financeiro durante a elaboração da tese.

Í N D I C E

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO I

CONSOLIDAÇÃO DA ECONOMIA CAFEIRA

1. O percurso dos fazendeiros fluminenses	1
2. O avanço dos fazendeiros paulistas	17
3. O Encilhamento: uma nova política econômica	23
4. Consequências do Encilhamento para a Economia Caffeira Paulista	39
4.1. Fazendeiros de Café	39
4.2. Grande Burguesia Caffeira	44
5. Restauração Liberal	47
5.1. Fazendeiros de Café.....	50
5.2. Burguesia Mercantil Internacional e Especulação ...	53
5.3. Grande Burguesia Caffeira	58

CAPÍTULO II

ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DOS FAZENDEIROS DE CAFÉ E INTERVENÇÃO ESTATAL

1. Associações de Classe, Congressos e Partidos	62
2. As Primeiras Tentativas de Intervenção do Estado	74
3. Convênio de Taubaté.....	78
4. Primeira Política de Valorização do Café	88
4.1. Controvérsias sobre a Primeira Valorização	107
5. Segunda Política de Valorização do Café	120
6. Terceira Política de Valorização do Café	134
7. Defesa Permanente do Café	149
8. Resultados das Políticas de Valorização	169

BIBLIOGRAFIA

INTRODUÇÃO

A burguesia cafeeira paulista foi um dos principais protagonistas da História Brasileira no período da Primeira República. Ela esteve envolvida nas lutas e nos episódios decisivos que levaram à derrubada do Estado Imperial e à montagem do Estado Republicano. Coube a ela papel de destaque no aparelho de Estado (a nível federal e estadual), na elaboração da política econômica, enfim na organização política do país.

Diversas análises contribuíram para a compreensão da dinâmica da sociedade brasileira dessa época. Umas enfatizando a disputa entre as oligarquias regionais pelo controle do poder central (o Governo Federal), e a contradição entre os setores dominantes e dominados no interior de cada economia agro-exportadora (café, borracha, açúcar). Enquanto outras realçaram o antagonismo entre a nascente burguesia industrial e a economia agro-exportadora, aliada ao imperialismo.

O objetivo dessa dissertação é analisar um ângulo dessa dinâmica, usualmente relegado a segundo plano na literatura especializada. Trata-se de examinar a luta travada no interior da burguesia cafeeira paulista entre os seus diversos segmentos constitutivos, o que, a meu ver, é fundamental para a compreensão da política econômica da época, implementada pelo Estado. Embora se trate de uma burguesia mercantil, a questão básica a ser discutida neste trabalho é o desempenho de sua fração agrária, os fazendeiros de café, na condução das atividades cafeeiras, ao longo da Primeira República.

Parto do ponto de vista de que a burguesia cafeeira paulista se caracterizou, desde a sua formação até sua lenta decadência no pós-30, pela unidade e conflito entre seus diferentes segmentos, os fazendeiros, os proprietários das empresas ferroviárias, os comissários, os exportadores, os importadores, os bancos nacionais e estrangeiros. Enquanto uns valorizavam seu capital primordialmente na órbita da produção, outros o faziam principalmente nas demais atividades que compunham a economia cafeeira.

Sob essa ótica procurei analisar a especificidade de cada momento da trajetória da economia cafeeira paulista, desde sua gênese, na segunda metade do século passado, até seu apogeu na década de 20, concluindo que as principais políticas cafeeiras da Primeira República, ou seja, as operações de valorização e a defesa permanente eram reivindicações dos fazendeiros de café, e resultaram de pressões e lutas muitas vezes em oposição aos demais segmentos da oligarquia cafeeira.

Para entender melhor a unidade contraditória da burguesia cafeeira paulista, convém iniciar explicitando algumas conotações dadas à noção de economia cafeeira paulista.

Boris Fausto defende a idéia de que a concentração das diferentes atividades econômicas da Primeira República, em áreas geográficas definidas, propiciou a formação no país de uma estrutura regional de classes. As oposições inter-regionais detinham maior importância do que as divisões setoriais no interior da classe dominante (burguesia agrária, comercial e industrial) (1). Assim, o complexo cafeeiro paulista expressaria uma relativa indiferenciação de funções e interesses no seu interior. Para exemplificar Boris Fausto compara o complexo cafeeiro paulista com a indústria da

(1) FAUSTO, Boris, Pequenos Ensaios de História da República: 1889-1945, São Paulo, Cadernos Cebrap nº 10, Ed. Cebrap, 1972, p. 5.

carne na Argentina, onde se verificava uma acentuada divisão entre os produtores de gado (os criadores) e os frigoríficos, dando origem a interesses por vezes opostos e a uma constituição de grupos diferentes segundo tais interesses. Não apenas a Sociedade Rural Argentina foi palco de seguidas lutas entre estes grupos pelo seu controle, como, em particular, os frigoríficos, sob controle estrangeiro, estiveram sujeitos aos ataques dos criadores, dos operários e dos consumidores em geral. Não é por acaso que o tema da expropriação dos frigoríficos surgiu em vários momentos da história argentina do período.

Já no Brasil e em especial no caso da economia cafeeira paulista essas diferenças de interesse entre grandes produtores, comissários, exportadores e banqueiros não chegaram a se manifestar com a mesma clareza e distinção na opinião de Boris Fausto. Embora o comércio exportador fosse progressivamente controlado pelos grandes centros internacionais - em 1913, entre as quinze maiores firmas exportadoras de Santos só havia duas brasileiras - as firmas estrangeiras estariam sofrendo apenas ataques esporádicos, sem continuidade. Os discursos do senador e fazendeiro paulista Alfredo Ellis durante a Primeira República, criticando o comércio exportador, teriam sido meras manifestações isoladas e excepcionais na ótica de Boris Fausto, e não se comparariam em profundidade e repercussão às denúncias de Lisandro de La Torre contra os frigoríficos, no Congresso Argentino, em 1935. Boris Fausto atribuiu essa escassa articulação das diferenças no seio da burguesia do café a duas razões principais: a) à frequente concentração de funções nas mãos dos mesmos agentes econômicos, que seriam a um tempo grandes fazendeiros, banqueiros e comissários; b) à inexistência de uma pressão efetiva da massa de pequenos fazendeiros e meeiros, que poderia levar à formação de um grupo de produtores

oposto aos demais (1). Nessa noção de "complexo exportador" defendida por Boris Fausto, as distintas frações ligadas ao complexo cafeeiro apresentar-se-iam como um só bloco de interesses políticos.

Sem negar a identidade de interesses em relação a uma série de aspectos, a meu ver esse ponto de vista encobre as divergências que coexistem no interior da economia cafeeira paulista. Em seu artigo sobre o Estado Oligárquico da Primeira República Sonia Draibe (2) chama a atenção para o fato de que o primeiro passo para se entender como se organiza e se reproduz o sistema de dominação que nasce com a República, consiste em analisar a natureza da fragmentação e articulação dos interesses dominantes no interior de cada complexo, ou seja, é necessário explicitar como os interesses dominantes se opõem e se aproximam no quadro das economias agro-exportadoras.

Aliás em outro trabalho o próprio Boris Fausto, defensor da indiferenciação entre os setores dominantes, aponta para a necessidade de se romper o círculo de constatações sobre a Primeira República, verdadeiras mas insuficientes pela sua generalidade do tipo "Estado representante da burguesia do café", ou "país dominado pelas oligarquias regionais", pois tais constatações não explicitariam as fricções entre os grupos cafeeiros e as opções por determinadas políticas financeiras (3).

É verdade que não se trata ainda, na Primeira República, de frações autônomas de classe e menos ainda de frações nacionais de classe, na ausência de uma economia industrializada, conforme

(1) FAUSTO, Boris, op.cit., p. 5.

(2) DRAIBE, Sonia M., Notas preliminares sobre o Estado Oligárquico, s.d., mimeo, p. 1.

(3) FAUSTO, Boris, A Revolução de 1930, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1972, p. 10 e 11.

diz Liana Aureliano, mas discordo quando essa autora afirma que o relacionamento das classes com o Estado, nesse período, se deu através de blocos regionais pouco diferenciados (1).

Para se entender melhor os conflitos no seio da burguesia cafeeira é fundamental analisar seus vários segmentos que, embora interdependentes, muitas vezes formularam propostas de política econômica diferenciadas e até mesmo antagônicas.

Enquanto Boris Fausto trabalha com a noção de complexo cafeeiro, Sergio Silva (2) desenvolve o conceito de capital cafeeiro, que me parece mais adequado para analisar a questão porque admite uma certa diferenciação no interior da burguesia cafeeira. Segundo Sergio Silva, o processo de formação da burguesia cafeeira é o processo de transformações das plantações de café, a partir do século passado, com a introdução do trabalho assalariado, da mecanização no beneficiamento do café e a expansão da rede ferroviária. Mas a economia e os capitais cafeeiros não estão circunscritos apenas às plantações: "A transformação das plantações faz parte de um processo mais amplo e não pode ser corretamente explicado isoladamente. Em particular, a natureza capitalista dessas transformações e o desenvolvimento do capitalismo que tem por base a economia cafeeira não pode ser determinada unicamente ao nível das plantações"(3).

Assim, o capital cafeeiro desdobrava-se em diversas funções, apresentando, ao mesmo tempo, as características de capital agrário (na produção), de capital industrial (no beneficiamento), de capital bancário (no financiamento) e de capital comercial (no transporte e comercialização nos mercados externos). Ao analisar esses diversos aspectos do capital cafeeiro que se interpenetram e complementam, Sergio Silva destaca que eles são determinados pe

(1) AURELIANO, Liana M., No limiar da industrialização, p. 128 e 129.

(2) SILVA, Sérgio, Expansão Cafeeira e Origem da Indústria no Brasil, São Paulo, Ed. Alfa Omega, 1976.

(3) SILVA, Sérgio, op.cit., p. 60

las funções comerciais que, dessa maneira, dominam esse processo. Portanto, em seu conjunto a importância do capital cafeeiro está em ligação direta com a importância de suas funções comerciais(1).

Note-se, porém, que essas facetas do capital cafeeiro não correspondem necessariamente a frações autônomas ou a segmentos sociais diferenciados no seio da burguesia cafeeira. Na verdade para Sérgio Silva o fracionamento dava-se entre os grandes e médios capitais, sendo que estes constituíam a camada inferior da burguesia cafeeira, e definiam sobretudo uma burguesia agrária dedicada à produção, e cuja fraqueza (resultante do fraco desenvolvimento do capitalismo ao nível da produção) a aproximava de uma simples classe de proprietários de terra; enquanto os grandes capitais, que constituíam a camada superior da burguesia cafeeira, definiam fundamentalmente uma burguesia comercial, ocupados tanto nas grandes plantações de café, quanto na sua comercialização(2). Portanto nesses termos o capital cafeeiro representa a unidade das duas formas de capital (agrário e comercial) sob a dominação do segundo. Rigorosamente falando, esclarece ele, a distinção capital agrário e capital comercial representam, nesse contexto, mais uma distinção teórica do que uma distinção de fato, uma vez que os grandes fazendeiros são também os grandes comerciantes.

A preponderância do capital comercial deve-se, em primeiro lugar, ao fraco desenvolvimento das relações capitalistas no Brasil, e, em segundo lugar, ao papel desempenhado pelo Brasil na divisão internacional do trabalho de mero exportador de produtos primários, tendo de realizar a acumulação sobretudo no mercado externo, subordinando o processo à comercialização e criando uma forte dependência do mercado mundial.

(1) SILVA, Sérgio, op.cit., p. 61.

(2) Idem, p. 61.

Segundo essa ótica, a sociedade brasileira da Primeira República era dominada pela burguesia cafeeira, que era sobretudo uma burguesia comercial, e, que, em vista da realização externa da acumulação brasileira estava atada por laços de dependência ao capital imperialista, não apenas pelo caráter externo da realização, como também devido ao predomínio da lógica da acumulação comercial no chamado complexo cafeeiro.

Mesmo aceitando a idéia de que o capital mercantil (quer nacional ou estrangeiro) imprimia a sua marca ao processo de acumulação cafeeira, isso não significa o domínio absoluto e imutável no tempo dos comissários, das casas de exportação, dos bancos e do capital financeiro internacional, em detrimento do segmento produtor, ou seja dos fazendeiros. Ainda reconhecendo os laços de dependência que atavam as atividades cafeeiras aos interesses do imperialismo, pode-se identificar, no contexto sócio-econômico brasileiro do final do século passado e início do século XX, a emergência e consolidação dos fazendeiros de café enquanto força política que vão se tornando um setor chave da economia cafeeira, com um poder político e econômico maior do que costumeiramente se lhe atribue, principalmente no confronto com o imperialismo. Assim a fração agrária do café foi capaz de acumular forças ao longo de décadas e passou a influenciar os rumos do processo econômico, conforme será analisado ao longo deste trabalho.

Também para Flávio Saes (1) o conceito de capital cafeeiro só pode ser utilizado para definir aquela economia que, a partir do processo de transformação das plantações de café, gera um complexo econômico com múltiplas funções, ao mesmo tempo interde

(1) SAES, Flávio A. M., A Grande Empresa de Serviços Públicos na Economia Cafeeira (um estudo sobre o desenvolvimento do grande capital em São Paulo) 1850-1930, Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo, 1979.

pendentes e contraditórias. Segundo ele o capital cafeeiro paulista se divide entre o grande capital, formado pelo grande fazendeiro, que logo de início também atuou no setor ferroviário e com o desenvolvimento deste penetrou em outros ramos (bancário, comercial de importação e exportação e de serviços públicos), e o médio capital formado pelo pequeno e médio fazendeiro, dedicado essencialmente à lavoura.

Saes identifica três momentos no desenvolvimento do capital cafeeiro. O primeiro vai de 1850 até mais ou menos o final da década de oitenta do século passado, quando se verifica a convergência de interesses entre o pequeno e médio capital de um lado e o grande capital de outro. O constante crescimento da produção de café significava imediatamente um aumento de receitas para as empresas ferroviárias, dada a maior quantidade de café transportado. Em contrapartida os fazendeiros se sentiam cada vez mais estimulados a investir no cultivo do café em função das facilidades de escoamento de sua produção, além de outros fatores favoráveis.

O segundo momento, que ocorre entre a última década do século passado e vai até a Primeira Guerra Mundial, marca o início do divórcio entre grande e médio capital. Nesse período a conjuntura se mostra pouco propícia para a expansão das linhas das estradas de ferro e os grandes fazendeiros aprofundam sua participação em outros setores, como o comércio de importação e exportação, bancos e serviços urbanos (energia, transporte, etc.). Assim, sem necessariamente abandonar os investimentos na produção cafeeira, esses grandes fazendeiros vão concentrando a valorização de seu capital nas atividades externas à lavoura propriamente dita, dependendo mais diretamente de tarifas ferroviárias, taxas de juros, tarifas de energia e demais serviços por eles controlados que constituem custos para a lavoura. Dessa maneira vai se consolidan

do a grande burguesia cafeeira paulista, cuja acumulação não estava mais calcada nas condições favoráveis aos ganhos da lavoura. Daí em diante será comum encontrar-se os donos dessas empresas de transportes e serviços brigando por tarifas mais altas com os fazendeiros, e estes reivindicando a sua redução. Assim, uma vez rompida a unidade original da burguesia cafeeira, a grande burguesia passa a lutar por medidas de política cambial, tarifária e monetária que contrariam os interesses da média burguesia cafeeira.

Finalmente um terceiro momento se inicia com a Primeira Guerra Mundial e vai até o final da década de 20, quando ocorre o aprofundamento desse processo de diversificação do grande capital cafeeiro nacional e sua posterior desagregação, em grande parte devido à penetração de capitais estrangeiros em setores antes dominados por ele (1).

Esses e outros autores, como Thomas Holloway e Joseph Love, que analisaram as principais políticas cafeeiras do período, sugerem que a grande burguesia cafeeira e a burguesia mercantil internacional com forte influência no Governo Federal, teriam sido os artífices e principais beneficiários das políticas de defesa do café implementadas a partir do Convênio de Taubaté abocanhando a parte do leão dos lucros das valorizações, e deixando apenas as migalhas para os produtores. Nesse sentido, colocam os fazendeiros de café (pequenos e médios) numa posição secundária e totalmente caudatária da grande burguesia.

As conclusões da maioria desses autores, especialmente de Fausto e Holloway, de que teria havido uma vitória absoluta da grande burguesia cafeeira e da burguesia mercantil internacional na condução das políticas de valorização, em detrimento dos produtores de café, chocam-se com os seus próprios argumentos, que

(1) SAES, Flávio, op.cit., p. 338 e 379.

revelam a força e um certo grau de autonomia dos fazendeiros de café vis-à-vis ao setor mercantil interno e externo.

Na verdade procurarei demonstrar que a consolidação da economia cafeeira paulista, verificada ao longo da última década do século passado, vai produzir uma clivagem de posições e interesses entre, de um lado os que lutavam por medidas que garantissem concomitantemente a ininterrupta expansão da produção cafeeira, e a intervenção estatal na comercialização para sustentar os preços, e, de outro lado, os partidários do liberalismo, que achavam que a sorte do café deveria ficar nas mãos das leis do mercado.

Com a crescente tendência a superprodução de café verificada a partir da última década do século XIX, a grande burguesia cafeeira aliada com parte da burguesia mercantil internacional sugere a redução da produção pela lei da seleção natural, com a eliminação do excesso e dos produtores marginais. Ora coube à grande maioria dos fazendeiros de café defender sua produção e lutar ao longo de muitos anos pelas políticas de valorização do café, que de fato foram implementadas e marcaram a presença do Estado na comercialização do café, em benefício também dos produtores. Naturalmente, uma vez vitoriosas as propostas de valorização, foram devidamente assimiladas e incorporadas pela grande burguesia cafeeira, que redefiniu sua atuação de modo a tirar todo o proveito delas.

O fortalecimento dos fazendeiros de café não significou o fim da dependência do Brasil ao capital mercantil internacional, e menos ainda a eliminação da ingerência estrangeira nos negócios cafeeiros. Porém, alterara-se a correlação de forças entre esses parceiros com grandes vantagens para a acumulação interna. Se nos momentos de crise de superprodução a política econômica tivesse sido traçada de acordo com os interesses da grande burgue-

sia cafeeira e da burguesia mercantil internacional, os rumos do capitalismo brasileiro teriam sido outros, provavelmente com a exportação de uma maior parte da lucratividade dos negócios cafeeiros em detrimento da acumulação interna.

A hipótese do fortalecimento da fração agrária da burguesia cafeeira na Primeira República é aprofundada através da análise da formação da economia cafeeira paulista, precedida de uma comparação com a economia cafeeira do Vale do Paraíba (uma forma mais rudimentar de acumulação cafeeira), passando pela conjuntura do Encilhamento, que propiciou a primeira crise de superprodução de café, até as políticas de valorização e de defesa permanente do café. Esta investigação privilegiou o entendimento da especificidade de cada valorização, principalmente da primeira, mostrando como as várias operações significaram formas diferenciadas de intervenção estatal e de luta dos fazendeiros com a grande burguesia cafeeira, as demais classes sociais dominantes brasileiras e ainda com a burguesia estrangeira. São exemplos desses confrontos a discussão em torno das propostas de emissão, de política cambial, de política monetária, de empréstimos externos e de intervenção do Estado no processo de comercialização para solucionar as crises do café. Parto do princípio de que só se pode avaliar em profundidade a força política das classes e frações dominantes a partir da análise das políticas econômicas que elas conseguem implementar, resultantes das suas lutas políticas. Não basta entretanto mostrar que a política econômica da Primeira República reflete, em parte, as reivindicações da burguesia cafeeira como um todo, mas deve-se identificar qual das suas frações de classe consegue implementar melhor seus interesses específicos e por que meios.

Além disso procurei analisar, ainda que de forma suscinta, a relação entre algumas sucessões ao Governo Federal e ao Go-

verno do Estado de São Paulo com as políticas cafeeiras, apontando para as principais discussões no interior do Partido Republicano Paulista (PRP) o partido por excelência da burguesia cafeeira paulista.

Cabe aqui ressaltar que todas as operações de valorização tiveram um caráter transitório, que só será superado com a política de defesa permanente do café praticada a partir de 1924. Enquanto isso não ocorria, a cada nova crise de superprodução se colocava a necessidade de uma nova intervenção do Estado. Ao ser realizada a intervenção, os fazendeiros de café paulistas foram particularmente bem sucedidos no sentido de influenciar a condução das políticas econômicas em seu favor.

Portanto cabe discutir, nas páginas que seguem, os vários aspectos dessa engrenagem social e seu reordenamento através da relação entre os fazendeiros e os demais setores ligados ao comércio e ao financiamento, tanto nacionais, como estrangeiros e o papel que cada um deles desempenhou nesse processo.

O estudo das políticas de valorização na Primeira República será precedido por uma análise das origens dos fazendeiros de café do Vale do Paraíba, em meados do século XIX, e, por uma reconstituição de seu processo interno de diferenciação, para acompanhar a gênese e a natureza dos conflitos e convergências de interesses dos vários segmentos ligados à produção e comercialização do café. Essa digressão torna-se necessária para estabelecer um termo de comparação com a economia cafeeira do Oeste Paulista, o centro de minha análise a partir da década de 1870, porque é desta última que se consolidará a fração agrária, que se tornará um dos principais protagonistas da Primeira República.

C A P Í T U L O I

CONSOLIDAÇÃO DA ECONOMIA CAFEIEIRA

1. O percurso dos fazendeiros fluminenses

Até o final do século XVIII o café era uma mercadoria oriental pouco difundida, cuja produção concentrava-se no Ceilão e em Java. Porém, a entrada do Brasil no mercado e o barateamento do produto generalizou o consumo de café, tornando-o um bem de consumo mundial.

A região do Vale do Paraíba foi a principal responsável por essa expansão pois a partir de 1830 já era a maior produtora mundial de café (1), superando assim seus concorrentes orientais(2).

Deve-se ressaltar que a montagem da economia cafeeira fluminense foi obra principalmente do capital mercantil nacional. As fazendas mais significativas foram organizadas com os capitais transferidos diretamente das atividades mercantis, como o tráfico de escravos, o comércio de mulas, o capital usurário urbano, etc. Essas transferências de capital foram realizadas pelo comissário do que, além de atuar na comercialização, desempenhou papel fundamental no financiamento da produção de café, suprimindo a inexistência de um sistema bancário, público ou privado, ligado diretamente à atividade produtiva, e a incapacidade de auto-financiamento dos produtores. Ao comissário cabia, uma vez recebida a produção do fazendeiro, o preparo das ligas de diversos tipos de café, sempre atendendo as exigências da demanda externa, e a venda do produto ao exportador, ganhando uma comissão de 3% sobre o valor do café vendido.

(1) A produção de café da região do Vale do Paraíba só será superada por São Paulo em 1890, quando este Estado passa a ser responsável por mais de 50% da produção nacional.

(2) MELLO, J. M. Cardoso de, O Capitalismo Tardio, São Paulo, Brasiliense, 1982, p.56 e 57.

Na verdade o comissário não desempenhava apenas atividades comerciais e financeiras, mas interferia também na produção. Do momento em que selecionava determinados grãos, misturava os tipos diferentes de café e ensacava o produto, ele estava contribuindo para a criação da mercadoria-café, que se tornava pronta para o consumo somente depois de passar por essas manipulações. Portanto o comissário interfere no valor final do café e cumpre uma combinação de funções comerciais e produtivas.

Mais tarde, ao longo da década de 1850 e início dos anos 60, os fazendeiros de café do Vale do Paraíba foram beneficiados com a formação de um sistema bancário nacional (1) voltado para o fornecimento de crédito à lavoura. Nesse período foram criadas na praça do Rio de Janeiro 21 Casas Bancárias, o Banco Rural Hipotecário, o Banco Comercial e Agrícola (2) e o Banco do Brasil governamental, que atuava na linha dos empréstimos hipotecários e de repasse às Casas Bancárias que, por sua vez, emprestavam aos comissários e fazendeiros (3). Além de financiar a produção, as Casas Bancárias juntamente com os demais bancos nacionais controlavam as transações financeiras do comércio exterior.

Os fazendeiros recorriam a esses estabelecimentos de crêdito (de capital nacional) principalmente por meio dos comissários,

(1) O fim do tráfico internacional de escravos impulsionou a organização, ainda que precária, de um sistema bancário nacional, formado por Casas Bancárias e por bancos comerciais nacionais, cujo papel foi fundamental na economia cafeeira da região. Vide a respeito STEIN, Stanley, Grandeza e Decadência do Café, São Paulo, Brasiliense, 1961; MELLO, J. M. Cardoso de, op. cit.; TANNURI, Luiz Antonio, O Encilhamento, São Paulo, Hucitec-Funcamp, 1981; GRANZIERA, Rui Guilherme, A Guerra do Paraguai e o Capitalismo no Brasil, São Paulo, Hucitec, 1979.

(2) O Banco Comercial e Agrícola pertencia à família Teixeira Leite, proprietária de fazendas de café em Vassouras e de uma Casa Bancária. Vide a respeito STEIN, Stanley, op. cit., p. 285.

(3) STEIN, Stanley, op. cit., p. 288.

que desempenhavam a função de intermediários financeiros, pois obtinham empréstimos junto às Casas Bancárias, tanto para a formação da lavoura, quanto para o custeio da fazenda. Os comissários cobravam juros aos fazendeiros sobre tais adiantamentos que variavam entre 9 e 12% a.a. Entretanto, "ao que tudo indica, ao fazer o repasse do crédito bancário ao fazendeiro a taxa de juros era a mesma cobrada pelo banco à casa comissária" (1).

Dada a peculiaridade da implantação e do funcionamento da lavoura cafeeira, os fazendeiros necessitavam de um capital de giro bem maior do que o exigido por outras atividades agrícolas ou mesmo por algumas empresas industriais do mesmo porte. Na medida em que os fazendeiros só começavam a obter os frutos de seu investimento no mínimo quatro anos após o plantio (2), eram necessários para bancar os custos do empreendimento, por um período prolongado, recursos financeiros cada vez mais vultosos, os quais o comissário não possuía. Dessa forma as Casas Bancárias forneceram esse suporte financeiro, consolidando a posição do comissariado na economia cafeeira fluminense. Assim as relações entre o fazendeiro, o comissário e os bancos foram harmoniosas e complementares durante longo tempo (3).

Além dessas condições propícias de financiamento, os fazendeiros de café do Vale do Paraíba foram também incentivados pela evolução favorável dos preços externos do café no período. Somente entre 1857 e 1863 a cotação do café exportado passou de 18 para 27 mil réis a saca. Como consequência houve um aumento de di

(1) PEROSA, Roberto, "Comércio e financiamento na lavoura de café de São Paulo no início do século", em Revista de Administração de Empresas, nº 1, janeiro/março de 1980.

(2) O café é uma cultura permanente que exige um período relativamente longo para sua formação. As variedades de café produzem seus primeiros frutos somente no quarto ano, após o plantio, e, mesmo essa colheita inicial, é modesta. A lavoura é considerada formada e, em plena produção, apenas no seu quinto ou sexto ano de vida. Vide a respeito PEROSA, Roberto, op. cit., p.63.

(3) PEROSA, Roberto, op. cit., p. 66.

visas e a ampliação das plantações até 1863. Em 1865 o Rio de Janeiro era responsável por 86,4% da produção nacional de café.

Portanto a expansão da produção cafeeira fluminense foi em grande medida estimulada pelo desenvolvimento do capital mercantil nacional na praça carioca. Entretanto essa tendência foi acompanhada pelo avanço do capital estrangeiro sobre o comércio exportador e pelo crescimento acelerado dos bancos ingleses, que passaram a concorrer com os bancos nacionais pelo monopólio das transações financeiras do comércio exterior, levando as Casas Bancárias ao fechamento em 1864. Senão Vejamos.

A exportação de café, e também de outros produtos, era realizada, em meados do século XIX, principalmente por firmas estrangeiras. Em 1840 as companhias inglesas detinham cerca de metade das exportações de café, metade das de açúcar e mais da metade das de algodão, que eram os principais produtos da pauta de exportação brasileira. Esse predomínio inglês manteve-se também nas décadas sucessivas, a despeito da concorrência de alguns comerciantes norte americanos (nessa época os E.U.A. recebiam 47,3% de todo o café brasileiro exportado).

Uma das maiores casas exportadoras britânicas era a Phipps Brothers & Co., que aumentou o volume de sacas de café exportado de 94 mil em 1850 para meio milhão de sacas em meados de 1870 (1). Não obstante o comércio exportador ser o prato forte dessas empresas, estas dedicavam-se também ao comércio importador, o qual também dominavam. A E. Johnston Co., por exemplo, era em 1850 a maior importadora carioca de produtos de algodão, e mais tarde começou a importar motores para máquinas de beneficiar café, cimento, farinha, etc. Com o tempo, o comércio de importação foi parar nas mãos de outros estrangeiros, como os portugueses, alemães e nor

(1) GRAHAN, Richard, Grã-Bretanha e o Início da Modernização no Brasil, São Paulo, Brasiliense; 1973, p. 83.

te-americanos, embora a maior parte dos produtos continuasse vindo da Inglaterra, e os ingleses permaneceram no ramo exportador, além de se introduzirem no sistema bancário.

Os bancos ingleses iniciaram suas atividades na praça do Rio de Janeiro estimulados pelo desenvolvimento da cultura cafeeira (1). Entretanto a política desses bancos não se adaptava às necessidades correntes dos comissários, uma vez que não se dispunham a financiar a produção e não ofereciam empréstimos sobre safras futuras, conforme faziam as Casas Bancárias. Em contrapartida, os bancos ingleses movimentavam sobretudo as contas correntes das firmas estrangeiras, que eram as companhias de estradas de ferro inglesas, de serviços urbanos, as companhias construtoras de docas, as companhias de seguros (na década de 60 instalaram-se 12 companhias de seguro inglesas), e as casas de importação e exportação.

À medida em que os bancos ingleses começaram a controlar as transações financeiras do comércio exterior, instaura-se uma forte concorrência com os bancos nacionais. Aqueles retiram destes últimos a responsabilidade pela oferta interna de cambiais (2) que influíam na determinação da taxa cambial (3) e passam a ter o governo como grande cliente de divisas para saldar seus compromissos no exterior (4).

-
- (1) Os bancos ingleses já atuavam nas principais praças de exportação do Nordeste devido ao desenvolvimento das culturas do algodão, açúcar e outras.
 - (2) As cambiais representavam as divisas estrangeiras obtidas nas exportações que eram adquiridas pelos importadores.
 - (3) Quando o país recebe uma grande quantidade de divisas valoriza a sua moeda e eleva a taxa cambial. Quando há um período de baixa das exportações entram menos divisas no país, o que provoca uma queda cambial, desvalorizando a moeda.
 - (4) Os bancos ingleses compravam cambiais durante a alta cambial, quando elas custavam menos mil réis. Esse período coincidia com os meses de embarque para o exterior dos produtos brasileiros de exportação, e consequentemente com o momento de entrada de divisas no país. No restante do ano o movimento se invertia, os bancos estrangeiros passavam a ser os únicos ofertantes de divisas, e pressionavam o câmbio para baixo a fim de receber maior remuneração em moeda nacional. Quando o governo precisava saldar suas dívidas no exterior, necessitava de divisas e para isso recorria a nova rede bancária que controlava a oferta de cambiais. Assim os bancos ingleses procuravam baixar ainda mais a taxa cambial para cobrar mais mil-réis do forte comprador de divisas que era o governo. Nisto consistia o jogo cambial.

Dessa maneira, as Casas Bancárias e os demais bancos nacionais foram perdendo o controle das transações financeiras do comércio exterior para os Bancos Ingleses que, com suas filiais nas demais praças exportadoras do Nordeste, se beneficiavam também do desenvolvimento das culturas do açúcar e do algodão. A desvantagem dos bancos nacionais em relação aos seus congêneres estrangeiros é ilustrada pelo London Brazilian Bank, que operava sistematicamente com uma taxa de desconto 1% inferior até mesmo a taxa do Banco do Brasil (1).

O avanço dos bancos ingleses na estrutura do comércio exterior culminou com o fechamento em 1864 das Casas Bancárias, provocando uma crise de crédito sem precedentes na economia cafeeira. A falência do sistema bancário nacional, que respaldava a produção cafeeira, e sua substituição pelos bancos ingleses, que não forneciam crédito à agricultura, provocou a reorganização da economia cafeeira do Vale do Paraíba.

O desaparecimento das Casas Bancárias deixou os comissários sem a sua principal fonte de recursos para repassar aos fazendeiros. Mesmo assim eles continuaram fazendo a intermediação entre o fazendeiro e o exportador, e entre o fazendeiro e os bancos, mas numa conjuntura em que o capital estrangeiro passa a dominar o sistema bancário. Além disso, o próprio desenvolvimento das lavouras, com o crescimento da demanda no mercado internacional, exigia novos recursos para financiar a produção que os comissários tinham dificuldades em obter. Essa situação se agravou com o fim do tráfico de escravos que começou a eliminar uma das principais garantias patrimoniais dos fazendeiros para lastrear os empréstimos, que eram os próprios escravos.

(1) TANNURI, L. A., op. cit., p. 89.

Nessas circunstâncias, coube ao Estado Imperial dar uma resposta mais imediata à crise de 1864 no que tange aos interesses dos proprietários rurais. Destaca-se, em primeiro lugar, a nova Legislação Hipotecária de 1863 que ampliou o amparo à propriedade fundiária "vis-à-vis" aos seus credores. Essa lei e os seus decretos suplementares de 1865, criando sociedades de crédito rural, determinavam que nenhum empréstimo poderia ultrapassar a metade do valor da garantia oferecida pelo devedor hipotecário. Como o valor da propriedade costumava ser superestimado, quando o devedor não saldava seus compromissos e o prestamista conseguia a ordem de execução judicial, o devedor entregava sua propriedade, exigindo, porém, a restituição em dinheiro da metade do valor da mesma (já superestimado), criando sérios embaraços para o credor (1). Por isso dizia-se que essa lei hipotecária transformava, na prática, o devedor no credor de seus credores.

Em segundo lugar, a posição do Banco do Brasil de principal financiador da lavoura cafeeira foi reforçada pelo contrato que este celebrou com o Estado Imperial, em setembro de 1866, para a criação de um setor de hipotecas, com um fundo de 35 mil contos de réis, que também poderia ser utilizado na aquisição de apólices da dívida pública. Dessa forma, o Banco do Brasil tornava-se a maior fonte de empréstimos hipotecários do Império.

A contra partida dessa Legislação Hipotecária foi o estabelecimento de normas e prazos bem definidos para os contratos públicos realizados entre os bancos e os fazendeiros (2).

(1) STEIN, Stanley, op. cit., p. 289.

(2) Taunay exemplifica essa relação: as dívidas dos fazendeiros deveriam ser reembolsadas num prazo máximo de cinco anos com a taxa de juros entre 5 a 10% a ser paga semestralmente, obrigando-se o devedor a emitir letras liquidáveis a prazo fixo e com multa de 1%, caso o pagamento não se efetuasse a tempo. Além disso obrigava-se o devedor a consignar ao credor toda a produção de sua fazenda. Vide TAUNAY, Affonso d'Escagnolle, História do Café no Brasil, Rio de Janeiro, Departamento Nacional do Café, 1939, v.7, p.86.

Mesmo assim, essa legislação desagradava aos fazendeiros que se queixavam dos serviços onerosos cobrados pelos bancos e dos prazos exíguos que tornaram os financiamentos empréstimos de curto prazo (1).

Apesar das reclamações dos fazendeiros brasileiros, em nenhuma outra parte do mundo os plantadores de café gozavam de tantas garantias legais para explorar suas propriedades agrícolas, diz Van der Laerne (2) ao analisar a legislação hipotecária em vigor, estando protegidos de execuções precipitadas de dívidas, onde os bancos e os comissários estavam proibidos de adquirir as fazendas dos devedores cujas dívidas fossem muito inferiores ao valor global da fazenda.

Salientou Laerne que mesmo sendo rigorosas as cláusulas dos contratos do penhor agrícola elas não chegavam a ser severamente observadas, pois caso um fazendeiro se atrasasse ou não tivesse condição de pagar o credor, poderia recorrer a advogados que, mediante bons honorários, tratavam de negociar acordos com o credor, mediante renovação de parte da dívida, obtida com o reforço da garantia de uma segunda hipoteca (3).

Entretanto a nova legislação hipotecária, conjugada com o enfraquecimento do sistema bancário nacional e a necessidade de

(1) STEIN, Stanley, op. cit., p. 290. Ainda segundo Stein o serviço bancário era composto de juros de 9% a.a., e mais a amortização anual de 8%, com a completa amortização ao cabo de 6 anos.

(2) Van der Laerne foi um holandês que veio para o Brasil a mando de uma casa de exportação de café holandesa para fazer um estudo comparativo entre outro grande produtor de café que era Java, então colônia holandesa, e o Brasil. Seu trabalho citado por Taunay consistiu em acompanhar minuciosamente todos os passos dados pelo café em seu roteiro comercial, desde o momento em que deixa a fazenda, até o porto de embarque, quando passa para as mãos do exportador. Dessa maneira ele pretendeu identificar a cadeia de relações produtoras-comerciais-financeiras, envolvendo fazendeiros, ensacadores, comissários, bancos e exportadores, para ficar apenas nos seus elos mais importantes.

(3) TAUNAY, A.E., op. cit., vol. 7, p. 87. Van der Laerne observava que em Java as lavouras de café estavam sob o controle governamental, e o melhor café exportado (café tipo Java) pertencia a uma companhia holandesa que mantinha contrato com o Estado, regulando e monopolizando os preços do produto, o que lhes dava controle absoluto sobre os plantadores locais. Vide a respeito TAUNAY, A.E., op. cit., v. 7, p. 87.

recursos cada vez mais vultosos para o financiamento da produção geraram um descompasso entre os interesses dos fazendeiros e dos comissários. Estes, sentindo-se prejudicados pela legislação hipotecária que estaria beneficiando os fazendeiros apesar das aparências, passaram a reclamar junto ao Parlamento, exigindo maiores garantias no tocante aos imóveis hipotecados. Somente a 5 de outubro de 1885, 20 anos após a decretação da legislação hipotecária, conseguiram uma nova lei das execuções civis e comerciais, por meio da qual foram estabelecidas medidas que conferiam maior garantia aos credores com dispositivos mais claros para a rápida execução dos títulos comerciais (1).

De um modo geral os fazendeiros de café se saíram bem da crise de 1864, com uma nova legislação hipotecária a favorecê-los e novos empréstimos do Banco do Brasil substituindo o crédito das Casas Bancárias. Entretanto a Guerra do Paraguai (1865-70) trouxe novas oportunidades de aplicação financeira, que atraíram parte do capital dos fazendeiros do Vale do Paraíba, desviando-o de investimentos na lavoura. Trata-se dos títulos da dívida pública, que passaram a ser disputados não só pelos fazendeiros, como por todo o sistema bancário nacional que se formou após a crise de 1864. Mesmo depois da Guerra, o governo continuou captando recursos por meio desses títulos, que passaram a concorrer com os empréstimos hipotecários, menos seguros e rendosos que aqueles (2). Foi assim que as apólices imperiais tornaram-se familiares aos fazendeiros do Vale do Paraíba, que passaram a preferi-los aos demais títulos do mercado.

Com o término da Guerra de Secessão nos E.U.A. em 1870, houve um aumento do consumo e maior demanda pelos cafés brasilei-

(1) TAUNAY, A. E., op. cit., v. 7, p. 46.

(2) GRANZIERA, Rui, op. cit., p. 27.

ros, o que gerou uma nova fase de expansão dos preços externos do café até 1874. Assim a saca de café, que em 1870/71 era exportada por menos de 20 mil réis, passou a custar quase 40 mil réis em 1874/75 (1). Dessa forma nas safras 1874/75 e 1875/76 o Brasil obteve as maiores receitas de divisas provenientes do café até então conseguidas (13,5 milhões de libras em cada uma) o que contribuiu para a firmeza cambial do país (2).

Ora, justamente essas divisas possibilitaram o lastreamento de novas emissões de títulos da dívida pública, a atrair os investidores.

Nessas circunstâncias, até os bancos nacionais passaram a comprar esses papéis, fazendo com que tais títulos compusessem cada vez mais os ativos bancários. Parte do capital privado dos fazendeiros, comerciantes e banqueiros encontrava-se seguro e acautelado sob a dívida pública (3).

Neste contexto de alternância entre o estímulo às aplicações financeiras e as fases de alta de preços do café, constata-se que a produção cafeeira do Vale do Paraíba apresentou um discreto crescimento entre 1865 e 1875, com a produção passando de 2,10 para 2,65 milhões de sacas; depois cresce entre 1880 a 1885, atingindo 4,73 milhões de sacas em 1883 (quando frutificaram os cafezais plantados sob o impulso da elevação dos preços externos ocorrida no início dos anos 70), e depois desce a partir de 1885 até atingir a marca dos 2,42 milhões de sacas em 1890, conforme a Tabela 1.

(1) DELFIM NETTO, A., O problema do Café no Brasil, 2a. impressão, São Paulo, 1966, Boletim nº 5 da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo, p. 13 e 14.

(2) DELFIM NETTO, A., op. cit., p. 17, 21 e 22.

(3) TANNURI, L. A., op. cit., p.28.

TABELA 1
PRODUÇÃO DE CAFÉ
EM
SANTOS, RIO, OUTROS ESTADOS, BRASIL

Em milhares de sacas de 60K.

Anos	A Santos	A/D	B Rio	B/D	C Outros	D Brasil
1865	333	13,6	2.108	86,4		2.441
1875	750	22,0	2.656	77,0		3.406
1877/8	998	27,0	2.676	73,0		
1878/9	1.210	24,5	3.729	75,5		4.939
1879/0	1.042	25,8	2.996	74,2		4.038
1880/1	1.125	19,5	4.521	78,2	135	5.781
1881/2	1.723	30,3	3.841	67,5	126	5.690
1882/3	1.967	28,7	4.736	69,2	147	6.850
1883/4	1.871	36,2	3.185	61,7	108	5.164
1884/5	2.004	31,3	4.276	66,8	121	6.401
1885/6	1.668	29,5	3.779	66,8	208	5.655
1886/7	2.583	41,5	3.499	56,2	150	6.232
1887/8	1.120	35,7	1.910	60,9	106	3.136
1888/9	2.634	52,5	2.188	43,6	191	5.013
1889/0	1.870	41,7	2.427	54,2	184	4.481
1890/1	2.952	52,8	2.421	43,3	218	5.591

Fonte: 1865 e 1875 dados elaborados a partir da Tabela "Produção Mundial de Café" em Documentos Parlamentares, Política Econômica, Valorização do Café (1908-1915), 29 volume, Rio de Janeiro, Ed. Jornal do Comércio, 1915, p. 221 e SAES, Flavio, op. cit., p. 51.
1877 em diante Tabela da página 69 em Documentos Parlamentares, vol. 2, op.cit.

A essa altura, os fazendeiros do Rio de Janeiro se defrontavam com crescentes problemas de mão-de-obra, devido ao término do tráfico de escravos e aos movimentos de emancipação, o que dificultava a produção.

Essas e outras dificuldades da produção cafeeira carioca conduziram o capital disponível a se interessar cada vez mais pelos títulos da dívida pública. Essa demanda de títulos públicos provocou a falta de liquidez monetária e o aumento das taxas de juros para operações de desconto, desembocando numa crise em 1875 que se ca-

racterizou por uma falta acentuada de numerário (1). Juntamente com a crise de liquidez se inicia um novo ciclo de queda dos preços internacionais do café, que durou mais ou menos uma década, conduzindo cada vez mais os bancos nacionais para atividades alternativas ao financiamento à produção cafeeira (2).

Do ponto de vista das relações entre os diferentes segmentos envolvidos com a economia cafeeira, pode-se afirmar que os fatores acima apontados conduziram a um novo arranjo entre os produtores e comerciantes de café. As relações harmoniosas que caracterizaram o período de montagem da economia cafeeira fluminense deram lugar a conflitos que distanciaram esses personagens.

Os comissários continuaram responsáveis pela intermediação entre o fazendeiro e o exportador mas, em função de sua fragilidade financeira, decorrente das crises de 64 e 75, não podiam reter os estoques de café por um período prolongado. Nesse caso eram obrigados a vender uma quantidade maior a preços mais baratos, não valorizando o café de melhor qualidade.

Assim, os fazendeiros se queixavam dos comissários, em primeiro lugar pelo fato de que estes determinavam o preço de venda do café, não em função dos cafés de melhor qualidade, mas a partir de uma mistura de várias qualidades de café (bom, regular, e inferior) que obtinha um tipo médio, conforme os desejos dos exportadores. Dessa maneira perdia-se o esforço do fazendeiro para

(1) Os bancos estrangeiros com sede no Rio de Janeiro, em meio a uma crise de liquidez, gozavam de saúde financeira devido à especulação com as cambiais, em função das relações desses bancos com o Governo para remessa de cambiais para saldar as dívidas, como também devido às contas-correntes das empresas estrangeiras e ainda ao monopólio da oferta interna de cambiais que lhes possibilitava fixar a taxa de câmbio, o mesmo não ocorrendo com o segmento bancário nacional, abarrotado de títulos. Essa situação desfrutada pelos bancos estrangeiros será questionada em breve pela criação dos Bancos de Emissão no período do Encilhamento. Vide a respeito, TANNURI, L. A., op. cit., p. 34 e 35.

(2) TANNURI, L. A., op. cit., p. 30.

melhorar os tipos de café, uma vez que os preços eram nivelados por baixo pelos cafés de qualidade inferior. Em segundo lugar, os fazendeiros diziam-se prejudicados com o peso do café, cujas sacas eram sangradas pelas amostras e manipulação dos ensacadores, que deixavam os restos nos armazéns, dando ensejo a um comércio de café de varreduras (1).

Segundo os fazendeiros, os ensacadores também eram responsáveis pelas misturas e manipulação do café que lhes eram prejudiciais. Estes faziam a intermediação entre os comissários e os exportadores, e eram capazes de transformar o café brasileiro nos tipos de maior aceitação no mercado internacional, como o Moka, o Bourbon, o Java e o Ceilão, por meio das mencionadas misturas de qualidades diferentes. O café produzido em São José do Barreiro (São Paulo) por exemplo, costumava ser exportado como Java de 1ª qualidade, conforme indica Taunay.

O descontentamento dos fazendeiros com a intermediação comercial, levou-os a organizarem no Rio de Janeiro uma espécie de cooperativa, em 1873, chamada Companhia União Agrícola, cujos estatutos foram aprovados pelo Governo, com a finalidade de venderem diretamente aos exportadores (2).

Evidentemente as casas de exportação ficaram satisfeitas com o afastamento dos intermediários e trataram de enviar emissários aos fazendeiros para adquirir partidas de café mediante o pronto pagamento.

Criou-se uma situação ambígua pois, se num primeiro momento, os fazendeiros economizavam as comissões pagas aos comissários, a médio e longo prazo poderiam ter os preços de café reduzidos, devido a especulação baixista empreendida pelos exportado

(1) TAUNAY, A. E., op. cit., vol. 7, p. 70 a 73.

(2) TAUNAY, A. E., op. cit., vol. 7, p. 10.

res.

Exportadores e comissários tinham interesses distintos em relação ao preço do café. Enquanto estes pressionavam a alta pois ganhavam uma porcentagem de 3% sobre o preço de venda, os exportadores lutavam pela baixa, uma vez que o preço do café para o consumidor no mercado externo era tabelado. Assim quanto mais barato conseguissem comprar a mercadoria, maior seria a diferença em relação ao preço de venda já estabelecido.

Dessa forma, os fazendeiros não viam seus interesses protegidos nem pelos exportadores e nem pelos comissários (devido às misturas, sangrias, etc.), embora muitas vezes estes tenham tentado neutralizar a ação baixista dos especuladores. Exemplo disto foi o "sindicato" formado pelos comissários do Rio de Janeiro no início da década de 80 com a reunião de grandes capitais e com o auxílio do crédito bancário, com o objetivo de realizar uma manipulação do mercado cafeeiro para fazer frente aos interesses norte-americanos. A esta ação se opuseram os operadores baixistas, tanto em Nova York como no Havre. Os comissários aproveitaram-se das condições criadas pela inexistência de ponderáveis estoques visíveis em Nova York e no Havre, e de uma safra apenas regular, para realizar grandes compras de café. Estavam certos de que os americanos teriam que recorrer a maciças importações do Brasil, o que daria ao "sindicato" um lucro considerável (1).

Entretanto, os estoques nas mãos dos negociantes estrangeiros tinham sido subestimados e a tentativa de "corner" produziu resultados negativos, liquidando o Sindicato Nacional e colocando em dificuldades inclusive os bancos que os haviam apoiado. De qualquer forma, essa ação especulativa dos comissários nacionais foi uma das causas mais importantes para a organização da Bol

(1) DELFIM NETTO, A., op. cit., p. 38.

sa de Café em Nova York e no Havre (1).

Em 1883, durante a vigência de um período de preços baixos no mercado mundial, quando as bolsas de Nova York e do Havre desenvolveram intensa especulação e conseguiram absorver uma quantidade razoável do produto e pressionar os preços para baixo, novamente um conjunto de comissários do Rio de Janeiro e de Santos organizaram um sindicato com a finalidade de sustentar o preço do café, e tirou do mercado certa quantidade do produto, criando uma escassez momentânea que afetou nosso principal consumidor, os EUA, às voltas com baixos estoques de café. Dessa maneira, os preços mantiveram-se firmes durante todo o ano, premiando a manobra dos sindicatos brasileiros frente à especulação estrangeira.

Os sindicatos dos comissários que se formaram em 1883, não foi a única manobra desse segmento da comercialização para defender seus interesses corporativistas. Já em 1882 estes haviam formado uma organização chamada Centro da Lavoura e Comércio, diante da queda da demanda e dos preços ocorridos nesse ano, para fazer propaganda do produto e promovê-lo no exterior.

Entretanto, apesar dos esforços os comissários não conseguem controlar o mercado cafeeiro e vão se enfraquecendo perante os exportadores, uma vez que esbarravam também nos interesses dos fazendeiros.

Dessa maneira os vários setores envolvidos na economia fluminense se dividiram e passaram a se organizar por conta própria a partir do momento em que começou a se delinear uma situação de crise para a cafeicultura da região.

Em resumo, verifica-se que na segunda metade do século XIX a economia cafeeira do Vale do Paraíba passa por uma série de processos que vão modificar o seu funcionamento e conduzi-la à de

(1) DELFIM NETTO, A., op. cit., p. 39.

cadência, no final do século, abrindo espaço para a ascensão de São Paulo para o posto de maior produtor nacional e mundial de café. A começar pela falência das Casas Bancárias em 1864 e o consequente enfraquecimento do comissariado, passando pela ascensão do capital financeiro inglês na praça carioca e pela difusão dos títulos da dívida pública e outras alternativas de investimento mais seguros após a Guerra do Paraguai, sem falar das crescentes dificuldades com a mão-de-obra com o fim do tráfico, e finalizando com a baixa prolongada dos preços a partir de 1875, tudo isso contribuiu para que a economia fluminense se diversificasse e deixasse de ser o centro cafeeiro do país.

2. O avanço dos fazendeiros paulistas

Enquanto no Rio de Janeiro a lavoura cafeeira encontrava dificuldades para a sua ampliação, em São Paulo a produção de café crescia ininterruptamente no mesmo período, respondendo de maneira distinta às conjunturas até agora examinadas. Essa diferença de comportamento se deveu, em grandes medida às peculiaridades da implantação do complexo cafeeiro no oeste paulista. Aqui a lavoura de café não foi obra do capital mercantil, aliás pouco desenvolvido na região em meados do século passado. Foi na verdade o resultado do investimento de grandes proprietários canavieiros que passaram a se dedicar ao cultivo do café, numa época em que o açúcar deixava de ser lucrativo. Portanto, a estrutura da economia cafeeira paulista possuirá características que não estavam presentes na região do Vale do Paraíba (1), conforme será analisado em seguida.

A economia cafeeira paulista foi um empreendimento dos capitais diretamente transferidos das atividades agrícolas.

Os recursos iniciais da economia cafeeira paulista foram obtidos nas atividades açucareiras, bastante desenvolvidas no planalto paulista entre 1750 e 1850 (2). Assim um segmento impor

(1) De acordo com o ponto de vista de Flávio Saes em seu trabalho já citado sobre as ferrovias.

(2) Na 1ª metade do século passado o valor da exportação do açúcar correspondia à metade de todas as exportações paulistas. Itú, Jundiaí, Campinas, Sorocaba, Porto Feliz e Piracicaba, futuras áreas produtoras de café, contribuíram com parte significativa da produção açucareira. Em 1818 enviaram 300.000 arrobas de açúcar para Santos de onde foram exportadas 294.267 arrobas. Em 1846-47 a exportação de açúcar por Santos atinge seu ponto máximo com 597.551 arrobas. Coincidentemente nesse ano também foram formados grandes cafezais que frutificaram em 1850-1851 quando o açúcar passa para o segundo lugar nas exportações de Santos. Vide a respeito PETRONE, Maria Thereza Schorer, A Lavoura Canavieira em São Paulo, São Paulo, Difel, 1968, p. 155 a 162.

tante dos grandes proprietários canavieiros, que havia acumulado certa capacidade financeira ao longo de quase um século de atividades, transformou-se em fazendeiros de café (1).

Já no início da década de 1850 a exportação de café pelo porto de Santos superava a de açúcar e em 1865 São Paulo contribuía com 13,6% da produção brasileira de café, com 333 mil sacas, cifra essa que dobrou nos dez anos subsequentes, atingindo 22% da produção brasileira em 1875, com 750 mil sacas. A partir daí a produção paulista continuou crescendo chegando em 1880 a 1,125 milhões de sacas e em 1889 a 2,634 milhões de sacas, superando pela primeira vez a produção do Rio de Janeiro, conforme indica a Tabela 1 (vide página 11).

O sistema bancário e comercial paulista era ainda precário, se comparado com o que já existia no Rio de Janeiro nessa mesma época. Para se ter um quadro do capital comercial e bancário da Província de São Paulo entre 1870 e 1880, basta mencionar que havia no porto de Santos 19 casas comissárias (2), todas elas nacionais, ligadas exclusivamente ao comércio cafeeiro e 18 casas

(1) SAES, Flávio, op. cit., p. 51.

(2) Em 1870 destacam-se as seguintes Casas Comissárias: 1. Vergueiro & Cia.; 2. Francisco Augusto Mendes; 3. Ignácio H. Pereira & Cia.; 4. João Batista Amaral; 5. Francisco M. Santos; 6. José Secca de Araujo; 7. José Domingos Fernandes; 8. José Pereira de São Braga; 9. Antonio Pereira da Silva; 10. Manoel Alves Correa & Cia.; 11. Rego, Paiva & Cia; 12. Francisco M. Ribeiro Ratto; 13. Antonio Pereira de São; 14. Antonio Sê do Rego Ferreira & Cia.; 15. Manoel Ignácio Souza; 16. Vieira & Botelho; 17. Viêto Sê Gomes Casmi; 18. Joaquim da Fonseca Guimarães; 19. José Antonio Vieira Barbosa. Vide em LOPES, Betralda, Comércio de Café Através do Porto de Santos (1870-1974) p. 58 e 59 em O Café - Anais do II Congresso de História de São Paulo.

A título de comparação cabe lembrar que o Rio de Janeiro possuía no final do século 200 casas comissárias quando esse setor já entrava em decadência. Apesar de não possuir o dado referente ao montante do capital transacionado pelas casas comissárias das duas praças, me parece que esse comércio foi bem mais desenvolvido no Rio de Janeiro.

de exportação, em sua grande maioria estrangeiras (1), ao lado de 7 bancos e uma casa bancária (2) em todo o Estado.

Quais foram, então, as condições que propiciaram a expansão da produção cafeeira paulista nesse período considerando que previamente a ela não havia nessa praça um forte capital mercantil?

Aparte as vantagens do clima, solo e certa oferta de mão-de-obra (graças à imigração) já analisados por inúmeros autores (3), cabe ressaltar a evolução favorável dos preços no mercado internacional (4), refletindo o aumento da demanda mundial e o desenvolvimento da rede ferroviária paulista.

Naturalmente, a expansão da lavoura paulista não teria sido possível sem a significativa contribuição da imigração europeia e a relativa mecanização do beneficiamento que esta permitia. De fato a partir da década de 1880, com o crescente estrangulamento da disponibilidade de mão-de-obra escrava, o Estado de São Paulo passou a promover a imigração de mão-de-obra livre em larga

(1) As Casas Exportadoras eram as seguintes: 1. A. Tommel & C. (alemã); 2. Arbuckle Brothers (norte-americana); 3. Augusto Leuba & Co.(alemã); 4. Goetz Hayn & C. (alemã); 5. Gustave Backneuser (alemã); 6. Gustav Trinks & C. (alemã); 7. John Bradshan & C.(inglesa); 8. J.W.Doane & C. (inglesa); 9. H. Hafers & C.(inglesa); 10. Herry Woitje & C.(inglesa); 11. Holworthy & Ellis (brasileira); 12. Lawrence & C.(inglesa); 13. Mac Kinlay & C. (norte-americana); 14. R. Wahnschaffe (alemã); 15. Vockroldt & C.(alemã); 16. W. F. Mac Laughlin & C.(inglesa); 17. Zerrenner Bulow & C.(alemã); 18. Joaquim Franco de Lacerda & C.(brasileira). As duas casas exportadoras de capital totalmente nacional, a Holworth & Ellis e a J.F.Lacerda & C. declararam fafência no começo da década de 1880. Vide em LOPES, Betralda, op.cit., p.59.

(2) Dois dos sete bancos eram ingleses. O English Bank e o London and Brazilian Bank que em 1881 foi para Santos, e logo em seguida para São Paulo, mas, desde a década de 1860 já existia no Rio de Janeiro. Nesse período continuou a funcionar a Casa Filial do Banco do Brasil e o Banco Mercantil de Santos, e a seu lado surgem outros três bancos. O Banco de Crédito Real de São Paulo, que embora tivesse carteira comercial, estava dirigido fundamentalmente ao crédito agrícola (até então principalmente sobre escravos). O Banco Comercial de São Paulo, com sede na Capital e agências em Santos e Campinas, e o Banco da Lavoura, que mantinha agências em Amparo, Belém do Descalvado, Santos e Rio, além de sua sede em São Paulo. Mais importante, no entanto, foi a Casa Bancária da Província de São Paulo, inaugurada em 1887, onde predominava grandes fazendeiros em suas diretorias. Vide em GRAHAN, Richard, op. cit., p. 101 e 102 e SAES, Flavio, op. cit., p. 87 e 88.

escala, assentando assim um dos pilares de sustentação da lucratividade e expansão do negócio cafeeiro. A abundância de mão-de-obra que assim se produziu, a partir do financiamento direto do Estado, se traduziu na queda dos salários e consequente elevação da lucratividade cafeeira, sem falar nos incrementos de produtividade, possibilitados por uma mão-de-obra mais habilitada ao manuseio de instrumentos de produção. Dessa forma, enquanto a mão-de-obra escrava do Rio de Janeiro impedia a introdução de máquinas (conforme já foi demonstrado por vários autores, vide por exemplo J. M. Cardoso de Mello), os trabalhadores europeus estavam aptos a utilizá-las. Foi assim que o beneficiamento do café deixou de ser realizado pelos monjolos, caretões e pilões, e passou a ser processado por maquinário importado ou mesmo fabricado no Brasil. Do ponto de vista da estrutura produtiva estavam dadas as condições de expansão da oferta e de maior produtividade do trabalho, com lucros crescentes para os proprietários dos meios de produção.

Outro fator de extrema importância para a expansão cafeeira paulista foi a implantação de uma complexa rede ferroviária na zona acidentada do planalto paulista, ainda na década de 1860. Foram os próprios fazendeiros paulistas que, estimulados pelas condições favoráveis do mercado internacional de café, se dispuseram a ocupar áreas mais distantes e mais férteis que barateava-

(cont.)

- (3) Vide a respeito HALL, Michael, *The Origins of Mass Immigration in Brazil* (1871-1914), University Microfilm, 1972; SIMONSEN, Roberto, "Aspectos da história econômica do café", em *Evolução Industrial do Brasil e outros Estudos*, São Paulo, Editora Nacional, 1973; COSTA, Emília Viotti da, "Introdução ao estudo da emancipação política", em *Brasil em Perspectiva*, São Paulo, Difel, 1973; GRAHAM, D., "Migração estrangeira e a questão da oferta de mão-de-obra no crescimento econômico brasileiro", *Estudos Econômicos*, vol.3, nº 1, 1973; CARDOSO, F. H., "Condições sociais da industrialização: o caso de São Paulo", *Revista Brasiliense*, nº 28, 1960; STEIN, Stanley, op.cit.; DELFIM NETTO, A., op. cit.
- (4) Principalmente entre 1857 e 1860 quando a saca exportada passou de 18 para 27 mil réis e no início dos anos 70 quando passou de 20 mil réis em 1870/71 para 40 mil réis em 1873/74.

vam o custo da produção, investindo no transporte ferroviário(1). Já em 1868 era fundada a primeira Cia. ferroviária nacional, por obra dos capitais paulistas, a Cia. Paulista de Estradas de Ferro, responsável pelo percurso Campinas-Jundiaí (2). Em abril de 1873 foi inaugurada a Cia. Ituana de Estradas de Ferro, por iniciativa encabeçada pelo grande cafeicultor de Itú José Elias de Pacheco, ligando Itú a Jundiaí, e em 1875 começou a funcionar a Mogiana, uma das vias importantes do café (3).

As ferrovias paulistas costumavam se constituir em sociedades anônimas, cujos principais acionistas eram os grandes fazendeiros de café. Porém a massa dos demais acionistas era composto pelos pequenos e médios fazendeiros. Estabeleceu-se assim uma correlação harmoniosa entre a expansão da lavoura e o desenvolvimento ferroviário, pois era a lucratividade do café que garantia grande parte dos recursos para este último que, por sua vez, criava as condições para a expansão cafeeira (4). Por isso, o primeiro ciclo ferroviário na região paulista foi consequência direta do extraordinário surto do café, verificado nesse período.

Além disso, os grandes fazendeiros que se expandiram para as ferrovias passaram a controlar também os canais de importação e de seu financiamento, uma vez que as estradas de ferro dependiam de meios de produção fabricados no exterior, como trilhos, locomotivas, carvão e lubrificantes. Foi esse segmento social que constituiu o que Flavio Saes denominou de grande burguesia cafeeira paulista.

(1) O melhor estudo que se tem notícia sobre a rede ferroviária paulista é de Flavio Saes. Sobre esse tema vide também SANTOS, Paulo da Silveira e CHINONE, Rosalina, "Café e Transportes no Século XIX", em O Café - Anais do II Congresso de História de São Paulo.

(2) O percurso Santos Jundiaí já era feito pela Estrada de Ferro Inglesa, ou São Paulo Railway, cuja inauguração ocorreu em janeiro de 1866. Vide SANTOS, P. S., e CHINONE, R., op. cit., p. 274.

(3) SANTOS, P. S., e CHINONE, R., op. cit., p. 276 e 277.

(4) SAES, Flavio, op. cit., p. 49 e 50.

Já na região fluminense não se teria formada essa grande burguesia cafeeira, uma vez que o maior crescimento da produção cafeeira ocorreu anteriormente à construção das vias férreas. Além disso, a única grande ferrovia do café no Rio, a Estrada de Ferro D. Pedro II (Central do Brasil), foi inicialmente financiada pelos comissários e pelo setor bancário e acabou parando nas mãos do governo, conforme indica Saes em seu estudo (1).

Assim, dada as peculiaridades do desenvolvimento da economia cafeeira na região paulista, constata-se, nas décadas de 60, 70 e 80 do século passado, uma convergência de interesses entre os grupos economicamente dominantes a ela ligados, comandados pelos grandes fazendeiros. Enquanto no Rio de Janeiro, os grupos sociais dominantes começavam a entrar em conflito devido as várias crises financeiras do período que abalaram a burguesia mercantil fluminense (proprietária das casas bancárias e comissárias).

O advento da República, na última década do século XIX, trará o Encilhamento, uma conjuntura político-econômica que abalará a harmonia entre a lavoura paulista e os demais setores econômicos a ela correlacionados.

(1) Note-se que a incapacidade de carrear recursos para essa ferrovia fez com que o governo a absorvesse, demonstrando que os investimentos da burguesia mercantil do Rio de Janeiro foram passageiros. Em função disso, não houve resistência dos acionistas à troca compulsória das ações da empresa por apólices do Governo a 6% de juros ao ano. Vide a respeito SAES, Flavio, op. cit., p. 41 e 42.

3. O Encilhamento: uma nova política econômica

A política econômica do primeiro governo republicano, que indiretamente trará consequências significativas para o desenvolvimento da economia cafeeira paulista, resultou, em grande parte, das pressões exercidas pelos diferentes setores da economia fluminense (bancário, agrário e industrial) sobre o novo aparelho de Estado.

Cabe destacar o papel exercido pelos bancos nacionais, que retornam ao primeiro plano após uma longa recuperação da crise de 1864. Naquela época a grande maioria das Casas Bancárias brasileiras, que financiavam a lavoura cafeeira do Vale do Paraíba, sucumbiu à concorrência dos bancos ingleses, que detinham o monopólio das transações cambiais (1). Depois disso foi ressurgindo um novo segmento bancário nacional sediado no Rio de Janeiro, que irá questionar os privilégios desfrutados pelos bancos estrangeiros na praça carioca. Os principais institutos bancários fundados no período foram o Banco Nacional do Visconde de Figueiredo, considerado a figura mais importante nos meios financeiros e bolsista do final do Império, e o Banco dos Estados Unidos do Brasil do Conselheiro Mayrink, seu mais forte concorrente, além de outros menos importantes. Na verdade o auge e declínio desse setor bancário ocorrerá na década de 90, a partir da criação dos Bancos de Emissão do período do Encilhamento.

Esses novos bancos não atuaram diretamente no financiamento da produção cafeeira, mas concentraram seu capital no mais

(1) A taxa de câmbio não dependia da livre atuação das forças de mercado, mas era fixada pelos institutos bancários estrangeiros que mantinham o controle da oferta interna de cambiais. Vide a respeito TANNURI, L. A., op.cit., p. 34.

novo filão financeiro do Império, constituído pelas apólices oficiais, surgidas na Guerra do Paraguai e posteriormente pelas ações de empresas industriais e comerciais. A revogação da "lei dos entaves" (de 1860) em novembro de 1882, permitiu o estabelecimento de companhias ou sociedades anônimas sem autorização do governo (com exceção dos bancos de circulação)(1), colocando novas ações no mercado à disposição dos bancos.

O ímpeto das aplicações dos bancos cariocas aliado à expansão das empresas industriais, comerciais e de transporte, traduziam-se numa crescente demanda de numerário, agravada pela parcimônia do governo com a emissão de papel-moeda e cobrança de novos impostos internos, preferindo financiar o déficit público por meio de empréstimos externos.

A essas circunstâncias acrescente-se a libertação dos escravos em 1888 que trouxe problemas de crédito para os fazendeiros de café. Daí por diante, uma boa parcela da mão-de-obra passava a receber remuneração monetária, aumentando a necessidade de ativos líquidos nas mãos dos fazendeiros.

Embora na última década do império tenha ocorrido um grande afluxo de divisas, devido seja a alta do café, seja aos empréstimos externos ou mesmo à venda de empresas a capitais estrangeiros, o aumento de numerário não foi suficiente para dar vazão às necessidades da expansão econômica. Pelo contrário, essa entrada de divisas estimulou ainda mais a ampliação das empresas e a compra de títulos da dívida pública.

Assim o final do Império é marcado por uma combinação de mudanças e processos que conduziam à monetarização e mercantilização da economia brasileira, com a conseqüente necessidade de

(1) TANNURI, L. A., op. cit., p. 29, 30 e 31.

mais meio circulante. Entretanto, até a República a emissão monetária era limitada, obedecendo aos padrões ortodoxos do lastro-ouro (1). Esse lastro era dado pelas cambiais que entravam no país via exportação ou empréstimos externos, e eram controladas pelos bancos estrangeiros. Nessas condições o governo brasileiro e o Banco Emissor oficial acabavam dependendo dos bancos estrangeiros para realizar as emissões.

Essa situação exigia que se rompesse com as instituições monetárias e creditícias do passado, adotando-se um desempenho financeiro mais adequado às novas condições. Coube ao Visconde de Ouro Preto, o último Ministro da Fazenda do Império, começar a atender às pressões da agricultura cafeeira, da indústria e do setor bancário nacional que procurava se consolidar na praça carioca. Ele iniciou uma reforma do sistema financeiro com o objetivo de ampliar o meio circulante para agilizar as operações comerciais e produtivas que seria completada por Rui Barbosa, o primeiro Ministro da Fazenda da República.

Ouro Preto enfrentou a falta de liquidez com o fornecimento de certa quantidade de ativos monetários aos bancos nacionais, a partir de junho de 1888, sem juros e pelo prazo de 7 a 22 anos, repassáveis em dobro aos fazendeiros a juros de 6% a.a., no prazo de até 25 anos. Esse dinheiro grátis constituiu um alto negócio para os bancos, pois elevou a cotação de suas ações e estimulou a abertura de novas instituições bancárias, que obteriam do governo os mesmos favores (2). Parte desse dinheiro novo foi atraída para a aplicação de maior rentabilidade naquele momento, que eram as próprias ações dos bancos e outras disponíveis no merca-

(1) Isso significa que para uma determinada quantidade de ouro só se podia emitir um volume fixo de papel-moeda. A quebra da ortodoxia vai se dar quando se emite duas, três ou mais vezes papel-moeda sobre o mesmo lastro.

(2) TANNURI, L. A., op. cit., p. 40-41.

do, desencadeando uma grande procura de ações que valorizou os títulos de toda espécie das sociedades por ações, levando à sua proliferação indiscriminada (1).

Essa especulação bursátil, ao elevar o valor nominal das ações, requeria volumes crescentes de dinheiro para continuar ocorrendo, e logo engoliu a expansão do crédito, exigindo medidas adicionais.

Foi nesse contexto que, na segunda metade de 1889, Ouro Preto facultou aos bancos de fundo metálico a emissão de notas até o triplo do seu capital, qualquer que fosse a importância deste, desde que constituído em moeda metálica, e elegeu o Banco Nacional do Brasil (2) do Visconde de Figueiredo como o grande instituto emissor (3).

Ainda em fins de 1889 Ouro Preto concedeu autorizações idênticas ao Banco de São Paulo, com sede na capital paulista, e ao Banco do Comércio, com sede no Rio (4).

Estes bancos emissores, juntamente com vários outros com os quais o governo celebrou acordos para auxílio à lavoura, foram os desencadeadores de uma fase de especulação desenfreada no mercado acionário (5).

Quando Rui Barbosa assumiu o Ministério da Fazenda do

(1) GRANZIERA, R., op. cit., p. 140.

(2) Em setembro de 1889 o Banco Nacional do Visconde de Figueiredo se fundiu com o Banco Intercontinental e passou a chamar-se Banco Nacional do Brasil.

(3) O Banco Nacional do Brasil, destinado a ser o intermediário preferido pelo Governo para operações financeiras, teve suas ações disputadas, as quais foram imediatamente subscritas e logo alcançaram grande ágio. O Banco, dentro do prazo de 5 anos, retiraria da circulação todo o papel-moeda do Estado, recebendo em troca apólices da dívida pública, com os juros de 4% aa, e amortização anual de 2%, ambos pagos em ouro. Além disso, o governo se comprometia a não emitir papel-moeda enquanto existisse o Banco Nacional do Brasil. Vide a respeito TANNURI, L.A., op. cit., p. 45 e 46.

(4) TANNURI, L. A., op. cit., p. 46.

(5) TANNURI, L. A., op. cit., p. 46.

primeiro governo republicano, em novembro de 1889, já encontrou o "jogo da Bolsa" configurado. Para resolver a persistente crise de liquidez e eliminar progressivamente o serviço da dívida interna Rui Barbosa idealizou uma reforma bancária, consubstanciada no decreto de 17 de janeiro de 1890, que previa a organização de bancos de emissão com circulação sobre títulos do Estado.

Convém lembrar que Ouro Preto permitira a emissão ainda com lastro metálico, mantendo a dependência por cambiais, enquanto Rui Barbosa cedia às pressões da burguesia financeira do Rio de Janeiro e autorizava a emissão com base em apólices do tesouro, mais a gosto dos bancos nacionais. Além disso, a própria queda da taxa cambial no final de 1889 diminuía o lastro de novas emissões, tirando a eficácia do sistema emissor de Ouro Preto. Por essa e pelas outras razões apontadas, Rui Barbosa preferiu afastar-se da ortodoxia metalista, se encaminhando para novas formas de emissão. A diminuição do serviço da dívida estava assegurada pela queda progressiva dos juros das apólices governamentais, que não poderiam mais ser vendidas pelos bancos emissores.

Tanto as reformas de Ouro Preto quanto as de Rui Barbosa foram implantadas com o suporte dos grandes banqueiros nacionais ou cariocas, com marcantes tendências centralizadoras (1). O primeiro realiza seus planos pelas mãos do Visconde de Figueiredo (Banco Nacional do Brasil)(2) e o outro serve-se dos préstimos do Conselheiro de Paula Mayrink (Banco dos Estados Unidos do Brasil), o que ampliava consideravelmente os poderes bancários, na medida

(1) O capital do Banco Nacional do Brasil e do Banco dos Estados Unidos do Brasil só eram superados pelo capital de uma companhia de estrada de ferro. Além disso em 1891, os bancos representavam 43% do capital realizado das companhias e sociedades anônimas da Capital Federal. Esses dados foram obtidos por Tannuri de LOBO, Eulália, O Encilhamento. Mercado de Capitais, 2(5), maio/agosto, 1976, p. 261 a 300.

(2) Em virtude da queda da taxa cambial ocorrida no final de 1889 os bancos de circulação metálica confessavam a impossibilidade absoluta de voltar a ela. O Banco Nacional do Brasil, o maior instituto emissor viu seus depósitos declinarem abruptamente.

em que se constituíam nos reguladores da oferta de dinheiro.

O plano de Rui Barbosa previa o resgate da dívida pública através da criação de apenas 3 bancos emissores correspondentes a 3 regiões em que se dividiria o país: a do Norte, compreendendo desde o Estado da Bahia até o Amazonas, a do Centro compreendendo os Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná e Santa Catarina, a do Sul, compreendendo os Estados do Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Goiás (1). O Banco Emissor do Centro foi o Banco dos Estados Unidos do Brasil do Conselheiro Mayrink que passou a ser o sustentáculo da administração financeira do Estado. Esses bancos comprariam as apólices (2) do governo, só podendo emitir o correspondente a esse lastro, sem poder mais vendê-las.

O sistema financeiro de Rui Barbosa era poliemissor (baseado em mais de um banco de emissão) para apoiar os vários interesses regionalistas assumidos pelo programa republicano.

O decreto de 17 de janeiro de 1890 que colocaria em vigor tal sistema foi assinado por Deodoro da Fonseca à revelia de outros membros do ministério, entre eles, Campos Sales, Ministro da Justiça saído de São Paulo, o que provocou a primeira grande crise governamental. O ministro paulista exigia que todos os atos do governo fossem decididos por maioria de votos e não por decisões individuais como aquela de Rui Barbosa (3). Na verdade Campos Sales temia o crescimento do Banco dos Estados Unidos do Brasil e a centralização das atividades financeiras na praça do Rio de Janeiro, dado o forte poder de emissão da região Centro. Além

(1) TANNURI, L. A., op.cit., p. 56.

(2) FRANCO, Afonso Arinos de Melo, Rodrigues Alves, Rio de Janeiro, Editora da Universidade de São Paulo, 1973, p. 78 e 79.

(3) CARONE, Edgard, A República Velha (Evolução Política), São Paulo, Difel, 1971, p. 10 e 11.

disso, Campos Sales, fiel aos princípios ortodoxos, não podia concordar com uma emissão lastreada em apólices do governo pois tal medida se distanciava do padrão monetário exigido pelos banqueiros ingleses, os principais credores do Brasil.

Diante da irreversibilidade do decreto de janeiro, Campos Sales pressionou Rui Barbosa no sentido de permitir a fundação de um quarto banco emissor que beneficiasse mais especificamente São Paulo. Assim Rui Barbosa autorizou a fundação do Banco União de São Paulo, o qual atuaria numa região composta por São Paulo e Goiás.

Entretanto outros interesses regionais requeriam favores iguais. Devido às novas pressões foi apresentado em reunião ministerial, dois meses após o decreto inicial, um novo projeto que elevava de quatro para seis as regiões bancárias, subdividindo-se o Norte. Novamente Campos Sales e outros ministros emitem críticas contundentes, mas sob a ameaça de demissão do ministério feita por Deodoro, em caso de recusa, acabam aprovando o decreto de 30 de março de 1890 (1) criando seis zonas emissoras. Dessa forma Rui se distancia bastante do que havia idealizado, atomizando em demasia o poder emissor.

As alterações não ficaram restritas à multiplicação dos institutos emissores, pois havia também críticas quanto ao teto máximo da emissão (2), considerado insuficiente. Os bancos de circulação metálica do decreto Ouro Preto, ainda existentes, pressionaram o governo para tornar suas emissões inconvertíveis, o que lhes permitiria um maior raio de manobra (3). Os que mais atuaram na consecução desse objetivo foram o Banco Nacional do Brasil e o

(1) CARONE, E., op. cit., p. 10 e 11.

(2) TANNURI, L. A., op. cit., p. 57.

(3) Idem, p. 58.

Banco do Brasil. Para estes, a emissão conveniente seria o dobro do lastro metálico, sem conversibilidade (1).

O Banco Nacional do Brasil, que ocupara uma posição privilegiada no Império, não ficaria passivo ante a generosidade do governo com o seu mais sério concorrente, o Banco dos Estados Unidos do Brasil, o qual passara a ser a pilastra da administração financeira do Estado (2).

Assim a contragosto Rui Barbosa também teve que ceder a essa pressão e deu aos dois Bancos a concessão de emitir até ao duplo de 25.000 contos que, em moeda metálica, depositassem no Tesouro (3).

A possibilidade de emitir em dobro sobre o lastro metálico e sem a obrigação da conversibilidade, tornou as emissões sobre lastro ouro mais vantajosas do que as sobre apólices do governo, circunscritas ao valor nominal destas e com taxas de juros decrescentes, num momento em que a taxa cambial se elevava de $21\frac{3}{4}$ dinheiros em setembro de 1890 para $24\frac{1}{4}$ em novembro do mesmo ano, possibilitando a emissão de mais mil réis sobre o mesmo lastro.

Em pouco tempo todo o sistema financeiro nacional passou a operar com a emissão bancária inconvertível sob lastro metálico. Cabe lembrar que a inconvertibilidade rompia radicalmente com as regras da ortodoxia referente ao padrão-ouro. Assim em setembro de 1890 ela é generalizada a todos os bancos criados pelo decreto de 17 de janeiro (4), que inicialmente só operavam com apólices governamentais.

Sem dúvida a reforma de Rui Barbosa dotou o sistema financeiro brasileiro de maior flexibilidade e até de certa autono

(1) TANNURI, L. A., op. cit., p. 58.

(2) Idem, p. 58.

(3) Idem, p. 59.

(4) Idem, p. 59 e 60.

mia em relação ao mercado de cambiais e ao sistema financeiro mundial. Ampliou o meio circulante e agilizou as operações comerciais e produtivas, rompendo assim com as instituições monetárias e creditícias do passado imperial.

Em fins de 1889 o meio circulante atingia 211.010.000\$000. Já em dezembro de 1890 havia sofrido um acréscimo de 54%, com as novas emissões atingindo 115.152.500\$000 (1).

Esse novo sistema de emissão bancária concedeu um forte poder aos estabelecimentos bancários, principalmente porque além de regularem a quantidade de dinheiro em circulação, ainda poderiam direcionar a aplicação de todos esses recursos (2). Instituiu-se um sistema regionalista o que significava que suas notas deviam circular apenas dentro de sua circunscrição legal. Com isso a praça carioca acabou sendo a grande beneficiária, na medida em que 86,7% das novas emissões de 1890 foram feitas na província do Rio de Janeiro (3). Foi assim que o sistema bancário carioca se fortaleceu.

Sob o estímulo das emissões, as atividades econômicas se expandiram, assim como a especulação bursátil, com o surgimento de várias sociedades por ações criadas da noite para o dia. Assim realimentava-se a demanda por novos meios de pagamento que, ao deparar-se com o limite legal da emissão bancária, conduzia à uma acentuada alta das taxas de juros e a um surto inflacionário.

(1) A quantia de 115.152.500\$000 estava distribuída da seguinte forma:

Banco dos Estados Unidos do Brasil	49.999.000\$000
Banco Nacional do Brasil	28.553.860\$000
Banco do Brasil	21.299.600\$000
Banco União de São Paulo	5.800.000\$000
Banco Emissor do Sul	3.000.000\$000
Banco Emissor da Bahia	5.500.000\$000
Banco Emissor do Norte	1.000.000\$000
	<u>115.152.580\$000</u>

Vide TANNURI, L. A., op.cit.,p.62.

(2) TANNURI, L. A., op. cit., p. 66.

(3) Idem, p. 66 e 67.

A deterioração das condições econômicas, juntamente com outros fatores de ordem política (1) levaram Rui Barbosa a renunciar em janeiro de 1891.

Entretanto as medidas implementadas no período do Encilhamento prevaleceram, com algumas modificações, até o final da década, quando Campos Sales assume a Presidência da República, em novembro de 1898, tendo a frente da Pasta da Fazenda o Sr. Joaquim Murtinho um dos mais fiéis representantes da escola liberal ortodoxa. Nesse ínterim várias tentativas foram feitas, sem muito êxito, para reverter a orientação dada à política econômica no início da República.

Na verdade ao longo dos anos 90 os principais políticos paulistas que emergiram do movimento republicano, como Campos Sales, Rodrigues Alves, Prudente de Moraes, Bernardino de Campos, Antonio Prado e outros tentaram revogar os atos que consolidaram a Política do Encilhamento, mas se defrontaram com a oposição de vários setores, principalmente da burguesia financeira do Rio de Janeiro. Senão Vejamos.

Com a saída de Rui Barbosa assume a liderança do novo ministério de Deodoro o Barão de Lucena, vinculado aos grupos financeiros e especuladores do Rio de Janeiro. Propõe combater o jogo das ações, mas na verdade cede às pressões dos corretores que não lhe permitem concretizar a medida. A queda das cotações dos títulos das empresas, a partir de julho de 1891, aliada à acentuação da falta de numerário aumentam a pressão para o governo emitir. Lucena lança, através do Banco da República dos Estados Unidos do Brasil, 25.000 contos para empréstimos à praça, a serem realiza-

(1) As discussões na Assembléia Constituinte instalada em novembro de 1890 e as divergências no interior do próprio governo provocaram a queda do primeiro Ministério de Deodoro. Vide a respeito CARONE, E., op. cit., p. 32.

dos por intermédio dos bancos. Além disso vende o estoque-ouro acumulado devido à taxa-ouro de importação instituída por Rui Barbosa, com o intuito de beneficiar os especuladores financeiros. Seu último ato é a tentativa de reorganizar o Banco da República dos Estados Unidos do Brasil para que pudesse emitir 600.000 contos. Como o Congresso não aceita o projeto, este e outros motivos conduzem Deodoro a fechar o Congresso em novembro de 1891 (1). Em seguinte Deodoro da Fonseca é deposto e assume Floriano Peixoto que escolhe Rodrigues Alves (2) para a Pasta da Fazenda.

Já nesse período Rodrigues Alves procura imprimir uma orientação à sua gestão da qual nunca se distanciará. Era portado das diretrizes teóricas do liberalismo, vigente na época, e, portanto, manteve sempre a mesma orientação básica no plano federal como Ministro de Floriano e Prudente de Moraes, ou como Presidente da República (3). Propugnava o saneamento monetário, o equilíbrio financeiro e a valorização da moeda nacional, que inclusive eram as exigências "sine qua non" do capital financeiro internacional para a concessão de empréstimos ao Brasil.

Nesse sentido Rodrigues Alves se empenhou em anular as políticas econômico-financeiras adotadas por Rui Barbosa. Por isso opôs-se energicamente à continuação das emissões, propôs o recolhimento das notas bancárias e a restrição do volume de moeda, numa época em que, apesar da inflação e da desvalorização da moeda, se verificava o incremento do valor ouro das exportações bra

(1) CARONE, Edgard, A República Velha (Instituições e Classes Sociais), São Paulo, Difel, 1972, p. 110.

(2) Rodrigues Alves foi o último governador paulista no período imperial. Adere ao Partido Republicano Paulista depois de proclamada a República, portanto não pertence aos grupos dos republicanos históricos, como Campos Sales, Prudente de Moraes, Bernardino de Campos, que participaram da formação do partido em 1873. Mas comungava das mesmas idéias liberais-ortodoxas a respeito do funcionamento da economia.

(3) FRANCO, A.A.M., op. cit., p. 441.

sileiras, principalmente do café. Ao mesmo tempo em que procurava estimular a exportação e restringir a importação, Rodrigues Alves planejava também encampar as emissões bancárias pelo Tesouro, para que estivesse o controle do mercado da moeda (1) e retirasse do Rio de Janeiro o forte poder emissionista (2).

No Senado manifestavam-se a favor do programa de Rodrigues Alves figuras importantes como Campos Sales, Rangel Pestana e Saldanha Marinho, enquanto Rui Barbosa era contrário a essas idéias (3), defendendo sua gestão.

Entretanto, o Presidente Floriano Peixoto continuou recebendo fortes pressões do setor bancário carioca e de seus representantes políticos no Congresso e por isso também se opôs à orientação de seu Ministro da Fazenda, o que levou Rodrigues Alves a renunciar ao cargo em agosto de 1892, de acordo com os motivos que expôs a seu amigo, o mineiro Afonso Pena:

"Pena... não me foi possível continuar no Ministério por falta de acordo com o Chefe do Estado principalmente na questão bancária. As minhas idéias combinam perfeitamente com as suas... O Marechal, porém, não compreende que haja vantagem em assumir o governo a responsabilidade pelas emissões bancárias e reputa essa providência radical e perigosa. Compreende você, que estabelecido um desacordo em um ponto capital da administração da minha pasta, não me restava outro alvitre senão o de retirar-me" (4).

Na mesma época Rodrigues Alves recebe do embaixador brasileiro em Londres o Sr. Souza Correa, uma resposta ao telegrama

(1) FRANCO, A. A. M., op. cit., p. 96.

(2) Nesse mesmo início de década, o deputado goiano Leopoldo Bulhões, futuro Ministro da Fazenda de Rodrigues Alves (1902-1906), defende na Câmara as mesmas idéias deste. Combateu um projeto de Francisco Glicério e outros deputados, que visava assegurar a formação de um banco privado emissor, nos moldes dos que haviam sido criados no governo de Deodoro. Assim também criticava toda e qualquer forma de emissionismo privado. Vide FRANCO, A.A.M., op. cit., p. 439.

(3) FRANCO, A. A. M., op. cit., p. 96 e 98.

(4) FRANCO, A. A. M., op. cit., p. 101 e 102.

que lhe havia enviado, anunciando sua renúncia, que esclarece a convergência de idéias do ministro brasileiro demissionário com as do capital financeiro inglês, adepto da ortodoxia monetarista.

"Rodrigues, recebi com pesar o telegrama que V.Exa. serviu-se dirigir-me, em 28 de agosto último, anunciando-me haver pedido a sua demissão, por não ter o Sr. Vice-Presidente da República concordado com as idéias que V.Exa. apresentou de conformidade com as dos Srs. Rothschild e outros banqueiros da praça de Londres, em relação à nossa situação financeira" (1).

Durante seus dez meses de mandato Rodrigues Alves conseguiu apenas impedir as emissões dos bancos particulares, mas as do Tesouro continuaram, através do Banco da República dos Estados Unidos do Brasil e do Banco do Brasil, e também a dos bancos regionais, só que agora mais lentamente do que antes.

Serzadelo Correa é o substituto de Rodrigues Alves no Ministério da Fazenda mas não consegue frear as emissões, que retomam um ritmo acelerado. Se defronta com compromissos externos cada vez maiores e com uma taxa cambial mais desvalorizada. Em dezembro de 1892 funde os dois principais bancos emissores, o Banco da República dos Estados Unidos do Brasil, em situação de insolvência, e o Banco do Brasil criando o Banco da República do Brasil que representa oficialmente o governo.(2).

Em junho de 1894, Prudente de Moraes é eleito Presidente da República (3) e escolhe Rodrigues Alves para Ministro da Fazenda. Este defronta-se novamente com os problemas que considera os mais graves, como o resgate do papel-moeda, a conversão das emissões de títulos oficiais e as indenizações reclamadas pelos bancos particulares emissores. Assim o governo inicia o recolhi-

(1) FRANCO, A. A. M., op. cit., p. 101.

(2) CARONE, E., A República Velha (Instituições e Classes Sociais), op. cit., p. 111.

(3) No mesmo período Campos Sales é eleito Governador de São Paulo.

mento do papel-moeda, uniformiza as emissões e recria a taxa-ouro para importação. A oposição é grande (1). Os bancos regionais emissores, não concordando com a orientação do Ministro, procuram encaminhar suas reclamações ao Congresso, onde esperam obter maior êxito, através de lobbies e de grupos de pressão (2).

Diante de toda essa resistência, somente em agosto de 1896 Rodrigues Alves consegue realizar o resgate do papel-moeda, através da encampação pelo Tesouro das emissões bancárias, concretizando o controle estatal da moeda e extinguindo assim a faculdade emissora do Banco da República do Brasil (3) e demais bancos regionais, transferindo esse direito à União. Essa medida restringiu os valores monetários em circulação, elevando as taxas de juros e, portanto, encarecendo a produção.

Ainda na vigência do seu mandato, Prudente de Morais foi substituído provisoriamente na Presidência da República pelo vice Manoel V. Torino, que chamou Bernardino de Campos para a Pasta da Fazenda. Apesar da mudança, Bernardino continuou na mesma linha de seu antecessor até o final do mandato presidencial.

Entretanto as medidas até então adotadas por Rodrigues Alves e Bernardino de Campos não foram suficientes para frear a queda da taxa cambial, uma vez que o governo assumira gastos internos devido as lutas travadas no interior do país, e também em função dos compromissos externos, do encarecimento do ouro ainda monopolizado pelos Bancos estrangeiros e da oposição da Câmara ao imposto-ouro importação. Assim ainda no governo Prudente de Morais, que retorna após seu restabelecimento, foi contraído em junho de 1898 um grande empréstimo de longo prazo, de 10 milhões de

(1) CARONE, E., A República Velha (Instituições e Classes Sociais), op. cit., p. 112.

(2) FRANCO, A.A.M., op. cit., p. 115.

(3) Idem, p. 120.

libras esterlinas, com os banqueiros Rothschild para cobrir todos os compromissos financeiros do Estado Brasileiro. É o chamado Funding-Loan (1).

Pode-se observar, nesse período de considerável efervescência econômico-financeira que constituiu o Encilhamento, senão um choque, pelo menos uma disputa entre orientações teóricas diferentes quanto à organização econômica da República. Uma favorável a implantação de um mecanismo monetário mais elástico, que ampliasse as linhas de crédito e de certa forma se distanciasse do padrão-ouro tradicional. Essa política foi iniciada na prática pelo último ministro imperial, o Visconde de Ouro Preto, quando autorizou a emissão bancária até o triplo do depósito em moeda metálica, o que significava que nem todo o dinheiro emitido era conversível. Mas a sua consolidação veio com Rui Barbosa, quando permitiu a emissão com base em apólices do governo e, posteriormente, decretou a inconvertibilidade.

Logo de início essas medidas implementadas na gestão de Rui Barbosa, se defrontaram com a oposição da outra corrente mais ortodoxa liderada pelos políticos paulistas como Campos Sales, Rodrigues Alves, Prudente de Moraes e Bernardino de Campos. Estes se opunham ao poder de emissão dos bancos privados e mais ainda à concentração das emissões no Rio de Janeiro e ao poder daí decorrente dos banqueiros cariocas.

As tentativas de Rodrigues Alves e Bernardino de Campos de executar uma política econômica mais conservadora só terão êxito a partir do governo Campos Sales (2).

(1) O Funding-Loan subordinou o Brasil ainda mais aos interesses do capital financeiro internacional pois na sua vigência (até 1911) foi exigido o saneamento monetário e o equilíbrio financeiro.

(2) É evidente que antes do período do Encilhamento dominava a política ortodoxa, vigente na época, mas controlada pelo Governo Imperial à qual os paulistas tinham pouco acesso.

Antes de analisar o período que se inicia com Campos Sales na Presidência da República, considerado um dos mais legítimos representantes da burguesia cafeeira paulista, convém elucidar os efeitos da Política do Encilhamento para a economia cafeeira paulista.

4. Consequências do Encilhamento para a Economia Cafeeira Paulista

4.1. Fazendeiros de Café

Inicialmente é interessante salientar que, enquanto os políticos paulistas, considerados os legítimos representantes da burguesia cafeeira paulista, defendiam uma política contrária ao Encilhamento, as principais consequências deste, ou seja, a inflação e a desvalorização cambial dela decorrente favoreciam o investimento na produção de café. Senão vejamos.

A política emissionista dos primeiros anos da República produziu uma violenta inflação que fazia os preços do café em mil réis subir muito mais rapidamente do que em moeda estrangeira ou descer mais lentamente, provocando um considerável estímulo ao aumento da produção quando os preços externos já se encontravam em níveis baixos (1).

TABELA 2

Anos	Taxa Cambial	Preço Externo	Preço Interno
1889	26 7/16	100	100
1890	22 9/16	113	120
1891	14 29/32	90	171
1892	12 1/32	87	201
1893	11 19/32	103	276
1894	10 3/32	92	290
1895	9 15/16	91	262
1896	9 1/16	69	252
1897	7 23/32	47	180
1898	7 3/16	41	163
1899	7 7/16	42	156
1900	9 16/32	46	171

Fonte: DELFIM NETTO, A., op. cit., p. 29.

(1) DELFIM NETTO, A., op. cit., p. 37.

Esse aumento de lucratividade da produção cafeeira se acentuava à medida em que os custos contratuais, como os salários (que constituíam parcela importante do custo de produção do café), não cresciam na mesma proporção que a desvalorização cambial, incentivando a expansão da lavoura (1).

Em vista disso os preços internos do café se mantiveram mais altos do que os externos até 1896, barateando os principais custos de produção e garantindo uma remuneração em mil réis bastante elevada, apesar do declínio dos preços externos (2).

É preciso também lembrar que a abolição trouxe o auxílio financeiro governamental através do Banco do Brasil, que realizou empréstimos diretos à lavoura. Em São Paulo desde 1857 havia uma filial do Banco do Brasil (3).

Assim estavam dadas as condições propícias ao desenvolvimento da produção cafeeira. A prosperidade que tomara conta da economia cafeeira paulista ao longo dos anos 70 e 80 do século passado foi ainda mais estimulada pela política econômica dos primeiros anos da República. Tratou-se, portanto, de uma política de crédito abundante e de desvalorização do mil réis, que propiciou novos recursos à cafeicultura, ao mesmo tempo em que elevava os preços internos do café e, conseqüentemente, sua lucratividade.

O número de cafeeiros em produção no Estado de São Paulo passou de 220 milhões em 1890 para 685 em 1902, com um cresc

(1) DELFIM NETTO, A., op. cit., p. 47.

(2) SAES, Flavio, op. cit., p. 139.

(3) O Banco do Brasil pressionou o Governo Republicano no sentido de suas emissões também passarem a ser inconvertíveis, ou seja, não seria preciso ter o equivalente em lastro metálico para emitir. Essa reivindicação foi atendida em março de 1890, quando o Banco do Brasil obteve a concessão de emitir até ao duplo de 25.000 contos que em moeda metálica depositassem no Tesouro. Vide a respeito TANNURI, L. A., op. cit., p. 58. "'Havia dinheiro e fácil', diz-nos Víctor Vianna (VIANNA, V., O Banco do Brasil, Rio de Janeiro, 1926, p. 526). Esse dinheiro foi alimentar a cultura cafeeira". DELFIM NETTO, A., op. cit., p. 31.

mento de 465 milhões de pés, representando um aumento de mais de 200% (1). Esse aumento da produção levou o Brasil a deter o monopólio virtual da produção de café, uma vez que em 1896 já contribuía com 63% da produção mundial. Em 1900 a produção atingiu a casa dos 7,973 milhões de sacas representando um aumento de 270% ao longo da década. Dessa maneira, na virada do século São Paulo já era responsável por 69,8% da produção nacional e por 54% da produção mundial, contra 26,5% e 20,4 respectivamente do Rio de Janeiro (2) de acordo com a Tabela 3.

TABELA 3
PRODUÇÃO DE CAFÉ
EM
SANTOS, RIO, OUTROS ESTADOS, BRASIL

Em milhares de sacas de 60 K

Anos	A Santos	A/D	B Rio	B/D	C Outros	D Brasil
1890/1	2.952	52,8	2.421	43,3	218	5.591
1891/2	3.386	45,1	3.718	49,5	400	7.504
1892/3	3.206	48,1	3.112	46,7	342	6.660
1893/4	1.685	26,9	3.856	61,5	728	6.269
1894/5	4.007	55,3	2.693	37,2	542	7.242
1895/6	3.093	51,5	2.398	39,9	514	6.005
1896/7	5.104	54,9	3.578	38,5	614	9.296
1897/8	6.152	54,9	4.304	38,4	755	11.211
1898/9	5.589	59	3.320	35	556	9.465
1899/0	5.711	59,7	3.395	35,5	456	9.562
1900/1	7.973	69,8	3.015	26,5	384	11.372
1901/2	10.171	62,6	5.371	33	709	16.251
1902/3	8.357	64,4	4.002	30,8	612	12.971
1903/4	6.402	57,3	4.056	36,3	709	11.167
1904/5	7.423	70,2	2.591	24,5	568	10.582
1905/6	6.982	63,4	3.406	30,9	626	11.014
1906/7	15.392	75,5	4.439	21,8	559	20.390

Fonte: Tabela da página 69 em Documentos Parlamentares, vol.2, op. cit.

(1) GORENDER, Jacob, A Burguesia Brasileira, São Paulo, Brasiliense, 1981, p. 34 e 35.

Além das circunstâncias favoráveis propiciadas pelo Encilhamento (como a inflação, a desvalorização cambial e o financiamento do Banco do Brasil), a produção de café em São Paulo beneficiou-se de outros fatores, como o desenvolvimento dos bancos no interior do Estado, voltados para o financiamento da produção cafeeira, sem falar no surgimento de uma certa capacidade de auto financiamento dos fazendeiros em função da alta lucratividade do setor no período.

Durante o Encilhamento se acentuou o processo que já vinha ocorrendo desde meados da década de 1880, de fundação no interior paulista de alguns bancos locais, em cidades como São Carlos, Jaú, Araraquara, Guaratinguetá, Ribeirão Preto, Piracicaba e Taubaté. Esses bancos estavam sob o domínio dos fazendeiros residentes nas localidades em que tinham sede, ou então transacionavam preferencialmente com os fazendeiros de café, uma vez que este era então o negócio mais atraente e seguro. A formação de um novo cafezal pelo sistema de empreitada não exigia adiantamento de capital. Mas o aumento do parque cafeeiro requeria gastos na compra de

(cont)

(2) Conforme já foi mencionado, no Rio de Janeiro, os investimentos em ações e outros títulos privados apareceram como alternativas mais vantajosas do que a ampliação da produção cafeeira principalmente a partir da Guerra do Paraguai. Além dessa opção pelo mercado acionário, os bancos de emissão da capital federal ainda favoreciam a transferência das poupanças do setor cafeeiro da região do Vale do Paraíba para a atividade urbano-industrial fluminense. Vide PELAEZ, Carlos Manuel e SUZIGAN, Wilson, História Monetária do Brasil, Rio de Janeiro, IPEA, 1976, p. 178.

Dessa maneira, as empresas industriais que aproveitaram a desvalorização cambial dessa década para importar seus equipamentos, conseguiram transformar os recursos financeiros obtidos durante o Encilhamento em ativos reais. Assim essas empresas foram duplamente beneficiadas, de um lado, por terem importado bens de capital a preços antigos (mais baixos) e, por outro lado, por operarem a um crescente nível interno de preços de venda e numa circunstância em que passa a subir o custo de equipamentos importados em moeda nacional, o que aumentava o grau de proteção e a margem de lucros. As empresas que sofreram com maior intensidade os percalços da conjuntura financeira adversa que se inicia em 1892, são aquelas que encomendaram suas importações com um certo atraso, pois tiveram que pagar por seus bens de capital importados, preços mais elevados. Mas mesmo assim, o governo autorizou em 1892 a emissão de 100.000 contos de bônus ao portador, com 4% de juros, pagos semestralmente e amortizados no prazo de vinte anos para financiar a indústria. Vide TANNURI, L.A., op. cit., p. 73 e 74.

(continua na página seguinte)

novas terras, no desbravamento e construção de vias de acesso, na ampliação das instalações e equipamentos de beneficiamento, na construção de casas para maior número de colonos, no pagamento dos seus salários antes da venda da colheita, e assim por diante. Por isso mesmo, o grosso dos excedentes líquidos gerados pela cafeicultura e concentrados por esses bancos ou pelos comerciantes foi reaplicado na expansão da própria cafeicultura (1).

Além disso, o Banco de Crédito Real de São Paulo foi favorecido pela lei de junho de 1889 e recebe um empréstimo do governo de 1.500.000\$000 (nos termos do decreto que versava sobre o auxílio à lavoura) sem juros, para repassar em dobro aos fazendeiros a juros de 6% a.a.

A conjuntura foi tão propícia à ampliação da produção de café em São Paulo que as Casas Comissárias se multiplicaram de 19 (2) em 1870, para 57 no final do século. As casas de exportação também se multiplicaram (3) acompanhando a tendência geral da economia cafeeira.

(cont)

Assim a indústria têxtil no Rio de Janeiro foi favorecida com uma significativa injeção de capital, o que lhe permitiu dar um passo mais largo à frente. Vide GORENDER, J., op. cit., p. 28 e 29. "O capital realizado das fábricas de tecidos de algodão, embora com um aumento equivalente à metade do aumento do capital nominal, ainda assim aumentou quatro vezes em menos de três anos. Além disso, das 198 fábricas em operação no ano de 1912, 33 foram fundadas no período 1890-1894, e muitas das 23 registradas como pertencentes ao período de 1885-1889 foram fundadas sem dúvida alguma em 1889". FISHLOW, A., "Origens e consequências da substituição de importações no Brasil", em Estudos Econômicos(6), dezembro de 1962, p.13. Isto explica porque em 1907, apesar da acentuada decadência da cafeicultura fluminense, é ao Rio de Janeiro que cabe de longe a primazia da indústria de transformação no Brasil. Assim, no início do século XX, o Rio de Janeiro deixa de ser o maior produtor de café do país para tornar-se o centro da indústria nacional.

Dado as opções de investimento em outros setores a produção cafeeira da região fluminense cresceu lentamente com pequenas oscilações, passando de 2,421 milhões de sacas de café em 1890 para 3,015 milhões em 1900.

(1) GORENDER, Jacob, op. cit., p. 34 e 35.

(2) Casas Comissárias no porto de Santos no final do século: 1. Freitas, Lima, Nogueira & Comp.; 2. Marques, Valle & Cia.; 3. Queiroz Ferreira & Azevedo; 4. Junqueira Guimarães Leitão & Cia.; 5. Ernesto Whitaker & Cia.; 6. J. D. Martins; 7. Gomes, Gordinho & Cia.; 8. João Procópio, Irmãos & Cia.; 9. Del fino Martins & Cia.; 10. Almeida Mello & Cia.; 11. J. Conceição & Cia.;

(continua na página seguinte)

Assim verifica-se que a política econômica dos primeiros anos da República proporciona um forte impulso à economia cafeeira, estabelecendo novos mecanismos de funcionamento extremamente vantajosos para ela. De fato, enquanto no Império os preços do café em moeda nacional acompanhavam de perto as cotações internacionais, com a República as cotações internas do café ganham uma certa autonomia e passam a depender do nível de inflação e da desvalorização cambial.

4.2. Grande Burguesia Cafeeira

Mas nem todos os segmentos das classes dominantes de São Paulo lucraram com a Política do Encilhamento. Enquanto esta pro

(cont)

12. Levy, Álvaro & Cia.; 13. Correa, Irmãos & Cia.; 14. Ig. Penteado; 15. Pamplona, Priester & Cia.; 16. Queiroz, Barros & Cia.; 17. João Osório; 18. Belmiro R. Moraes e Silva; 19. Pinto de Almeida & Cia.; 20. Cerquinho, Rinaldi & Cia.; 21. Angerami, Demasi & Cia.; 22. Souza, Pinto & Cia.; 23. Toledo, Assumpção & Cia.; 24. Monteiro de Barros & Cia.; 25. J. F. de Queiroz Telles; 26. Delfino Ribeiro; 27. J. Cordeiro; 28. Soares de Camargo & Cia.; 29. Silveira Cintra & Cia.; 30. Barbosa Pontes & Cia.; 31. Francisco Salles Pupo; 32. Lara Campos, Toledo & Cia.; 33. D. Carvalho & Cia.; 34. Rafael Sampaio & Cia.; 35. Junqueira & Cia.; 36. Santos Cobra & Cia.; 37. Hermes Lima; 38. B. Villela & Cia.; 39. Romano, Irmão & Cia.; 40. F. A. Coutinho; 41. Amaral & Lara; 42. Souza Franco & Cia.; 43. A. Bastos & Cia.; 44. Malta & Cia.; 45. Cunha Bueno & Cia.; 46. Meira Botelho & Cia.; 47. Dauntre & Cia.; 48. R. Alves, Toledo & Cia.; 49. Raposo & Irmãos; 50. Leite & Santos; 51. Victor Meirelles; 52. Alves Lima & Cia.; 53. Ferreira da Rosa & Cia.; 54. Leme Ferreira & Cia.; 55. Lara Campos & Cia.; 56. Seraphim Leme & Cia.; 57. Raul de Carvalho & Cia.

- (3) Merecem destaque as seguintes Casas Exportadoras: 1. Theodor Wille & Cia., fundada em 1869. Associa-se a F.W. Gottsleben e Leopoldo Diederichsen e a partir de 1875 passa a negociar café em grande escala, fazendo de Hamburgo o primeiro porto no mercado europeu do café. Com a falência de J.F. Lacerda & Cia., arremata suas dívidas e passa a agir também como casa comissária. 2. Edward Johnston & Co. firma inglesa que se estabeleceu em Santos em 1881, agindo como exportadora até 1895 quando um de seus associados Edward Greene quer agir como comissário criando para tal a The Brazilian Warrant Company que absorveria a comercialização de café pelo porto de Santos através dos Armazéns Gerais e da Registradora de Santos que passam a ser subsidiárias da The Brazilian Warrant Company. 3. Hard Rand & C. Firma inglesa que opera em Santos a partir de 1885. 4. Naumann Gepp, fundada em 1892 com capital inglês. 5. Nossack & C. Firma alemã que opera a partir de 1891. 6. Prado Chaves & C. Firma nacional que entra em funcionamento em 1898. Embora de Capital nacional a Casa era comprometida a entregar o café no Havre com as Casas Lathan & C.; Yung & Himeley e Fernand Souquet. Vide em LOPES, Betralda, op. cit., p. 60 a 63.

piciava condições favoráveis ao investimento na produção de café, foi inadequada à expansão das ferrovias, pois encareceu as importações, de onde o sistema ferroviário obtinha seus principais meios de produção. O declínio cambial aumentava de imediato as despesas com combustíveis e lubrificantes trazidos do exterior. Entre 1889 e 1893 o custo dos produtos importados das ferrovias aumentou 136%, enquanto o preço interno do café sofria um incremento de 176%(1).

Além disso, a desvalorização cambial aumentou em mil-réis os juros e amortização dos empréstimos externos contraídos pelas ferrovias, na medida em que o câmbio baixo exigia, para a mesma quantidade de libras, volumes crescentes de moeda nacional (2).

É importante também considerar que esse processo inflacionário, na medida em que aumentava o custo de vida dos trabalhadores ferroviários, muito provavelmente provocaria certo aumento dos salários (3). Já no campo, essa situação podia ser compensada com a agricultura de subsistência praticada pelos colonos nos cafezais.

Desse modo, as despesas para realizar um certo transporte aumentavam, ao passo que a receita permanecia constante, uma vez que as tarifas autorizadas pelo governo eram fixas em termos monetários. O resultado era a queda da receita líquida das empresas ferroviárias.

(1) SAES, Flávio, op. cit., p. 180 a 186.

(2) Por exemplo, a Cia. Paulista de Estrada de Ferro (da qual Antonio Prado era presidente) havia apenas assumido um compromisso com os banqueiros londrinos de 150.000 libras desde a sua fundação até o início da República. Mas em 1892, com o objetivo de adquirir a linha Rio Claro, realizou um empréstimo externo de 2.750.000 libras, cujos juros passaram, com o declínio cambial, a absorver parcelas significativas da renda líquida operacional, tendendo a reduzir os dividendos distribuídos aos acionistas. Vide a respeito SAES, Flávio, op. cit., p. 86.

(3) SAES, Flávio, op. cit., p. 137.

Portanto, a solução para as ferrovias encontrava-se no aumento das tarifas. No segundo semestre de 1893 foi instituída a tarifa móvel, que visava moderar os efeitos do declínio cambial. Eram um ajuste mensal que variava de acordo com as oscilações do câmbio até 12 pence por mil réis. Abaixo desse câmbio as tarifas permaneciam fixas (1).

Devido à conjuntura pouco propícia à expansão das linhas das estradas de ferro, devido à baixa rentabilidade do período, os grandes fazendeiros de café vinculados às ferrovias aprofundaram a sua participação em outros setores. Já em 1889 haviam fundado na cidade de São Paulo dois bancos: o Banco de São Paulo e o Banco de Comércio e Indústria de São Paulo (2). No início dos noventa esses grandes fazendeiros penetraram no comércio de exportação criando a Cia. Central Paulista, cuja sucessora, ainda nessa década, foi a Cia. Prado Chaves, que ocupará uma posição de destaque na vida da República. Também avançaram no comércio importador da cidade de São Paulo, formando sociedades anônimas comerciais como a Cia. Mecânica e Importadora, a Cia. Arens, a Cia. Machardu e a Cia. Importadora Paulista. Além disso implantaram alguns serviços urbanos (energia, transporte urbano) e tiveram uma participação restrita no setor industrial. Esse processo tomou impulso principalmente a partir da segunda metade da década de 90, consolidando a grande burguesia cafeeira.

De modo geral esses fazendeiros que se urbanizaram também eram prejudicados pela manutenção das condições que tanto favoreceram a lavoura cafeeira, como a inflação e a desvalorização cambial criando uma separação de interesses entre esses dois segmentos da economia cafeeira.

(1) SAES, Flávio, op.cit., p. 186.

(2) SAES, Flávio, op.cit., p. 125.

5. Restauração Liberal

Em meados de 1897 Campos Sales é lançado como candidato à Presidência da República pelo Partido Republicano Federal fundado em 1893. Nessa época o partido encontrava-se cindido em duas alas: a majoritária, liderada por Prudente de Moraes, que indicou o nome de Campos Sales e a minoritária, liderada por Francisco Glicério, que indicou Lauro Muller (1).

Uma vez vitorioso (2) Campos Sales procurou ficar equidistante das frequentes disputas do Congresso Federal naquele momento, apesar de ser um dos mais importantes chefes do Partido Republicano Paulista, para conseguir por em prática as novas diretrizes da política econômica, ou seja, a regularização e controle da dívida externa e o fortalecimento da moeda nacional.

Face ao perigo de um Congresso fracionado como os anteriores e tendo assistido às contínuas lutas oligárquicas no plano estadual e às revoltas delas decorrentes, Campos Sales decidiu garantir o suporte político das grandes bancadas de Minas, São Paulo, Bahia e Rio Grande do Sul pois acreditava que as exigências contidas no Funding-Loan só poderiam ser cumpridas mediante o apoio integral do Congresso (3). Com esses objetivos idealizou a conhecida "Política dos Governadores".

Concebeu um sistema de consolidação e permanência das

(1) CARONE, E., A República Velha (Evolução Política), op.cit., p.161.

(2) Campos Sales assumiu a Presidência da República a 15 de novembro de 1898.

(3) SOUZA, Maria do Carmo Campello de, "O Processo Político-Partidário na Primeira República", em Brasil em Perspectiva, São Paulo, Difel, 1969, p.183.

oligarquias estaduais que estavam no poder naquele momento sem permitir qualquer abertura às oposições (1). Para isso entrou em acordo com todos os governadores e lideranças políticas e modificou o mecanismo de reconhecimento dos candidatos eleitos, onde a Comissão de Verificação dos Poderes da Câmara dos Deputados (2) passava a ser formada pelas situações estaduais não importando a que grupo pertencessem. A partir daí, deputados e senadores adquiriam cadeira cativa no Congresso, garantindo o domínio de seus partidos. Estava assim assegurada a autonomia política dos Estados e a não intervenção da União nas disputas inter-oligárquicas. Em contrapartida os Estados davam apoio ao Presidente da República, sem o qual este não subsistiria no poder. Este era o princípio implícito nas relações entre o Governo Federal e os Estados (3) apesar de na prática terem ocorrido várias crises a cada mudança de legislatura.

Campos Sales conseguiu a adesão da maior parte dos governadores, principalmente de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, que juntos formavam uma bancada significativa no Congresso Fe

(1) CARONE, E., A República Velha (Instituições e Classes Sociais), op. cit., p. 296.

(2) A Comissão de Verificação de Poderes era uma comissão constituída de elementos da Câmara dos Deputados para receber as atas eleitorais, i.e., os livros de votação dos eleitores, verificar as Grandes, proclamar os deputados vencedores e diplomá-los. Na verdade, com todos os mecanismos de pressão existentes - voto de cabresto, controle das mesas eleitorais, etc. - este organismo era a última instância para manter ou afastar os candidatos eleitos. Vide a respeito CARONE, E., A República Velha (Instituições e Classes Sociais), op. cit., p. 306 e SOUZA, M.C.C., op.cit., p. 183.

(3) As eleições de 1900 para a Câmara Federal e o terço do Senado confirmam o benefício desta política em favor das oligarquias que estavam no poder. No momento, certos grupos oligárquicos dominavam os governos dos Estados: Rosa e Silva controla Pernambuco; o PRP, São Paulo; Bías Fortes e Francisco Sales, Minas Gerais; Julio de Castilhos e Borges de Medeiros, o Rio Grande do Sul; Nery, o Amazonas; Montenegro, o Pará; Benedito Leite, o Maranhão; Acio lis, o Ceará; Pedro Velho, o Rio Grande do Norte; Euclides Malta, Alagoas; General Valadão, Sergipe; Luís Viana e Severino, a Bahia; Venâncio Neiva, a Paraíba; Porciúncula, o Rio de Janeiro; Murtinho e Generoso Ponce, Mato Grosso; Augusto de Bulhões, Goiás; Lauro Muller, Santa Catarina. As eleições confirmaram a vitória esmagadora dos candidatos situacionistas. Vide a respeito CARONE, E., A República Velha (Evolução Política), op.cit., p. 178.

deral. Assim estavam asseguradas as condições políticas para dar curso a seu programa econômico-financeiro.

Quando foi governador de São Paulo, no período presidencial anterior, Campos Sales havia sido um dos principais articuladores do Funding-Loan. Portanto, durante seu mandato vai se empenhar para alcançar o saneamento monetário e o equilíbrio financeiro conforme as exigências dos credores estrangeiros. Para colocar em prática essas diretrizes, foi escolhido, Joaquim Murtinho, para a Pasta da Fazenda, um dos mais ortodoxos políticos brasileiros, na época.

Murtinho promoveu o saneamento monetário, dando início ao resgate do papel-moeda e extinguindo o direito de emissão concedido ao Tesouro pela Lei de 18 de junho de 1885, o qual previa o auxílio do Governo aos bancos em caso de necessidade (1).

Em relação ao equilíbrio financeiro do Estado, reduziu bastante as despesas públicas e procurou incrementar a receita através do imposto sobre consumo e a lei do selo. Para manter uma maior fidelidade ao padrão-ouro evitou fornecer crédito a partir de emissões sem conversibilidade e voltou a cobrar a taxa-ouro importação, suprindo o Tesouro de divisas necessárias ao serviço da dívida externa (2). Para Joaquim Murtinho o regime de emissão de grandes massas de papel inconvertível gerava uma profunda desvalorização cambial que levou o país a decretar a moratória.

Essas medidas do Governo Campos Sales constituíram um golpe fatal contra o sistema financeiro criado pelo Encilhamento. Os bancos emissores vinham se debatendo com a falta de liquidez e com a impossibilidade de continuarem emitindo. No final de 1900 os quatro principais bancos nacionais sediados no Rio de Janeiro, en

(1) TANNURI, L. A., op. cit., p. 89 e 90.

(2) TANNURI, L. A., op. cit., p. 90.

tre eles o Banco da República do Brasil, suspendiam suas atividades. A partir daí este sistema bancário não mais se recuperará(1).

5.1. Fazendeiros de Café

Paralelamente à crise financeira da economia fluminense, começou a se delinear, na gestão Campos Sales, uma conjuntura pouco propícia à lavoura cafeeira. Os cafezais plantados sob o estímulo da política dos primeiros anos da República começaram a frutificar nos últimos anos do século passado. Iniciou-se assim um período de grandes colheitas de café e de acumulação crescente de estoques nas mãos dos fazendeiros que iria desembocar na primeira crise de superprodução.

Os custos da lavoura cafeeira também aumentaram em função das medidas restricionistas, primeiro de Rodrigues Alves e depois de Joaquim Murtinho, como também do aumento dos salários (diante da escassez da mão-de-obra que se verificou na época), de modo a engolir os lucros proporcionados pela desvalorização cambial (2).

Para agravar a situação dos produtores, a partir de 1897 inicia-se uma persistente queda nos preços internos e externos do café (3). Se bem os preços externos já tivessem caído até 1897 a taxa cambial ainda permitia preços internos remunerados. Porém a restauração financeira de Joaquim Murtinho de 1898 eleva a taxa cambial impedindo que a desvalorização da moeda mantivesse os preços internos.

(1) TANNURI, L. A., op.cit., p. 92.

(2) DELFIM NETTO, A., op. cit., p. 48.

(3) Em 1895 as exportações de café atingiram 28 milhões de libras, em 1896 baixaram para 21.500.000 e em 1898 já perfaziam 12.700.000. Vide a respeito FRANCO, A. A. M., op. cit., p. 144.

Como então o Governo Campos Sales, enquanto legítimo representante da burguesia cafeeira paulista, enfrenta essa situação crítica do principal produto de exportação brasileiro?

Para entender essa questão, convém antes explicar melhor no que consiste essa corrente liberal ortodoxa no poder, à qual pertenciam Campos Sales, Rodrigues Alves, Joaquim Murinho, Bernardino de Campos e outros menos conhecidos.

Esses políticos representavam os interesses agro-exportadores "latu-sensu", ou seja identificavam-se com a economia exportadora paulista como um todo, aí incluídos o setor da produção, de transportes, serviços urbanos e atividades importadoras e exportadoras ligadas ao complexo cafeeiro em geral. E a ideologia que melhor fundamentava a economia agro-exportadora era o liberalismo predominante no pensamento econômico da época (1).

Essa corrente defendia os pressupostos básicos de uma sociedade organizada através do livre jogo das forças de mercado, onde o equilíbrio de suas unidades econômicas se dava pela eliminação natural das mais fracas, sem a ação intervencionista do Estado.

O bom funcionamento dessa sociedade exigia, do ponto de vista econômico, a permanente busca do equilíbrio orçamentário e da valorização da moeda nacional. Essas medidas eram alcançadas através da livre flutuação das taxas cambiais ao sabor da paridade imposta pela balança comercial e quantidade de ouro e divisas fortes de cada país. Assim, um país com superávit comercial, e, por-

(1) Na verdade o liberalismo econômico nem sempre era praticado pelos países capitalistas mais desenvolvidos na época, se bem fosse divulgado e até impingido às colônias e países atrasados em geral.

tanto, com acúmulo de ouro ou moedas fortes em seus cofres, teria sua moeda valorizada e poderia até emitir mais. Mas, em período de mau desempenho das exportações, a paridade cambial só poderia ser mantida por intermédio de empréstimo de moeda forte ou pela supressão de parte dos meios de pagamento, ou seja pela redução da oferta monetária, caso contrário a moeda deveria ser desvalorizada. Imperava, dessa forma, o padrão-ouro. É nesse sentido que os políticos paulistas estimulavam ao máximo as exportações, principalmente de café, pois era o maior responsável pela entrada de divisas do país.

O liberalismo ortodoxo sustentava, portanto, uma proposta de política econômico-financeira razoavelmente distinta daquela implementada no período do Encilhamento, que caminhou na direção da circulação fiduciária, emissão sem lastro, ampliação do crédito e inconversibilidade, que desvalorizou a moeda e desequilibrou o orçamento, estabelecendo assim um certo distanciamento com o padrão-ouro vigente na época.

A linha de ação proposta pelos políticos filiados ao liberalismo ortodoxo vinculava-se à orientação do capital financeiro internacional, principalmente o inglês, encarnado na figura do banqueiro Rothschild, tradicional credor do Estado brasileiro. Os banqueiros estrangeiros, desejosos que o Brasil cumprisse sempre seus compromissos financeiros, exigiam que o Estado brasileiro mantivesse um certo saneamento monetário, a fim de que o país se tornasse digno do crédito externo. Assim os pressupostos da economia de livre mercado deveriam orientar constantemente a ação do Estado, e não apenas em momentos de crise.

Essa foi a linha que Rodrigues Alves e Bernardino de Campos à frente da Pasta da Fazenda tentaram imprimir à política econômica da República Velha, o que só foi conseguido plenamente na gestão de Joaquim Murtinho.

Assim o governo Campos Sales interpretou a crise da lavoura cafeeira como uma crise de superprodução em consequência das facilidades de crédito e de suprimento de mão-de-obra fornecidos pelos poderes públicos que violaram as leis do mercado, estimulando extensas plantações, principalmente no Estado de São Paulo. A discrepância entre a produção e o consumo teve origem no período de emissões de papel-moeda, que gerou abundância de capitais fictícios, e incitou a febre de negócios lucrativos, criando entre os fazendeiros a expectativa de fortunas rápidas e vultosas. Por tanto a solução para o problema da superprodução de café estava no livre jogo das forças de mercado, ou seja, a produção de café deveria ser reduzida por seleção natural, permanecendo apenas os mais fortes e os mais bem organizados, enquanto os produtores marginais, com custos elevados, deveriam ser eliminados como mandava o figurino liberal. Em outras palavras, eliminando-se a produção excedente, os preços do café se elevariam naturalmente.

Evidentemente essa proposta não convinha e não era aceita pela grande maioria dos proprietários de terra que investira na produção de café exatamente em função das condições favoráveis dos primeiros anos da República, e que não tinham deslocado seus investimentos para outras atividades do complexo cafeeiro. Por iso os fazendeiros reivindicavam a manutenção das condições que propiciaram os altos lucros e desaprovavam radicalmente as medidas contencionistas de Joaquim Murinho.

5.2. Burguesia Mercantil Internacional e Especulação

A política econômica ortodoxa desse final do século acabou trazendo algumas vantagens para o capital estrangeiro ligado às atividades mercantis do café. Nessa época o Brasil não controlava o mercado cafeeiro, que era monopolizado por um pequeno n^um^ero

ro de casas exportadoras, em sua maioria estrangeiras. A partir de 1896, esses estabelecimentos comerciais encontraram os fazendeiros fracos e as demais condições favoráveis para especular com os preços do café na praça paulista.

Provavelmente, a impossibilidade dos comissários de financiarem a retenção dos crescentes estoques acumulados pelos produtores, propiciou a implantação de uma nova forma de comercialização. Assim, como já vinha ocorrendo na região fluminense, as casas de exportação enviam agentes ao interior do Estado para comprar café diretamente dos fazendeiros, oferecendo pela mercadoria preços determinados por elas (1).

Nos períodos de safras vultosas os exportadores liberavam seus estoques e até mesmo vendiam a descoberto (venda de mercadorias que ainda não possuem, para entrega futura), acentuando o excesso de oferta e provocando uma enorme queda nos preços do café. No momento em que estes atingiam o mínimo, os especuladores refaziam seus estoques. Na época das safras menores, os exportadores apropriavam-se de todo o produto disponível, para manipular o mercado, causando uma alta depois de açambarcar toda a mercadoria (2).

Uma outra forma de especulação que provocava a queda dos preços de café era o processo de mistura que sofria o produto no Brasil. A partir dos anos 90, dada as condições favoráveis para a lavoura cafeeira, o Brasil passou a produzir em diversos lugares e por diferentes proprietários todos ou quase todos os tipos de café conhecidos. Esses tipos distintos chegavam às mãos dos inter

(1) SAES, Flavio, op. cit., p. 164, 165, 166.

(2) Documentos Parlamentares, Política Econômica, Valorização do Café (1895-1906), 1º volume, Rio de Janeiro, Ed. Jornal do Comércio, 1915, p. 29, 55 e 56.

mediários que os misturavam para exportá-los, formando poucos tipos e confundindo as qualidades. Portanto, a qualidade do café brasileiro não era julgada pelo produto que saía das fazendas, mas pela mistura ou liga que sofria para ser exportado. Nos mercados estrangeiros os intermediários vendiam esse café pasteurizado no tipo e na qualidade por um só preço. Nos países importadores essa mistura era desfeita por uma cuidadosa separação das diferentes qualidades, para que os melhores cafés pudessem ser entregues à especulação dos centros consumidores, como café de outros países produtores já vantajosamente conhecidos (1).

Assim o café fino brasileiro era vendido como de outras procedências, marcando-se, porém, para ele as taxas mais ínfimas, a fim de manterem baixos os preços e ganharem as diferenças. O produto superior do Rio e de Santos era frequentemente vendido como café Java, Ceilão, Martinica e o melhor Bourbon. O café bom era torrado e vendido. O ordinário, que representava um terço do total, era reensacado com todas as impurezas para aumentar o estoque e impedir a alta do produto (2).

A consequência dessas manobras foi o barateamento do café brasileiro nos mercados estrangeiros. Em 1898 o Senador Alfredo Ellis se referia no Congresso ao comentário do cônsul brasileiro em Liverpool: "este ano foi notável pelo preço barato do café brasileiro na Inglaterra, devido à abundância das qualidades inferiores dos cafés do Brasil" (3).

(1) Idem, p. 58.

(2) Idem, p. 119.

(3) Documentos Parlamentares, vol. 1, op. cit., p. 48.

O mesmo não ocorria com o café de outras procedências. No mesmo ano o café da Venezuela estava cotado ao preço médio de 9,80 centavos, e o brasileiro a 6,22, isto é 58% menos que aquele; o da Guatemala por 12 centavos, ou 93% mais caro que o brasileiro; o do Haiti por 59,5% mais caro que o brasileiro; o do México por 10,37 centavos ou 66% mais caro; o de São Salvador por 56% mais caro; o de Costa Rica, por 14,24 centavos ou 128,9% mais caro; o da Colômbia por 11,40 centavos, ou 88,3% mais caro; São Domingos, Honduras Inglesas, Cuba e Havaí valendo o dobro ou o triplo a mais que o café brasileiro. Portanto a crise de preços do café se limitava ao Brasil. Vide Documentos Parlamentares, v.1, op.cit., p. 48.

As casas de exportação estrangeiras (grandes torradores americanos que com duas ou três casas exportadoras no Brasil, detinham o monopólio do gênero), eram representantes dos grandes estabelecimentos de torrefação dos E.U.A. que, ao necessitarem de café para a sua indústria, se esforçavam por adquiril-o pelo preço mais baixo. Como o preço do café torrado permanecia estável desde o tempo em que a matéria prima lhes custava o triplo ou até mesmo o quádruplo desse final de século, ganhavam consideráveis lucros com a diferença entre compra e venda (1).

Os grandes estabelecimentos de torrefação chegavam a enviar circulares, como uma que o senador Alfredo Ellis apresentou no Congresso, assinada pelos importadores de café Crossman & Brothers, de Nova York, declarando que continuariam a impor os preços baixos, suficientes apenas para cobrir os gastos de produção, porque os brasileiros, sendo como eram, oriundos de uma raça como a portuguesa, forte e de grande capacidade para o trabalho, não tinha, entretanto, grande capacidade intelectual (2).

Portanto, a raiz do problema cafeeiro consistia principalmente no monopsônio que os intermediários então exerciam nas relações internacionais do comércio brasileiro, comprando por baixo preço ao produtor e vendendo por preço elevado ao consumidor estrangeiro.

Além da especulação exercida pelas casas de exportação estrangeiras, os bancos estrangeiros, sediados nas praças exportadoras brasileiras, também procuravam auferir altos lucros no jogo e na especulação cambial. Persistia ainda o velho problema do período imperial. O governo brasileiro, para saldar seus compromissos financeiros com os credores ingleses, necessitava de cambiais,

(1) Documentos Parlamentares, vol. 1, op. cit., p. 127.

(2) Idem, vol. 1, p. 100.

monopolizadas naquela época pelos institutos bancários estrangeiros, que procuravam vendê-las ao Estado brasileiro ao câmbio baixo, para obter a maior quantidade possível de papel-moeda, aumentando ainda mais os serviços da dívida brasileira. Quando lhes convinha, ou seja, no momento das casas exportadoras fazerem suas compras de café, forçavam a alta cambial a fim de que as compras internas se liquidassem com menos mil-réis, o que lhes aumentava o lucro (1). Assim, os bancos e casas de exportação ganhavam duplamente: na compra do café brasileiro e no câmbio.

Os políticos liberais reconheciam que os exportadores desempenhavam um papel negativo na comercialização do café, depreciando o seu valor. Se opunham também à especulação exercida pelos bancos estrangeiros nas praças nacionais, sobre os constantes empréstimos contraídos pelo Brasil, no exterior, pois suas manobras oneravam o Tesouro Nacional.

Um bom exemplo desse ponto de vista nos é dado por Rodrigues Alves que, quando Ministro da Fazenda de Prudente de Moraes em 1896, procurava refrear o mecanismo de pressão sobre o câmbio exercido pelos especuladores, propondo que o Tesouro comprasse hoa parte das cambiais, que necessitaria no ano seguinte, no período de alta, ou seja, no segundo semestre de 1896, afastando-se do mercado nos primeiros meses de 1897. Dizia: "É sabido, que, em abril e maio de cada ano, por ser fim de safra de café, dá-se falta de letras de câmbio. A vantagem de não entrar o Tesouro no mercado em tais circunstâncias é óbvia e compensa qualquer diferença resultante do dinheiro" (2).

(1) FRANCO, A.A.M., op. cit., p. 468.

(2) Idem, p. 126.

Entretanto, embora admitindo que os especuladores atuassem no sentido de depreciar o valor do café e de onerar os custos financeiros dos empréstimos feitos pelo Governo Brasileiro, acreditavam que a principal causa da crise cafeeira residia na superprodução, e só a eliminação desta possibilitaria o fim da especulação. Portanto a solução ortodoxa consistia na redução da produção de café e na eliminação da massa dos cafés abaixo do tipo 7 do mercado. Deveria haver também uma diminuição dos impostos de exportação na proporção inversa dos tipos. Essas medidas aumentariam o valor das exportações.

Reconheciam que muitos fazendeiros estavam comprometidos e outros arruinados, mas tal situação não significava o desaparecimento da lavoura. No livre jogo do mercado outros fazendeiros, com mais recursos e maior capacidade explorariam o mesmo negócio. Dizia um parlamentar da época: "A falência de um negociante, não significava a falência do negócio".

5.3. Grande Burguesia Cafeeira

Para o setor ferroviário a situação se inverteu em relação ao início da década de 90. As empresas ferroviárias, assim como a importação e exportação, saíam do aperto e passavam a se beneficiar com a política econômica do final do século. A valorização da taxa cambial, a partir de 1899, reduziu os custos das importações para as ferrovias o que ampliava imediatamente as suas receitas. Mas a essa altura o transporte começa a pesar para os produtores que protestam contra as tarifas ferroviárias, mas sem sensibilizar os donos das empresas.

Na Sessão da Câmara Federal de 1 de julho de 1903 o Senador paulista Alfredo Ellis reconhecia que há 10 anos atrás, a tarifa móvel (que se altera com as oscilações do câmbio) havia si-

do uma necessidade para as ferrovias, às voltas com custos crescentes de suas matérias-primas e encargos financeiros. Entretanto, o mesmo não ocorria naquele momento, pois a lavoura se defrontava com preços declinantes do café e com a manutenção da tarifa móvel. Ellis lembra que em 1893 a saca de café alcançava 100\$, e em 1903 girava em torno de 25\$, enquanto as estradas de ferro cobravam os mesmos fretes (1). Assim "a riqueza das indústrias de transporte está na razão inversa da miséria da lavoura" (2).

É neste contexto que se verifica um distanciamento entre a lavoura, às voltas com sua primeira crise séria de superprodução, preços declinantes e tarifas ferroviárias estáveis, e aqueles grandes fazendeiros que diversificaram suas atividades (ferrovias, comércio de importação e exportação, bancos, serviços urbanos), com menos recursos investidos na produção de café. Além disso, os grandes fazendeiros dispunham de capital de giro próprio e dependiam menos do crédito, enquanto os fazendeiros, cuja valorização do capital se dava na esfera exclusiva da produção, eram obrigados a recorrer sistematicamente a empréstimos bancários para financiar os seus estoques. Fica claro que os primeiros tinham muito mais condições de resistir à queda dos preços do café e esperar melhores oportunidades de venda. Daí a clara adoção de políticas tarifárias nas ferrovias que praticamente ignoraram a crise da lavoura e, pelo contrário, defendiam a alta rentabilidade do setor ferroviário (3).

Daí a divisão de interesses em torno da política cambial. A lavoura pleiteava um câmbio baixo, para receber mais cruzeiros

(1) Documentos Parlamentares, vol. 1, op. cit., p.76.

(2) Idem, vol. 1, p. 97.

(3) SAES, Flavio, op.cit., p. 189.

por cada saca exportada, enquanto as ferrovias lutavam por um câmbio alto, a fim de baratear em cruzeiros as importações de seus meios de produção.

Dessa forma, o setor ferroviário deixa de ter a sua reprodução calcada principalmente nas condições favoráveis aos ganhos da lavoura (1). Seu ritmo de acumulação se distancia do ritmo de acumulação da produção cafeeira, na medida em que, por exemplo, as ferrovias, em função da crise do café, passam a estimular novas atividades (gêneros alimentícios, pecuária, etc.), centralizando assim a sua valorização nas atividades externas à lavoura cafeeira propriamente dita (2).

É significativo que um dos principais representantes do setor ferroviário, o Sr. Antonio Prado, presidente da Cia. Paulista de Estrada de Ferro, tendo participado do Congresso de Cafeicultores em São Paulo, em setembro de 1896, negasse a crise da lavoura cafeeira. Naquela ocasião afirmava que os gastos com a produção de café não absorviam o valor do produto. A queda dos preços do café seria resolvida com o alargamento do consumo, que geraria uma elevação dos preços. Segundo Antonio Prado a crise era financeira, dado as dificuldades dos lavradores de obterem financiamentos para suas safras junto aos bancos e comissários que, por sua vez, não tinham capital suficiente para suprir as necessidades de seus clientes (3). E assim Antonio Prado sugeria "paciência" aos lavradores. Ao que o Deputado Álvaro de Carvalho respondia na Câmara dos Deputados: "Paciência é bom de receitar... Mas, paciência quando se está na miséria e se vê a prosperidade dos ricos é muito difícil de cultivar" (4).

(1) SAES, Flávio, op. cit., p. 338.

(2) Idem, p. 161.

(3) TAUNAY, A.E., op.cit., v.9, p. 165 e 166.

(4) SAES, Flávio, op. cit., p. 157.

Assim ficou claro que desde o Encilhamento os diversos setores da economia cafeeira paulista apresentavam um comportamento diferenciado face às políticas econômicas. E estas, nos últimos anos do século XIX, não eram nada favoráveis aos produtores de café. Foi assim que veio a se configurar uma crise para a lavoura cafeeira.

C A P Í T U L O I I

ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DOS FAZENDEIROS DE CAFÉ E INTERVENÇÃO ESTATAL

1. Associações de Classe, Congressos e Partidos

Vários eram os problemas que se apresentavam para os fazendeiros na virada do século, desde a queda dos preços internos e externos do café, até o avanço dos especuladores, passando pela acumulação dos estoques nas mãos dos lavradores e sem falar da política restricionista de Murtinho, que iria se repetir no governo seguinte. Afinal Campos Sales conseguira a adesão das oligarquias da maioria dos Estados (com exceção do Maranhão, Pernambuco e Rio de Janeiro) para a indicação do então governador de São Paulo Rodrigues Alves (1) para seu sucessor, como coroamento do seu esquema político. Não custa lembrar que Rodrigues Alves já demonstrara seus pendores ortodoxos em sua passagem pelo Ministério da Fazenda e no Governo de São Paulo, tendo escolhido outro liberal ortodoxo, Leopoldo Bulhões para assumir a pasta da Fazenda e prosseguir a obra "saneadora" de Joaquim Murtinho. É interessante salientar que por ocasião de sua posse a inflação já estava debelada e a moeda nacional valorizada.

Face a essa conjuntura adversa para a lavoura cafeeira como fazer para retornar à lucratividade dos primeiros anos da década de 90 ?

Os fazendeiros trataram de implementar sua organização política promovendo congressos nas diversas cidades dos Estados produtores de café, formando associações de classe e até tentando

(1) Rodrigues Alves assumiu a Presidência da República a 15 de novembro de 1902 e governou até 15 de novembro de 1906.

criar um Partido da Lavoura para melhor influenciar a política. Gradativamente passaram a reivindicar a intervenção do Estado no processo econômico, e mais especificamente na solução da crise cafeeira.

No Congresso Federal tomava corpo uma corrente formada por representantes políticos dos fazendeiros de café com uma proposta de política econômica diametralmente oposta daquela praticada pelos Governos Campos Sales e Rodrigues Alves.

Assim em setembro de 1896, com o começo da queda dos preços do café, foi realizado o primeiro Congresso de Fazendeiros de café na cidade de São Paulo (1) No ano seguinte foi inaugurada a Sociedade Nacional de Agricultura, no Distrito Federal (2). A partir dos primeiros meses de 1899 foram organizados vários "Clubes da Lavoura" nas cidades do interior, que passaram a pressionar por uma maior participação no Centro da Lavoura do Estado, localizado na cidade de São Paulo. Enquanto os clubes eram formados principalmente pelos pequenos e médios fazendeiros. O Centro era dominado pela grande burguesia cafeeira (fazendeiros associados aos empreendimentos urbanos) que residia na capital. Os Clubes da Lavoura propunham que apenas seus associados participassem do Centro da Lavoura e que coubesse a eles a eleição de sua diretoria. Havia assim uma certa cisão entre a "lavoura" e os interesses da cidade de São Paulo, que se acentuou quando os clubes do interior propuseram a criação de um Partido da Lavoura (3).

A grande burguesia cafeeira se opunha à corrente favorável ao Partido da Lavoura, alegando a improcedência de suas recla

(1) TAUNAY, A. E., op.cit., v. 9, p. 165.

(2) SAES, Flávio, op.cit., p. 160.

(3) SAES, Flávio, op.cit., p. 159.

mações e o perigo representado pela organização dessa agremiação. O jornal "O Estado de São Paulo" dizia que "os lavradores do Estado de São Paulo estão formando clubes de classe com caráter fracamente político. Trata-se da organização do partido da lavoura. Mal inspirados foram os iniciadores deste movimento" (1).

Um passo importante na organização associativa dos fazendeiros foi dada em 1899, quando um Congresso de Cafeicultores exigiu ajuda federal e estadual sob a forma de empréstimos a longo prazo (2). Já nessa época os fazendeiros percebiam que a melhor estratégia para defender seus interesses era estabelecer o monopólio brasileiro da comercialização do café e regular a exportação com a força do Estado.

Ainda em outubro de 1899 realizou-se o Congresso Agrícola de Juiz de Fora, que sugere a firme intervenção do Estado na comercialização de café, ao preconizar o estabelecimento de leilões públicos com preços mínimos. Como alternativa, sugeria-se a adoção do monopólio oficial do grão para impedir a baixa do preço pela especulação. Essa não era a primeira vez que se lançava a idéia do monopólio estatal. Já em 1895 o deputado carioca Érico Coelho defendia o monopólio do comércio de exportação pela União(3).

Em 1901 foi organizado um Congresso Agrícola Nacional pela Sociedade Nacional de Agricultura do qual resultou a formação de associações na Bahia, Minas e em São Paulo. Neste último Estado a continuação da crise cafeeira, agravada pela política cambial que contribuía ainda mais para reduzir os lucros dos fazendeiros, bem como o declínio da imigração, constituíam estímulos para a associação (4).

(1) SAES, Flávio, op.cit., p. 160.

(2) LOVE, Joseph, op.cit., p. 182.

(3) TAUNAY, A.E., op.cit., v.9, p. 279.

(4) LOVE, Joseph, op.cit., p. 308.

A Sociedade Paulista de Agricultura, por exemplo, foi fundada em 1902 (ano de grandes colheitas, preços baixos e taxas cambiais elevadas) com o objetivo de neutralizar o controle exercido pelas casas exportadoras estrangeiras sobre o comércio internacional do café e contra a manipulação dos preços por parte dos importadores. Ela foi organizada dentro da própria Secretaria Estadual da Agricultura sob a liderança de alguns dos mais prestigiados plantadores e comissários do Estado. Durante o governo de Jorge Tibiriça, essa sociedade virtualmente ditava a política cafeeira e forneceu vários secretários da agricultura após o restabelecimento do Ministério da Agricultura em 1909 (1).

Além de solicitar crédito e a diminuição dos impostos de exportação ao governo, os líderes da SPA advogavam também a concessão de pequenos lotes aos imigrantes, de modo a assegurar sua fixação nas vizinhanças das grandes plantações, formando assim uma força de trabalho permanentemente disponível (2).

No Congresso Federal destacavam-se parlamentares que começavam a se distanciar de certos pressupostos do liberalismo ortodoxo, chegando a questionar o funcionamento da lei da oferta e procura, tão preconizada pelo Ministro Joaquim Murinho, para solucionar os problemas cafeeiros. Entre eles destacavam-se o senador paulista Alfredo Ellis, um dos mais ardorosos defensores dos interesses dos fazendeiros de café e precursor da campanha da valorização, que desde o final do século denunciava no Congresso a ação dos especuladores no mercado cafeeiro. Também foram extremamente relevantes os pronunciamentos dos deputados Fausto Cardoso,

(1) LOVE, Joseph, op. cit., p. 182 e 308.

(2) O ESP, 22.02.1902, p. 1, 23.02.1902, p.2, citado em LOVE, Joseph, op. cit., p. 308.

Serzedello Correia, Francisco Malta Cardoso, Cândido Rodrigues, David Campesta, Eloy Chaves e outros.

O deputado Fausto Cardoso, ferrenho crítico da especulação praticada pelos intermediários, criticou o Ministro da Fazenda Joaquim Murtinho por orientar-se pelos falsos conceitos de Hahnemann e de Spencer de seleção natural dos mais aptos, na administração econômica e financeira do país que o conduziram à equívoca doutrina do laissez-faire, laissez-passer (1).

A princípio esses parlamentares também defendiam a valorização da moeda nacional, assim como os ortodoxos, mas por mecanismos diferentes daqueles empregados pelo Ministro Joaquim Murtinho. Assim embora reconhecessem que a baixa da taxa cambial era provocada pela queda dos preços do café (principal produto de exportação), propunham a valorização do café através da intervenção do Estado no mercado cafeeiro, como solução para a elevação do câmbio, e não a eliminação da produção supostamente excedente, conforme preconizava Murtinho.

Esses parlamentares lembravam em seus discursos que o Brasil detinha o monopólio da produção de café, mas não possuía uma organização comercial capaz de desfrutá-lo e defender seus interesses. Segundo eles o perfeito funcionamento da lei da livre concorrência só poderia ocorrer se os preços e os estoques não fossem manipulados por um punhado de exportadores que violavam as regras básicas dessa lei ao monopolizarem o mercado cafeeiro. Nesse sentido identificavam como causa principal da crise cafeeira o poder dos especuladores estrangeiros, que controlavam a comercialização do café. E não a superprodução, como queriam os ortodoxos.

(1) Documentos Parlamentares, vol.1, op. cit., p. 40.

No início do século, em discurso na Câmara Federal, o deputado carioca Serzedello Correa, representante dos intervencionistas dizia que:

"Ao lado das causas naturais, como a da superprodução, existem as de caráter artificial. Refiro-me à especulação feita dentro do mercado, de modo a subtrair o produto completamente às leis da oferta e da procura, reguladoras dos preços.

É fato que, nem na teoria e nem na prática, se pode condenar a especulação. Ela é quase sempre um bem, quando exercida dentro do regime da concorrência. Quando a especulação se faz dentro de um mercado que está submetido ao regime da liberdade franca da concorrência, estabelecem-se, naturalmente, conforme as conveniências de ocasião, tendências para a alta e para a baixa nos preços de certos gêneros e uma corrige a outra. E, se esta especulação se exerce em países que tem uma moeda sã de valor quase invariável, que regula todas as transações e tem aceitação universal, pode-se afirmar, ela quase nunca é um mal, sendo no maior número dos casos, uma força que estimula o comércio e impulsiona a produção.

O nosso caso é exatamente o contrário. País de moeda inconvertível, tendo cometido o erro das emissões sucessivas, que profundamente a desvalorizaram, a especulação entre nós lentamente se constituiu em um verdadeiro monopólio...

Temos o monopólio da produção e deixamos que o estrangeiro ficasse com o monopólio do comércio, ditando-nos o preço como entende e como quer, de um lado, porque o produtor precisa vender seja como for, de outro, porque o comprador, apoiado no estoque existente e no excesso de produção em relação às necessidades do consumo, aparenta no meio da maior gravidade, não precisar do gênero, não precisar comprá-lo. Diante disto, como contestar que a especulação, sob a forma de monopólio e a nenhuma defesa de nossa parte são fatores de grande vigor na depreciação do café? Como negar isso para aceitar quase que como causa única - a superprodução? ... Quando mesmo se aceita a opinião dos que entendem que o baixo preço é devido à superprodução, mesmo assim, é necessário diante da grande safra atual, a defesa para regular as entradas, para dar ordem à oferta, de modo a evitar os maus efeitos da especulação que fatalmente se fará no sentido de uma baixa maior, tanto mais quando sabemos que as grandes safras sucedem anos de diminuição de produção e que tudo de futuro se pode normalizar, reservando hoje, o que temos de mais, para amanhã, para os anos em que tivermos de menos. Isso é proceder com acerto e de acordo com os ensinamentos sadios da ciência

cia econômica. Isso é regular às condições da oferta, pondo-as de harmonia com a procura para governar a lei que rege os preços. Quando se atende, porém, a que o comércio de café é um monopólio, a lei da oferta e da procura não funciona, quando se atende a que temos diante de nós monopolizadores que conhecem todos os segredos do negócio, toda a desgraçada situação dos nossos lavradores, toda a falta de condenação de nossas forças de resistência, se compreende a gravidade da crise e a habilidade extraordinária dos que nos exploram e nos enganam.

Portanto, o dever de intervir por parte do Estado não pode ser seriamente atacado. Se há o que censurar é não tê-lo feito há mais tempo"(1).

Em 1903, o senador Alfredo Ellis lembrava que se os preços do café naquele ano atingissem a cifra de 80 a 100 francos, como em 1897, o Estado de São Paulo teria recebido em pagamento 50 milhões de libras esterlinas, pois exportara 11 milhões de sacas de 60 quilos. Entretanto, a receita do café desse ano não passou de 38 milhões de esterlinas, apesar dos preços constantes no mercado consumidor indicando que os torradores e especuladores se apropriavam da diferença (2).

Em 1905 o parlamentar paulista Francisco Malta Cardoso discutia essa questão ainda na linha da intervenção estatal, apresentando os argumentos do teórico P. Cawes, que dizia o seguinte:

"A escola do laissez-faire ou o dogma da livre-concorrência é hoje imprestável. Um movimento extraordinário se produz na Alemanha, Itália, Inglaterra, América e quase em toda a parte, em favor de uma ação mais vigorosa do Estado na defesa da produção. Com um exame aprofundado se serão compreendidos os pontos em que o livre câmbio fazia correr risco os interesses coletivos da sociedade, quando já do ponto de vista científico, ele mostra o seu nenhum valimento, reduzindo a zero o papel social da ciência econômica" (3).

Acrescentava Francisco Malta:

"É voz corrente, que entre ingleses e americanos, tanto quanto se possa falar de teorias, em países que prescindem de teorias, que o livre câmbio

(1) Documentos Parlamentares, vol.1, op.cit., p. 360 a 363.

(2) Idem, p. 365.

(3) Idem, p. 192.

bio, o *laissez-faire* é a doutrina ortodoxa e a geralmente aceita pela legislação federal e pela dos Estados. Este pensamento é inteiramente falso. A democracia americana e a inglesa não dispensam a intervenção do Estado. A teoria econômica não detém os governos americanos, que ali jam com facilidade. De acordo com essa orientação o Estado despende grandes somas em auxílios, dos quais não cogitam sequer os governos eu ropeus. Na confecção do orçamento, o objetivo principal é defender o produtor. Daí resultam os grandes recursos fornecidos pelas taxas ele vadas sobre os artigos de importação similares aos indígenas. A escola que professa que é virtude favorecer o consumidor com o prejuízo do produtor proclama um regime incompatível com o equilíbrio social. Quais são os consumidores? Não são eles também produtores?

Que lei é essa que distribui a uns a felicidade e a outros a miséria? É a da concorrência ilimitada, a do livre câmbio, a do *laissez-faire*. Felizmente, os protestos se acumulam e a sua substituição se vai fazendo em todos os espíritos por outra mais generosa, humana, salutar e positiva - a lei da concorrência limitada e da proteção do produtor"(1).

Assim cada vez mais os fazendeiros se congregaram em as sociações para promoverem a defesa de seus interesses. Através da Sociedade Paulista de Agricultura, da Sociedade Nacional de Agricultura, dos Clubes da Lavoura, dos Congressos e da Câmara Federal surgem pressões para a constituição do monopólio estatal do comércio de exportação como único meio de eliminar o jogo especulativo. Além disso reivindicavam a concessão de empréstimos e a fixação dos preços mínimos.

Nesse sentido os fazendeiros de café e seus representantes políticos no Congresso pressionam o Estado a intervir na economia. Isso não significava uma proposta de desenvolvimento alternativo à economia agro-exportadora. Muito pelo contrário, na verdade lutam pela sua manutenção porque dela participam mas com uma ótica que passa a contrariar os interesses mercantis e os capitais estrangeiros envolvidos com a economia cafeeira. Dessa forma procuram alterar as regras do jogo de um modelo agro-exportador do

(1) Documentos Parlamentares, vol. 1, op.cit., p. 199.

minado pelo setor mercantil e subordinado ao capital estrangeiro, reivindicando que o setor produtor passe a conduzir o processo econômico.

Essa corrente compreendeu que era impossível aplicar como solução dos problemas cafeeiros o livre jogo das forças do mercado, uma vez que os próprios comerciantes estrangeiros feriam as regras da livre concorrência, ao controlar o mercado cafeeiro. Era inegável que se as medidas de intervenção não fossem adotadas, o equilíbrio do mercado ocorreria a médio e longo prazo, mas com total prejuízo da lavoura de café (1).

Assim, o pacto agro-exportador, que congregava capitais nacionais e estrangeiros, comerciais, produtivas e bancárias, tende a ser redefinido na medida em que se consolida o capital nacional (2) vinculado à produção de café, abrindo um maior espaço para a acumulação interna.

Os políticos ortodoxos reconheciam que os fazendeiros opunham resistência às medidas por eles indicadas e admitiam o crescimento da corrente intervencionista na solução do problema cafeeiro entre os produtores e seus representantes políticos.

(1) Em várias ocasiões os parlamentares recordaram casos de intervenção do Estado nos países mais avançados. Por exemplo, em 1904, quando o algodão americano baixou de 17 centavos de dólar em fevereiro para 6¹/₂ em outubro do mesmo ano, os plantadores do sul associaram-se com o intuito de impedir uma baixa maior e, auxiliados pelos bancos nacionais e estaduais de todo o sul, que por sua vez receberam depósitos sem juros do Governo Federal, conseguiram excelente êxito. Novamente compraram o algodão e puderam, em 1906, vender suas colheitas a 11 centavos.

Também na Rússia ocorreu situação similar com o trigo. Os alemães através de seus sindicatos aproveitavam os momentos críticos do lavrador russo, sem recursos e sem créditos, e ofereciam preços cada vez mais baixos. O governo do Czar deu combate à especulação alemã, através da organização de uma forte e enérgica resistência com o auxílio de muitos bancos. Vários armazéns foram construídos para depositar o trigo, com todas as precauções para evitar a fermentação e só se vendeu o trigo por preço remunerador. Portanto, não era uma originalidade a proposta de resistência à baixa progressiva dos preços do café, uma vez que a situação dos fazendeiros de café era semelhante a do russo e do americano, por ocasião da baixa dos preços do trigo e do algodão. Vide Documentos Parlamentares, op.cit., p.211 a 220, vol.1.

O deputado paulista Galeão Carvalho, um dos mais fiéis representantes do liberalismo ortodoxo, assim se manifestava numa sessão da Câmara dos Deputados em 1899:

"No meio da crise, que era geral, que a todas as classes e a todos os impulsos da sociedade e do trabalho afetava, ninguém queria fazer o mínimo sacrifício em favor de si mesmo e da comunhão, todos querendo ou acreditando poder manter, íntegra e completa, na adversidade, a prosperidade fictícia de outrora
As crises agrícolas e comerciais resolvem-se, naturalmente, pelo equilíbrio dos elementos que concorreram para criá-las
Elas não de seguir o seu curso fatal até que fatores favoráveis surjam de novo pelo influxo das leis a que elas estão sujeitas.
Todas as medidas tendentes a desviá-las do leito em que correm são sempre negativas.....
Enganam-se os que pensam que - "o crédito agrícola só deve e pode ser feito com os recursos do Tesouro, pelo aumento da dívida pública. A layousa sofre com o povo, como nós, as consequências dos nossos próprios erros", e persevera no erro quando entende - "que do Governo tudo depende"; e circunscreve a sua orientação "aos estreitos limites da proteção oficial", esquecida de que o Estado "se dá de um lado, tira de outro, se contrai empréstimos para distribuir pelas classes necessitadas, estas classes e o povo terão de pagá-los com o aumento de impostos" (1).

Prosseguindo em seu discurso o deputado Galeão Carvalho elogiava as medidas implementadas pelo então Presidente da República Campos Sales e seu Ministro da Fazenda Joaquim Murtinho:

(cont)

(2) Flavio Saes diz que nessa época houve uma significativa penetração de capital estrangeiro no país que se dirigiu principalmente para o setor ferroviário e para os serviços urbanos em geral, aumentando o grau de internacionalização da economia brasileira. Apesar de ser correta essa internalização, ela não envolveu as atividades produtivas do café, que continuaram nas mãos dos fazendeiros de café, que influenciaram cada vez mais as políticas econômicas do Estado. Foi esse setor tipicamente nacional que logrou diminuir a especulação dos oligopsônios estrangeiros sobre a comercialização de café. Portanto, apesar dessa penetração estrangeira, houve um fortalecimento do Estado Nacional, pelo menos no tocante às principais atividades econômicas do país na época, quais sejam, a produção e a comercialização do café. Assim, enquanto o grande capital cafeeiro transferia o controle acionário das principais ferrovias do café para o capital estrangeiro, os fazendeiros de café conseguiram implementar medidas estatais que retiraram deste último o monopólio do comércio, conforme será analisado mais adiante, nas políticas de valorização.

(1) Documentos Parlamentares, vol.1, op. cit., p. 141 e 142.

"O honrado Presidente da República e o Sr. Ministro da Fazenda têm como programa, a cuja execução subordinam a solução do problema econômico - a continuidade da política financeira decorrente do funding-loan, contra a qual atentaria, anulando todos os fecundos benefícios que ela produziu, o rumo diverso que, porventura seguissem.

Melindrosa é a situação da lavoura de café, digna é ela da solicitude dos poderes públicos, mas esta não pode ir até o ponto de sacrificar os interesses comuns e superiores do país, fazendo-nos retrogradar ao regime funesto que nos arrastou até a moratória, e do qual saímos à custa de tantos sacrifícios - o regime condenado das emissões e dos empréstimos.

As anteriores experiências de auxílios pecuniários à lavoura, por intermédio do Estado, mas à custa do povo, deixaram profundas e tristes recordações, eloquentes de mais bem vivas ainda, para aconselhar a máxima prudência em quaisquer tentativas no mesmo sentido.

O auxílio direto - hoje como ontem - iria de preferência beneficiar a terceiros; é possível que minorasse a opressão sob que vivem alguns fazendeiros, mas, certamente, não salvaria a lavoura.

Ele iria, ao contrário, aumentar a crise, incrementando a monocultura, favorecendo e estimulando a expansão das novas plantações e o regime funesto do desaparecimento do produto em que a qualidade é sacrificada à quantidade, o que quer dizer - continuaria a desvalorização dos cafês brasileiros e, portanto, a impossibilidade da elevação dos seus preços" (1).

Portanto, a corrente liberal propunha que a lavoura cafeeira solucionasse seus problemas a partir de seus próprios recursos. Nesse sentido eram radicalmente contrários à intervenção do Estado, quer por meio de empréstimos, da retirada de dinheiro dos cofres públicos, de operações de crédito, de emissão de papel moeda ou de apólices, pois essas medidas teriam como consequência estimular a expansão de novas plantações e, portanto, contribuir para a manutenção da superprodução, o que rebaixaria ainda mais os preços do café.

O debate entre a corrente liberal e a intervencionista

(1) Documentos Parlamentares, vol. 1, op. cit., p. 145.

prosseguiu ao longo de toda Primeira República, cada uma procurando à sua maneira influenciar as principais medidas de política econômica que afetassem o setor cafeeiro e o resto da economia.

Em 1906, os três principais estados produtores de café (São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro) promovem o Convênio de Taubaté, que inaugura uma progressiva intervenção do Estado na comercialização do café através da Primeira Política de valorização, e redefine a correlação de forças entre os principais segmentos sociais envolvidos com a economia cafeeira. Cabe salientar que a Política de Valorização foi uma conquista do setor produtor, em oposição à grande burguesia cafeeira e significou uma garantia para as condições de acumulação interna de capital, conforme será analisado mais adiante.

2. As Primeiras Tentativas de Intervenção do Estado

Apesar das divisões que se verificavam no seio da burguesia cafeeira paulista, as tendências divergentes continuavam abrigadas sob a estrutura partidária de um só partido, o PRP. É que a Política dos Governadores praticada por Campos Sales tornara esse partido o interlocutor privilegiado junto ao Governo Federal e o legítimo representante dos interesses dominantes no Estado de São Paulo. Por isso o projeto de um Partido da Lavoura não vingou e os fazendeiros de café continuaram abrigados sob o mesmo teto partidário dos comerciantes, donos de ferrovias e demais oponentes. Isso significa que o PRP não representava apenas este ou aquele grupo oligárquico, como costumava acontecer nos demais estados, mas dava conta das posições divergentes de São Paulo. Deve-se entender as peculiaridades do partido que representava São Paulo, no quadro regionalista que imperava na Primeira República. Acima das lutas intestinas que tendiam a fraccionar a burguesia cafeeira paulista, colocavam-se os interesses dominantes de São Paulo, que convinha defender, de forma coesa contra os outros Estados e junto ao Governo Federal.

Somente esse jogo de forças contraditórias dentro do PRP pode explicar porque esse partido, num dado momento faz o Presidente da República, na figura de um ortodoxo como Campos Sales ou Rodrigues Alves, e num momento seguinte apoia a política intervencionista de valorização do Convênio de Taubaté.

Assim, apesar do predomínio de políticos como Campos Sales, Rodrigues Alves e de Bernardino de Campos, o PRP viu-se obrig

gado a incorporar as demandas dos fazendeiros de café que, através de seus chefes partidários obrigavam o partido a interceder junto à Câmara Estadual e Federal em defesa de seus interesses. Não é difícil adivinhar que os conflitos no interior do partido foram frequentes e ficavam em torno da política econômica e do grau de intervenção do Estado na economia. Pouco a pouco a balança foi pendendo para o lado dos intervencionistas e vão surgindo no Parlamento os primeiros projetos de intervenção na comercialização do café, oriundos do PRP, das várias associações de classe criadas no período e de outros Estados que consideravam o café o principal produto de exportação nacional.

As propostas de intervenção no mercado cafeeiro apresentadas no Legislativo oscilavam entre uma intervenção direta do Estado regulamentando a comercialização do produto, e a formação de consórcios privados de comercialização com a participação indireta do Estado.

Primeiro foi a proposta de monopólio estatal do deputado do Erico Coelho do Estado do Rio de Janeiro em 1895, que naquele momento não teve nenhuma repercussão. Mais tarde em 1899 o economista Joaquim Franco de Lacerda, bastante citado pelos parlamentares da época, sugeriu a constituição de uma organização comercial privada que valorizasse os preços do café por meio do controle de estoques e da regularização das entregas. Segundo ele, haveria dois caminhos a seguir: reduzir a importação ou valorizar os preços do café (1). Nesse mesmo ano o político paulista Alfredo Ellis propôs o auxílio do Estado para a constituição de cooperativas de produtores para a promoção da venda do café nas praças nacionais e internacionais, com fundos para o financiamento de parte do custeio das novas safras.

(1) FRANCO, A. A. M., op.cit., p. 450.

Em 1901 os deputados Fausto Cardoso e Joaquim Pires colocaram de forma mais explícita a necessidade de intervenção do Estado na centralização de todas as compras para o controle das exportações com o financiamento dos lavradores e o estabelecimento de preços mínimos (1).

Em julho de 1903 Alfredo Ellis volta a carga com um projeto de valorização que implicava na compra pelo Governo Federal de 4 a 5 milhões de sacas de café, a serem financiadas por recursos da União. Entretanto não conseguiu sensibilizar a Comissão de Finanças que o rejeitou (2).

Também o comerciante (do setor importador) Antonio Siciliano formulou em 1903 um projeto de valorização do café que ex-pressa bem o tipo de participação que poderia interessar ao setor mercantil. Propõe a formação de um sindicato de capitalistas que, mediante um contrato de seis anos prorrogáveis com o Estado de São Paulo, se encarregaria de centralizar todas as compras do café no Estado, e exercer o monopólio da exportação para a elevação dos preços. Era natural que a perspectiva de intervenção suscitasse o interesse de empresários de distintos setores, mesmo que não diretamente vinculados à produção, em função das vantagens que poderiam advir de participar de algum consórcio que viesse a comandar o monopólio do comércio cafeeiro. Entretanto, a balança pendeu para o lado daqueles que advogavam o monopólio estatal do comércio cafeeiro.

Ainda em 1903 o político paulista Cândido Rodrigues, em nome da delegação paulista, apresentou um projeto assinado por 34 colegas, na maioria representantes das zonas cafeeiras de São Paulo e Minas Gerais que já continha boa parte dos dispositivos in-

(1) Documentos Parlamentares, vol. 1, op.cit., p. 85.

(2) Idem, p. 85.

corporados ao programa de valorização. Esse projeto visava sobre tudo fixar preços mínimos para o produto, fazer propaganda no exterior para aumentar o consumo, conceder crédito aos produtores, limitar a produção e recorrer ao crédito externo para mobilizar o plano. Mas não foi aprovado porque esbarrou na oposição do Presidente Rodrigues Alves e no parecer contrário da Comissão de Finanças (1).

Portanto havia ainda muita resistência no Parlamento a uma ação mais deliberada do Governo Brasileiro em prol da monopolização do comércio cafeeiro. Enquanto o impasse não se resolvia, a situação dos produtores de café ia se deteriorando em função dos preços aviltados no mercado internacional e das medidas do Funding-Loan, que implicaram na restrição do crédito aos produtores e na valorização cambial.

(1) LOVE, Joseph, op. cit., p. 264.

3. Convênio de Taubaté

Diante das dificuldades para a aprovação dos projetos de defesa do café no Congresso, o novo governador do Estado de São Paulo, Jorge Tibiriça (1) resolveu articular a valorização via governo estadual buscando apoio nos estados cafeeiros de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Assim no dia 25 de fevereiro de 1906, Jorge Tibiriça (SP), Francisco Sales (MG), e Nilo Peçanha (RJ) se reuniram em Taubaté e assinaram um convênio para valorizar o café, regular o seu comércio e promover o aumento do seu consumo (2). Ficou resolvido entre os Presidentes dos três Estados que se dirigiriam ao Presidente da República e solicitariam a convocação do Congresso Nacional, em sessão extraordinária e urgente, para a decretação de uma lei criando a "Caixa de Conversão" com a finalidade de emitir papel-moeda conversível em ouro a uma taxa prefixada em torno de 15 dinheiros. Esta Caixa teria como lastro para a

-
- (1) O político paulista Jorge Tibiriça foi, durante muitos anos, membro da Comissão Executiva do PRP (Órgão supremo do partido) fazendeiro de café de grande prestígio e diretor da Estrada de Ferro Mogiana na época da Proclamação da República. Embora fazendo parte da grande burguesia cafeeira, como governador lutou pelos interesses dos produtores de café, que deviam constituir parte considerável do seu eleitorado.
- (2) O Convênio desdobrava-se em 15 artigos e as suas disposições mais importantes eram as seguintes: foram fixados preços mínimos em ouro, para os diferentes tipos de café exportável (art. 1º); criava-se uma sobretaxa no valor de 3 francos-ouro (valor que poderia ser alterado) para cada saca de café exportado, e impediam-se mediante impostos proibitivos novas plantações (art. 6º); o Estado de São Paulo ficava autorizado a negociar no exterior, um empréstimo de 15 milhões de libras, destinado a financiar o plano, sendo o pagamento desse empréstimo feito com o produto da sobretaxa acima referida, a qual seria arrecadada pela União (arts. 7º e 8º); o empréstimo pelo qual se responsabilizavam solidariamente os três Estados, serviria também de lastro a um instrumento oficial que o convênio previa no âmbito federal, a Caixa de Conversão, cuja finalidade era a "fixação do valor-moeda" (art. 8º); o convênio seria aprovado pelo Presidente da República (art. 15). Vide a respeito FRANCO, A. A. M., p. 456.

emissão a importância do empréstimo a ser contratado pelos Estados com o endosso da União. O objetivo dessa medida era garantir a receita das exportações para os produtores de café, uma vez que o empréstimo realizado pelos Estados forçaria inevitavelmente a alta do câmbio, caso este continuasse entregue às leis econômicas naturais, como propunham os ortodoxos, o que transformaria o Convênio em prejuízo, em vez de lucro para o produtor nacional. Somente um artifício legal poderia evitar o risco e este artifício foi a Caixa da Conversão.

O deputado paulista Altino Arantes salientou, em discurso na Câmara, que não obstante ser verdade que os interesses do Governo Federal eram melhor servidos por uma taxa cambial elevada, o mesmo não acontecia em relação aos produtores, cujos interesses deveriam ser postos em primeiro plano. Enfatizou o fato de que as "classes produtoras" eram responsáveis pelo grosso da renda federal, e portanto a depreciação da taxa cambial encorajava as exportações (1).

Em torno da proposta do Convênio de Taubaté aglutinaram-se várias forças políticas, principalmente os fazendeiros de café do interior, que marcaram sua presença por meio de seus representantes nas Câmaras Municipais. Para se ter uma noção da força que adquiriu a idéia do Convênio, e a base política da qual dispunham os produtores basta lembrar que ele recebeu apoio decisivo de todas as Câmaras Municipais das principais cidades paulistas, em número de 56 (2), que enviaram moções de apoio ao Parlamento.

(1) LOVE, Joseph, op. cit., p. 268.

(2) Eram as seguintes as Câmaras Municipais: Dois Córregos, Santo Antônio da Cachoeira, Jacareí, Caraguatatuba, S. José do Rio Pardo, Pindamonhangaba, Taubaté, Porto Feliz, S. José dos Campos, Villa Bella, S. Sebastião, Tambaú, Botucatu, S. Pedro, Bariri, Bragança, Salto de Itú, Campinas, Itapera, Espírito Santo do Pinhal, Santos, S. Manoel do Paraíso, Mogy-Guassu, Tremem (continua na página seguinte)

Entretanto, o Presidente da República Rodrigues Alves, que deveria aprovar o Convênio, discordava de suas propostas, de acordo com sua crença ortodoxa. Em mensagem ao Congresso sobre as resoluções do Encontro de Taubaté mais uma vez expressou as mesmas idéias que sustentava desde os tempos de Ministro da Fazenda, no início da década de 1890.

Para o Presidente a defesa dos preços não se faria com a "valorização artificial", mas com a melhoria da produção, através da redução dos custos, do crédito adequado ao produtor, do armazenamento e da emissão de títulos negociáveis, descartando a fixação de preços mínimos e a formação de estoques reguladores. Só assim o fazendeiro e o comissário poderiam se defender contra a pressão baixista dos vendedores estrangeiros, que auferiam lucros altíssimos na diferença dos preços. Enfim, os mecanismos de financiamento agrícola deveriam ser melhorados para que o lavrador não se precipitasse na venda. Mas de qualquer forma a responsabilidade de tal ação cabia à iniciativa privada.

Sob essa ótica era natural que desde o primeiro momento Rodrigues Alves fosse radicalmente contrário à Caixa de Conversão. A fixação legal do câmbio à taxa inferior a que lhe parecia natural, levaria à queda do padrão-monetário. Além disso, não concordava com a idéia de que o câmbio baixo valorizasse o café. Afir-
mava que:

"É um desacerto pensar que a lavoura do país não pode prosperar sem câmbio baixo, e uma corrente se tem formado em favor da idéia de uma taxa que a beneficie" (1).

(cont)

be, Pedreira, Annapolis, S.Bento do Sapucaí, Redenção, Bauru, Lençóis, Tietê, Itapetininga, S.José do Barreiro, Franca, Bom Sucesso, Serra Negra, Araraquara, Socorro, Santa Rita Passa Quatro, Jambeiro, Natividade, Lorena, Cruzeiro, Boa Esperança, Jaboticabal, Atibaia, Caconde, Cravinhos, Queluz, Santa Isabel, Mattão, Santa Cruz do Rio Pardo, Caçapava, Santa Cruz da Conceição e S.Simão, bem como o ofício da Associação Comercial de Santos. Vide Documentos Parlamentares, vol.1, op.cit., p. 231.

(1) FRANCO, A.A.M., op.cit., p. 458.

Ao manifestar-se contrário às teses do Convênio, Rodrigues Alves explicitava a contradição entre os objetivos deste e o programa econômico-financeiro de seu governo. A rigor ele aprovava alguns itens da valorização, como a facilitação do crédito e melhoria da comercialização, mas não aceitava a manipulação dos preços, dos estoques, a fixação do câmbio por lei e outros "artificialismos" dessa natureza. Nesse sentido, remeteu o projeto ao Congresso e solicitou que se separassem as duas questões: a da valorização e da fixação do câmbio. A tramitação do projeto da Caixa de Conversão no Legislativo foi suficientemente prolongada para garantir que Rodrigues Alves não fosse mais o Presidente quando a lei chegasse ao Catete para a necessária ratificação.

Assim a questão da valorização foi amplamente debatida no Congresso e na Imprensa, explicitando melhor os interesses em jogo.

Duas grandes figuras de projeção no meio político e financeiro se opuseram radicalmente à valorização. Antonio Prado, representando a grande burguesia cafeeira, e o maior credor do Brasil o banqueiro Rothschild, representando a burguesia financeira internacional.

Antonio Prado era o exemplo mais completo da grande burguesia cafeeira. Era fazendeiro, Presidente da Estrada de Ferro Paulista, sócio da casa exportadora Prado Chaves, importador, industrial, e comportava-se como um fervoroso adepto da política econômica-financeira de Rodrigues Alves, pois receava as consequências cambiais e monetárias da política valorizadora. Assim, lutou enquanto pôde contra a idéia da intervenção do Estado na valorização do café, à semelhança de tantos outros representantes da grande burguesia cafeeira na mesma situação. Em entrevista ao Jornal do Comércio, em setembro de 1905, ele deixava clara sua posição:

"Penso que estão completamente iludidos os que julgam ter encontrado remédio para a crise da lavoura cafeeira nos processos que tem sido lembrados para esse fim. Diz-se, geralmente, e quero acreditar que o mal vem do excesso de produção. Ora se assim é, o simples bom senso, de conformidade com o que ensina a ciência econômica, aconselharia como remédio para o mal indicado a diminuição da produção, ou melhor, a redução nos gastos dela" (1).

Em julho de 1906 ele volta a carga contra a fixação de preços mínimos e a baixa do câmbio à média das taxas de 1903. Enquanto proprietário da mais importante casa de exportação nacional, a Prado Chaves, não lhe interessava a fixação de um preço mínimo de café e, enquanto importador de implementos para a Cia. Paulista de Estrada de Ferro, não lhe convinha taxas cambiais desvalorizadas. A reprodução do seu capital não se dava fundamentalmente na produção, mas no investimento das ferrovias, no comércio da importação, no sistema bancário, etc. Além disso, opunha-se também à proibição de novas plantações e à elevação dos impostos sobre os cafés de qualidade inferior:

"Não posso acreditar em benefícios resultantes de uma lei anti-econômica e anti-liberal, que é a negação da riqueza pelo trabalho, e atentatória da propriedade e da aplicação arbitrária ao direito de cobrar impostos" (2).

Segundo os liberais ortodoxos não era necessário aumentar os impostos sobre as qualidades inferiores de café, e nem tributar as novas plantações. No livre jogo do mercado, os cafés inferiores não teriam grande aceitação e acabariam deixando de ser cultivados. Portanto, Segundo Antonio Prado melhor seria deixar o mercado resolver, e não taxar para manter os preços altos de forma artificial.

O banqueiro Rothschild, que encarnava a grande burgue-

(1) Documentos Parlamentares, vol.1, op.cit., p. 330 e 331.

(2) Idem, p. 336.

sia financeira internacional no Brasil, também se opunha, mais do que nunca, a qualquer mecanismo de valorização do café. Estava empenhado na manutenção da política de restauração cambial e monetária do Governo Campos Sales cuja mudança implicaria em dificuldades cambiais, e de pagamento dos empréstimos que ele tinha negociado para as obras do Governo de Rodrigues Alves (1).

A resistência do governo federal em colaborar com a parte que implicitamente lhe cabia na execução do Convênio, seja assumindo a co-responsabilidade no empréstimo externo, seja promovendo a lei da Caixa de Conversão, levou os três presidentes estaduais a modificar o texto do Convênio de Taubaté. Para isso reuniram-se em Belo Horizonte, onde assinaram, a 4 de julho, documento com as seguintes alterações do projeto inicial: o preço do café, em vez de ser fixado em franco-ouro, passou a sê-lo em mil-réis; dada a recusa da União em endossar o empréstimo externo, a sobre taxa passou a ser arrecadada pelos Estados produtores; o empréstimo seria aplicado diretamente na valorização do café, não se tratando mais de fixação legal do câmbio, visto que não se podia assegurar a criação da Caixa de Conversão (2).

Nesse intervalo entre a assinatura em Taubaté e a modificação em Belo Horizonte, o Convênio foi violentamente debatido na imprensa e finalmente aprovado em 21 de julho de 1906 na Câmara dos Deputados por 107 votos contra 15 (3), com as modificações

(1) FRANCO, A.A.M., op.cit., p. 543.

(2) Idem, p.461.

(3) Votaram a favor os deputados Deoclecio de Campos, Antonio Bastos, Hosannah de Oliveira, Agripino Azevedo, José Euzebio, Christino Cruz, Arlindo Nogueira, Joaquim Cruz, Waldemiro Moreira, Sergio Saboya, João Lopes, Sezeril Fontenelle, Graccho Cardoso, Thomaz Accioly, Gonçalo Souto, Juvenal Larmartine, Castro Pinto, Virgínio Marques, Apollinário Maranhão, Epaminondas Gracindo, Euzebio de Andrade, Arroxellas Galvão, Oliveira Valladao, Rodrigues Doris, Pedro Lado, Domingos Guimarães Neiva, Prisco Paraíso, Bernardo Jambeiro, Bulcão Vianna, Pedreira Franco, Augusto de Freitas, José Ignácio, Adalberto Pereira, Elpidio Mesquita, Salvador Pires, Leão Veloso, Garcia Pires, Torquato Moreira, Bernardo Horta, Graciano Neves, Bulhões Marcial, Sa Freire, Alcindo Guanabara, Froes da Cruz, Balthazar Bernardino,

(continua na página seguinte)

constantes do acordo de Belo Horizonte. Excluiu-se, portanto, dessa aprovação a cláusula referente à Caixa de Conversão cuja criação ficou adiada.

É interessante notar que o Deputado Rodrigues Alves Filho e o Deputado Galeão Carvalhal votaram a favor. O primeiro, filho do Presidente, preferiu seguir a orientação do PRP, e o segundo, adepto do liberalismo ortodoxo, aprovou-o levando em conta, provavelmente, a massa de seu eleitorado, composta fundamentalmente por fazendeiros.

No Senado o Convênio teve igual sorte e foi aprovado em 31 de julho de 1906 com 31 votos a favor e 6 contra (1).

Assim, Rodrigues Alves conseguiu apenas impedir a aprovação da Caixa de Conversão mas fechou os olhos ao restante das cláusulas do Convênio de Taubaté. Segundo Afonso Arinos a explicação para o comportamento de Rodrigues Alves, que foi duramente criticado por Calógeras, seu companheiro de idéias, por ter deixado passar o projeto no Congresso é a seguinte:

"sua tolerância forçada para com o Convênio era devida, segundo pensamos, ao receio de perder a posição política em São Paulo e, também, à

(cont)

Américo Werneck, Lobo Jurumenha, João Batista, Elysio de Araujo, Pereira Lima, Galvão Baptista, Pereira Nunes, Themistocles de Almeida, Rodrigues Peixoto, Teixeira Brandão, Barro Franco Junior, Vianna do Castello, Francisco Veiga, Bernardo Monteiro, Rodolfo Ferreira, Francisco Bernardino, Carlos Peixoto Filho, David Campista, José Bonifácio, João Luiz de Campos, Antero Botelho, Lamounier Godofredo, Bueno de Paiva, Francisco Bressane, Adalberto Ferraz, Carneiro Rezende, Christiano Brasil, Wenceslau Braz, Honorato Alves, Manoel Fulgencio, Carlos Garcia, Nogueira Jaquaribe, Teixeira Braga, Jesuino Cardoso, Galeão Carvalhal, Álvaro de Carvalho, Eloy Chaves, Alberto Sarmento, Joaquim Augusto, Altino Arantes, Adolfo Gordo, José Lobo, Palmeira Ripper, Francisco Romeiro, Valois de Castro, Rodrigues Alves Filho, Arnolpho Azevedo, Eduardo Socrates, Xavier de Almeida, Marcello Silva, Serzadello Correa, Paes Barreto, Victor do Amaral, Elyseu Guilherme, James Darcy, Diogo Fortuna, Vespasiano de Albuquerque, Homero Batista, Simões Lopes e João Abbott. E votaram contra os deputados Affonso Costa, Esmeraldino Bandeira, João Vieira, Cornelio da Fonseca, Malaquias Gonçalves, Estácio Coimbra, Julio de Mello, Pedro Pernambuco, Domingos Gonçalves, Artur Orlando, Miguel Calmon, Irineu Machado, Paulino de Souza, Paula Ramos e Pedro Moacyr. Vide Documentos Parlamentares, vol. 1, op.cit., p. 408 e 409.

(1) Votaram a favor os Senadores Alexandrino de Alencar, Sá Peixoto, Silverio (continua na página seguinte).

circunstância de ser ele próprio membro da classe dos produtores de café. Rodrigues Alves poderia ter sido um animador da valorização. Nunca o foi. Mas poderia, também, ter se oposto a ela com mais vigor. Não o fez" (1)

Entretanto, Rodrigues Alves contribuiu para dificultar e quase impossibilitar a operacionalização da primeira valorização, na medida em que se recusou a conceder o endosso da União ao empréstimo de 15 milhões de libras esterlinas, impedindo a sua realização naquele momento. Além disso, vetou o projeto de criação da Caixa de Conversão que só foi aprovado no governo seguinte.

A campanha pela valorização do café misturou-se ao problema da sucessão presidencial de 1906 e a eleição foi realizada durante a tramitação do Convênio de Taubaté no Congresso. Nada mais natural que a discussão sobre a política econômica a ser adotada para enfrentar o problema do café tenha se tornado o tema central que dirigiu o movimento para a indicação do sucessor de Rodrigues Alves.

Cabia ao Presidente Rodrigues Alves indicar o próximo candidato pelo PRP mas, dada a divisão existente no interior do partido em relação à Política de Valorização, ele não logrou êxito quando sua escolha recaía sobre Bernardino de Campos. Este ex-governador paulista apegava-se dogmaticamente à linha de austeridade traçada por Campos Sales que perdia terreno nas discussões

(cont)

Nery, Urbano Santos, Pires Ferreira, Raymundo Arthur, Pedro Borges, Pedro Velho, Ferreira Chaves, Álvaro Machado, Coelho Lisboa, Araujo Goes, Coelho e Campos, Muniz Freire, Siqueira Lima, Lourenço Batista, Oliveira Figueiredo, Augusto Vasconcellos, Bueno Brandão, Francisco Glicério, Alfredo Ellis, Lopes Chaves, Braz Abrantes, Joaquim de Souza, A.Azeredo, Metello, Xavier da Silva, Hercilio Luz, Gustavo Richard, Pinheiro Machado e Julio Frota. E votaram contra os Senadores Gomes de Castro, Belfort Vieira, Gonçalves Ferreira, Rosa e Silva, Virgilio Damazio e Barata Ribeiro. Vide Documentos Parlamentares, vol.1, op.cit., p. 42.

(1) FRANCO, A.A.M., op.cit., p. 480.

do partido. Em entrevista à imprensa Bernardino de Campos demonstrou a intenção de dar continuidade à política de contenção financeira e buscar a conversibilidade da moeda, empreendida por Rodrigues Alves (1). Era um livre cambista, que divergia da política de controle da taxa cambial, defendida pelos fazendeiros. Com a oposição destes últimos a candidatura de Bernardino estava fadada ao fracasso.

É sintomático e representativo da força política dos fazendeiros que, em função do disputadíssimo jogo sucessório, vários políticos, até então comprometidos com a orientação liberal ortodoxa, passassem para a posição oposta.

Campos Sales, interessado na indicação de seu nome para a Presidência da República, aderiu publicamente ao Convênio de Taubaté, no que se referia à valorização do café e à fixação legal do câmbio. Qual teria sido o motivo que levou um dos expoentes da ortodoxia a abraçar o intervencionismo? Muito provavelmente a força do eleitorado rural, influenciada naquela época principalmente pelos fazendeiros de café. Entretanto, as medidas restricionistas de seu período governamental, que tanto desagradaram a lavoura cafeeira, estavam vivas na memória dos produtores. Além disso, a preferência de Rodrigues Alves rakaía sobre o paulista Bernardino de Campos que, permanecia fiel aos princípios da ortodoxia.

Assim partiu de Minas Gerais o necessário apoio para a Política de Valorização e para a criação da Caixa de Conversão, através do ex-governador Afonso Pena e da bancada mineira que em peso passou a endossar tais medidas (2).

(1) FAUSTO, Boris, "Expansão do Café e Política Cafeeira" em Brasil Republicano 1 (Estrutura de Poder e Economia, 1889-1930), São Paulo, Difel, 1975, p. 216.

(2) LOVE, Joseph, op.cit., p.254.

Em compensação Afonso Pena foi eleito Presidente da República e tomou posse em 15 de novembro de 1906. Menos de um mês depois ele assinava a lei criando a Caixa de Conversão, juntamente com o novo Ministro da Fazenda David Campista, o mais entusiasmado propagandista da política de proteção ao café na bancada mineira. Rompia-se assim a coesão do PRP.

4. Primeira Política de Valorização do Café

O Convênio de Taubaté e a 1ª Valorização representaram um avanço dos fazendeiros de café e de todos aqueles que defendiam a intervenção do Estado para solucionar a crise econômica brasileira. Finalmente foi dado um passo decisivo na constituição de algo próximo do monopólio brasileiro da comercialização do café, que se consubstanciou no controle da oferta e na fixação de preços mínimos, atenuando a especulação internacional. O Brasil passou a ter o poder de influir fortemente nos preços, e com isso logrou uma redistribuição da renda produzida nos negócios cafeeiros a favor dos fazendeiros do Estado de São Paulo e de seus novos sócios estrangeiros, em detrimento da maioria dos especuladores e torradouros do mercado internacional. Por sua vez a Caixa de Conversão possibilitou o controle cambial e uma melhor remuneração em moeda nacional para os produtores de café.

Em que consistiu a Primeira Valorização? Inicialmente, a operação diferenciou-se do que havia sido aprovado pelo Convênio de Taubaté, quando os presidentes de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo decidiram realizar a política de defesa do café, através de uma ação conjunta dos três estados. É que a implementação das medidas de valorização dependia do endosso da União para o empréstimo de 15 milhões de libras esterlinas, que viabilizaria a compra e a estocagem do café pelos estados cafeeiros até a elevação dos preços no mercado internacional. Sem o endosso não haveria empréstimo de tal envergadura.

O Sr. Rodrigues Alves, então Presidente da República, não só vetou o aval do Governo Federal ao empréstimo, como também impediu que a Caixa de Conversão fosse aprovada ainda em sua gestão.

Restava portanto aos fazendeiros de café esperar a posse do presidente eleito Afonso Pena, comprometido com as diretrizes estabelecidas no Convênio de Taubaté, que só ocorreria a 15 de novembro de 1906.

Porém, 1906 apresentava-se como o ano da super-safra e dos baixos preços do café, não sendo possível aguardar o final do mandato presidencial. Assim o governo do Estado de São Paulo, atendendo às pressões dos produtores de café, que deveriam enfrentar a maior safra de todos os tempos, resolveu agir sozinho, recorrendo a banqueiros e comerciantes estrangeiros.

A princípio buscou auxílio junto a seu tradicional credor, o banqueiro Rothschild que, juntamente com outras grandes casas bancárias européias, recusou o financiamento, demonstrando sua oposição à política de valorização. Afinal, as cláusulas do Convênio eram radicalmente diferentes daquelas que efetivaram o Funding-Loan, bem a gosto do capital estrangeiro. O Convênio propunha uma intervenção monopolista a favor da rentabilidade dos produtores de café, ameaçando, dessa forma, os interesses do capital financeiro internacional, enquanto o Funding-Loan visava fundamentalmente o estabelecimento de uma política saneadora e de valorização cambial, dentro dos princípios da ortodoxia liberal.

Diante dessa recusa, o governo paulista decidiu jogar com a concorrência inter-imperialista e acabou conseguindo recursos de fontes alternativas, ou de grupos que almejavam uma participação maior nos negócios cafeeiros.

Já em agosto de 1906, São Paulo obteve um empréstimo de 1 milhão de libras esterlinas junto à filial em São Paulo do Banco Alemão "Discount Gesellschaft de Berlim", com garantia do governo paulista através da emissão de bônus do tesouro estadual. Entretanto, esse primeiro montante mostrou-se insuficiente, para a aquisição dos estoques necessários o que levou o Estado de São

Paulo a contrair novos empréstimos junto a um grupo de comerciantes-importadores americanos que, em outras oportunidades haviam tentado aumentar sua participação no mercado cafeeiro. A valorização lhes pareceu essa chance, se bem que teriam de se submeter ao controle do Estado de São Paulo.

O mais importante desses comerciantes, o americano Herman Sielcken (1), concordou com o estabelecimento de um preço mínimo de 7 centavos de dólar a libra peso para o café tipo 7, dos quais levantaria fundos para financiar 80%, enquanto o Estado de São Paulo financiaria os 20% restantes. Assim, ficou estabelecido que os membros do consórcio Sielcken adiantariam 5,6 centavos de dólar por libra peso e o Estado de São Paulo 1,4 centavos de dólar por libra peso (uma libra correspondia a meio quilo de café).

Esse empréstimo foi, portanto, conseguido por meio da associação de um segmento da grande burguesia mercantil internacional com o Estado de São Paulo, determinando assim uma nova estratégia de comercialização, que passou a beneficiar aqueles poucos comerciantes envolvidos na operação de valorização, como também aos produtores brasileiros, e ao próprio Estado de São Paulo que arrecadaria mais impostos de exportação (2).

Até então, a prática dos importadores e torradores, através das casas de exportação, sediadas nas praças paulista e cario

(1) Desde 1847 Herman Sielcken era conhecido como o "rei do café" no porto de Nova York. Quando em 1907-1908 se definiu a política de valorização, Sielcken contribuiu para a sua aplicação nos Estados Unidos. Eliminou aos poucos os concorrentes e tornou-se, na prática, o manejador dos estoques brasileiros entre as milhares de firmas compradoras nos vários Estados da União americana. Vide a respeito, FRANCO, A. A. M., op. cit., p. 662.

(2) A principal fonte de arrecadação do Estado de São Paulo era o imposto de exportação. Assim, a operação valorizadora elevaria os preços de venda do café, o valor global exportado e o montante de impostos de exportação. Além disso o Estado de São Paulo ainda teria lucros com a revenda do café estocado a um preço mais alto, após a reação do mercado internacional.

ca, era de rebaixar o máximo possível os preços do café junto ao produtor, uma vez que os preços no mercado consumidor eram tabelados. Quanto maior fosse essa diferença, maior a sua lucratividade. E com os estoques se avolumando cada vez mais nas mãos dos fazendeiros, as casas de exportação estrangeiras vinham obtendo sucesso no sentido de comprar o café a preços reduzidos. Ora, a implementação da operação valorizadora interrompe esse processo, ou pelo menos, minimiza-o, mesmo que dela participe uma das maiores casas de exportação, como a Theodor Willie, que já operava no Brasil há algum tempo.

Agora, um importante setor importador abandona as práticas especulativas baixistas de seus colegas e passa a manobrar no sentido de favorecer a gradativa elevação dos preços. Daí em diante esses importadores compravam do Brasil a preço fixo e tinham todo o interesse em aumentar a cotação no mercado internacional. Nesse sentido, eram contra toda e qualquer forma de tabelamento dos preços do café no mercado interno americano, e essa atitude os colocava em confronto, não só com os velhos especuladores, mas também com o seu próprio Governo, que caminhava para uma política cada vez mais protecionista, o que será analisado um pouco mais adiante. Assim, a Theodor Willie tirou vantagem da situação em detrimento dos seus concorrentes estrangeiros, mas sem penalizar os produtores brasileiros.

Essa situação fica mais clara quando se analisa a operação de valorização. Os bancos do consórcio emprestavam dinheiro ao Estado de São Paulo por intermédio dos comerciantes associados, que assumem a tarefa de comprar e estocar o café em nome do Estado de São Paulo. Esse café, portanto, era de propriedade do Estado de São Paulo, mas o consórcio tinha direitos sobre ele na medida em que representava a garantia dos empréstimos. Por isso o café era depositado como hipoteca nos armazéns dos membros do con

sórcio, nos portos europeus e norte-americanos.

Dessa forma, São Paulo ficava como proprietário legal e concordava em pagar aos membros do consórcio os custos anuais de armazenamento, assim como 3% de comissão pelas compras e vendas iniciais, além dos juros anuais de 6% sobre o montante emprestado (1). Ficou estabelecido que esse consórcio compraria o café por 7 centavos do dólar por libra-peso, enquanto os preços estivessem baixos no mercado. Caso os preços do café no livre mercado subisse a mais de 7 centavos, o consórcio, por intermédio de seu representante no Brasil, a cada de exportação Theodor Willie, suspenderia as compras, na medida em que cessava a necessidade de valorizar, pois teria alcançado um preço compensador para os produtores. Se o preço do mercado caísse para menos de 7 centavos, o Estado de São Paulo reembolsaria o consórcio, no valor da diferença entre os 7 centavos e o menor preço na cotação do livre mercado.

A operação valorizadora implicava em remover o excesso da produção, armazená-la e vendê-la em ocasião mais oportuna a preços compensadores, ganhando assim com a diferença de preços. Entretanto, essa venda deveria ser feita em quantidades relativamente pequenas para não atrapalhar o mercado. Tudo isso requeria considerável soma de dinheiro.

Em outubro de 1906 o Estado de São Paulo autorizou a Theodor Willie and Co a adquirir café no mercado de Santos ao preço de 7 centavos de dólar por libra-peso. Além disso, no início de dezembro de 1906 foi finalmente aprovada a criação da Caixa de Conversão. O novo organismo emissor garantiria a estabilização cambial, exigida pelos fazendeiros, e não permitiria a especulação,

(1) HOLLOWAY, Thomas H., Vida e Morte do Convênio de Taubaté: A Primeira Valorização do Café, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, p. 72.

uma vez que passava a controlar as reservas-ouro, provenientes dos futuros empréstimos estrangeiros ou dos saldos comerciais, que ele variam o câmbio.

Portanto, à vespera da maior safra de café até então verificada (20 milhões de sacas), armara-se um poderoso aparato de proteção estatal a contragosto dos políticos ortodoxos e do governo Rodrigues Alves.

Por volta do final de 1906 o consórcio Sielcken já havia retirado mais de 2 milhões de sacas do mercado, que era uma quantia irrisória para a proteção do fazendeiro, dada a safra recorde de 1906-1907. Entretanto, faltava fundos ao Estado de São Paulo para dar continuidade à operação e cumprir sua parte nas operações de valorização pagando 20% do preço da compra, mais os juros e as comissões.

Tal impasse foi sendo resolvido até o final de 1908, com medidas de emergência. Nesse período, o Estado de São Paulo contratou empréstimos de curto prazo, que variavam entre 1, 2 e 3 milhões de libras esterlinas, junto aos banqueiros do consórcio, ao Governo Federal, aos banqueiros franceses, e por uma única vez junto aos Rothschild, em setembro de 1907, que finalmente aderiram à operação emprestando 3 milhões de libras esterlinas.

Em contrapartida os banqueiros exigiam alguma outra forma de garantia aos empréstimos adicionais, além do café estocado nos armazéns europeus, conforme as práticas do mercado financeiro. Assim, instituiu-se uma sobretaxa de 3 francos de ouro para cada saca exportada pelo porto de Santos. Essa sobretaxa servia ao Estado de São Paulo para o pagamento dos juros e constituía um reforço das garantias já dadas. Após ter depositado a quantia anual correspondente aos juros do empréstimo, o restante da renda da sobretaxa ia para as mãos do Estado. Uma outra forma de garantia a

esses empréstimos foi o arrendamento da Estrada de Ferro Sorocaba na pelo Estado de São Paulo a um consórcio franco-americano.

Até dezembro de 1907, o governo paulista havia comprado 8,47 milhões de sacas, de alta qualidade, ou seja, um terço da produção mundial e mais da metade da produção brasileira (da safra atual), o que já propiciara os efeitos da valorização. Nesta altura o Estado de São Paulo resolveu que não eram necessárias mais compras, pois o estoque mundial diminuía e os comerciantes começaram a solicitar os cafês retidos. Porém, o governo paulista estabeleceu que nada se venderia a menos de 50 francos por 50 quilos. Além do que, iniciando-se a entrada da nova safra de 1908-1909, o Estado de São Paulo declarou não se interessar em realizar novas vendas, continuando determinado a reter pelo tempo necessário os cafês adquiridos (1).

Entretanto para manter este estoque até o momento oportuno (pois poderia haver uma certa demora para a reação dos preços), o Estado de São Paulo precisava obter um empréstimo de longo prazo em 1908.

Essa questão se misturou ao problema sucessório do Governo do Estado de São Paulo, gerando outra crise no interior do PRP. Mais uma vez o conflito político articulou-se em torno da política de valorização.

Jorge Tibiriça, o governador em exercício, defende o nome de Albuquerque Lins na certeza de que este dará continuidade à política de defesa do café. Numa nova tentativa fracassada Campos Sales também apresenta-se como candidato. A convenção do PRP dá 54 votos a favor de Albuquerque Lins e 40 para Campos Sales. Conclui-se que o ex-presidente ainda carregava o peso das reações negativas provocadas pela política econômica ortodoxa de seu go-

(1) TAUNAY, A. E., op. cit., v.11, p. 110.

verno. A distribuição dos votos deixou claro as grandes diferenças de opinião dentro do partido no que se referia ao programa de valorização e às suas consequências para as finanças estaduais e federais. No entanto, para preservar a unidade partidária os perdedores se reconciliaram com o novo governador. De qualquer modo, a vitória de Tibiriça, que levou à indicação de Albuquerque Lins, foi bem recebida pela maioria dos fazendeiros, comerciantes e banqueiros associados ao programa de defesa do café (1).

Assim em dezembro de 1908 o novo governador de São Paulo, Albuquerque Lins (2), adepto da valorização, consegue o aval da União para um empréstimo de longo prazo de 15 milhões de libras esterlinas para a consolidação da dívida da valorização.

O banqueiro Schroeder de Londres, um dos membros do próprio consórcio Sielcken, emprestou 10 milhões de libras para São Paulo, dos quais 2 milhões foram fornecidos pelo National City Bank de Nova York. A Société Générale de Paris e o "Banque de Paris et Pays Bas" emprestaram os 5 milhões restantes (3).

A consolidação desse empréstimo mostra que os Rothschild não tiveram papel de destaque no plano de valorização pois não participaram do financiamento mais importante da operação, que foi o empréstimo de 15 milhões. O principal financiador foi o banqueiro inglês Schroeder, provavelmente seu concorrente, o que mostra como o Brasil soube tirar proveito da competição inter-imperialista, não se subordinando ao comando de seu tradicional credor.

Foi assim que Afonso Pena no Governo Federal e Albuquerque Lins no Governo Estadual garantiram as condições para o bom funcionamento da operação valorizadora.

(1) LOVE, Joseph, op. cit., p. 161.

(2) Albuquerque Lins governou o Estado de São Paulo de 1.5.1908 a 1.5.1912.

(3) HOLLOWAY, T. H., op. cit., p. 79.

Uma vez efetivado o empréstimo de 1908, os estoques foram submetidos a um comitê, formado principalmente pelos financiadores e comerciantes do consórcio Sielcken, de acordo com as regras previamente determinadas em comum acordo com o Estado de São Paulo. Isso significava que o comitê poderia administrar os estoques desde que fossem cumpridas as condições exigidas pelas produtores, em termos de preços mínimos e de desova gradativa dos estoques.

O comitê era composto de 7 membros, sendo 4 nomeados pelos Schroeder, 2 designados pela Societê Generale de Paris, e um pelo Governo do Estado de São Paulo (1). Este tinha poder de veto em decisões que pudessem afetar as vendas da valorização (2).

A função do comitê era vender e liquidar todo o estoque em nome e por conta do governo paulista, por meio de leilões públicos ou de propostas de compra. Assim recebeu 6,84 milhões de sacas que constituíam o chamado estoque de valorização. O restante era composto em sua quase totalidade de cafês armazenados em Santos, São Paulo e Rio de Janeiro, que se excluía do contrato, para serem liquidados como o Governo achasse mais conveniente.

Deve-se destacar que o Governo determinava ao comitê o esquema de venda. Estas deveriam ser de 500 mil sacas em 1909-1910; 600 mil em 1910-1911 e 700 mil sacas em 1912-1913. Em seguida 700 mil anualmente, até a liquidação total do estoque (3). Por sua vez, comprometera-se o Estado de São Paulo a limitar a sua exportação

(1) O representante pelo Estado de São Paulo era Paulo Prado, filho de Antonio Prado opositor das decisões do Convênio de Taubaté, e sócio da casa exportadora Prado Chaves. É óbvio que uma vez aprovada e implementada a operação valorizadora a família Prado procurou tirar todo o proveito possível do inevitável buscando definir rapidamente sua posição no novo processo de comercialização do café.

(2) HOLLOWAY, T. H., op. cit., p. 80.

(3) TAUNAY, A. E., op. cit., v.11, p. 24.

a 9 milhões de sacas em 1908-1909, 9 milhões e meio em 1909-1910 e 10 milhões em 1910-1911. Foi estabelecido também um imposto adicional de 20%, além dos direitos aduaneiros normais de 9% e da sobretaxa, em todo o café exportado acima do estipulado. Na época, o Jornal do Comércio veiculava a idéia de que essa medida fora de sastrosa para a lavoura, pois cada vez mais se via onerada pelas taxas e sobretaxas.

Entretanto é importante salientar que o não cumprimento do acordo, no que se refere à quantidade a ser vendida de café, quer por parte do comitê, quer por parte do governo do Estado de São Paulo, colocaria em risco toda a operação valorizadora, que visava retirar do mercado o excesso de produção da imensa safra de 1906-1907, para restabelecer o equilíbrio do mercado. Se houvesse essa liberdade, reivindicada pelo Jornal do Comércio, os fazendeiros seriam os mais prejudicados, pois teriam o preço do café dimi nuido. Tais medidas restritivas facilitariam o uso do estoque da valorização, limitando a oferta anual que chegaria aos países con sumidores.

Em outras palavras, para garantir o êxito da valoriza ção, não bastava retirar o excesso de café do mercado. Era preci so controlar as novas safras e sobretudo a venda do café reti do. Bastaria um passo em falso do comitê, no sentido de inundar as pra ças compradoras com o café da valorização, para os preços despen carem.

O sucesso da valorização dependia também das políticas monetária e cambial, implementada pelo Governo Federal. Portanto, cada sucessão presidencial colocava em risco a manutenção da valo rização.

Por isso, desde o final de 1908 Afonso Pena começou a se articular com o governador de Minas Gerais, Venceslau Brás, pa

ra garantir que seu sucessor desse continuidade à sua política econômica-financeira. Nesse sentido indica seu Ministro da Fazenda, o mineiro David Campista, que havia sido um dos principais defensores no Congresso do projeto de criação da Caixa de Conversão. Naturalmente São Paulo apoia a indicação de David Campista.

Entretanto a candidatura de Campista encontra séria oposição, inclusive em seu próprio Estado, onde a velha liderança mineira, como Francisco Sales e Brás Fortes, luta contra a ascensão da ala jovem ligada a David Campista. Também no Rio de Janeiro e em outros estados há um descontentamento em relação a permanência de mineiros e paulistas na Presidência da República. Nesse ínterim Afonso Pena morre, assumindo a Presidência o vice-presidente Nilo Peçanha (ex-governador do Rio de Janeiro) que é contrário à indicação de David Campista. Esses e outros conflitos abrem caminho para as candidaturas do Marechal Hermes da Fonseca e de Rui Barbosa (1).

Na sua gestão Nilo Peçanha (1909-1910), além de apoiar a indicação de Hermes da Fonseca, procurou desvirtuar a política econômica de Afonso Pena, mas sem sucesso. Colocou na Pasta da Fazenda o ortodoxo Leopoldo Bulhões que julgava necessário valorizar a moeda de 15 pence (conforme havia sido estipulado pelo Caixa de Conversão) para 18 pence. Evidentemente essa proposta sofreu firme oposição da bancada paulista, que por sua vez advogava a duplicação do valor do teto de reservas cambiais da Caixa de 20 para 40 milhões de libras (o que permitiria a paralela duplicação do meio circulante emitido pelo Órgão). Na Câmara o deputado paulista Galeão Carvalhal, membro da Comissão de Finanças, liderou a defesa desse projeto de lei com o apoio de Cincinato Braga. A

(1) LOVE, Joseph, op. cit., p. 270.

Câmara afinal aprovou uma versão modificada do projeto, pela qual a taxa cambial foi fixada em 16 pence, além de autorizar o teto de 60 milhões de libras para as reservas em depósito na Caixa (20 milhões a mais do que o proposto originalmente pelos paulistas)(1).

Na medida em que a candidatura de David Campista mostrava-se enfraquecida, O PRP decidiu dar seu apoio a Rui Barbosa, na chamada campanha civilista. Rui Barbosa aparecia como um candidato de conciliação para os paulistas. Do ponto de vista dos fazendeiros provavelmente implementaria uma política econômica favorável a seus interesses, e em relação aos demais políticos paulistas Rui representava um forte candidato contra a ameaça do retorno dos militares ao poder. Portanto, o PRP permanece coeso e, sob a liderança de Alfredo Ellis, Washington Luis e outros inicia ataques a Hermes da Fonseca.

Entretanto, a vitória de Hermes nas eleições de 1910 foi garantida, entre outras coisas, pela pressão de Pinheiro Machado, que controlava a Comissão de Verificação de Poderes junto aos pequenos estados.

Pela primeira vez São Paulo infringia as regras do jogo por ele próprio criadas, não apoiando o candidato oficial Hermes da Fonseca, e se colocando ao lado da oposição. Rui obteve em São Paulo 82.884 votos, enquanto Hermes não passou de 25.551.

Uma vez eleito o Marechal Hermes da Fonseca (2) tentou obrigar os paulistas a aceitarem a sua vitória através da ameaça de elevação do câmbio, numa manobra clara contra a cafeicultura do Estado, e procurou impor o nome do político paulista, Rodolfo

(1) LOVE, Joseph, op. cit., p. 270.

(2) O Marechal Hermes da Fonseca foi Presidente da República de 15 de novembro de 1910 a 15 de novembro de 1914. O banqueiro Rothschild enviou telegrama de congratulações pela vitória de Hermes.

Miranda, adepto do hermismo e Ministro da Agricultura de seu governo, para sucessor de Albuquerque Lins no governo do Estado de São Paulo. Tentou ainda suspender a autorização já concedida no governo anterior, do teto de 60 milhões de libras para as reservas em depósito na Caixa de Conversão. Entretanto, a lei foi aprovada sem maiores problemas pelo Senado, onde Francisco Glicério presidia a Comissão de Finanças. A nova legislação impediria a provável elevação da taxa cambial. Apesar de tudo Hermes ratificou a lei. Tal como ocorrera em 1906, quando da criação da Caixa de Conversão, a bancada paulista conseguiu vencer a relutância de um Presidente e assegurar na administração seguinte a aprovação da legislação que favorecia os interesses do Estado(1), particularmente da economia cafeeira.

Nesse ínterim, como funcionou a operação valorizadora, após o aval do Governo Federal ao empréstimo de 15 milhões de libras esterlinas dado em 1908?

O Comitê da Valorização tratou de manipular as vendas dos estoques em Nova York (2), conseguindo fomentar um aumento de preços em pouco tempo. A estratégia foi a seguinte. Para não criar pressões baixistas sobre a bolsa de Nova York, onde se estabeleciam os preços do mercado livre, o comitê vendia o café da valorização exclusivamente em leilões privados e sob a estrita condição de que ficasse fora da bolsa. Na verdade não havia nenhuma dificuldade para isso, uma vez que Herman Sielcken, encarregado de todas as vendas da valorização nos EUA enquanto representante do comitê, acabava vendendo o café para seus associados ou seus

(1) Vide a respeito, CARONE, Edgard, A República Velha (Evolução Política), op. cit., p. 252 e LOVE, Joseph, op. cit., p. 270 e 271.

(2) Vide a respeito HOLLOWAY, T. H., op. cit., p. 84 e 85.

próprios agentes, como a Crosman and Sielcken ou a Arbucle Bros, que costumavam ganhar as licitações nos leilões. Dessa maneira, o café deixava de ser propriedade do Estado de São Paulo e passava para as mãos dos comerciantes do comitê deixando-os à vontade para suas especulações altistas.

Por outro lado, ao mesmo tempo em que deixavam o café da valorização fora da bolsa, os comerciantes ligados a Sielcken como a "Arbucle Bros", ainda compravam grandes quantidades de café na bolsa, adicionando-o àquele que deveria ser negociado exclusivamente nos leilões privados. Em pouco tempo provocou-se a escassez que alarmou os comerciantes principalmente aqueles envolvidos em negócios a termo.

Segundo Holloway "as transações na bolsa de café, como em outras bolsas de mercadorias, eram normalmente feitas em forma de compras a termo. Os negociantes compravam e vendiam promessas de liberar determinadas quantidades e qualidades de café em alguma data futura. Quando um comprador exigia a liberação do café, que havia comprado a termo, semanas ou meses antes, o vendedor ia para a bolsa e adquiria uma quantidade suficiente que desse para cumprir com sua promessa anterior" (1).

Entretanto, com as manobras de Sielcken e Cia., tornou-se cada vez mais difícil comprar café na bolsa de Nova York e as cotações diárias passaram a subir por volta de 1909 e 1910, estabelecendo um patamar mais alto para todo o café negociado nos EUA, e conseqüentemente para as safras brasileiras. Torradores, varejistas e os demais comerciantes que ficaram de fora da operação de valorização não tinham outra opção senão a de recorrer ao café do truste de Sielcken.

(1) HOLLOWAY, T. H., op. cit., p. 85.

Entre 1906 e 1908 o preço do café manteve-se estável entre 7,6 a 7,9 centavos por libra peso. Porém, os primeiros resultados importantes do programa de valorização apareceram em 1909. Nesse ano o preço subiu para 10,3 centavos e em 1910 para 13,3 centavos, atingindo o pico de 13,8 centavos em 1911. Assim, de 1909 em diante os preços praticamente dispararam em relação aos níveis de 1905-1906, demonstrando o sucesso da política de valorização.

Entre o final de 1910 e 1911 o Comitê da Valorização vendeu 1,2 milhões de sacas, enquanto o Estado de São Paulo exportava 10 milhões de sacas de café no mesmo período, usufruindo da mesma alta dos preços.

É importante salientar que as operações de valorização produziram reações contrárias nos Estados Unidos, apesar de Herman Sielcken ser um negociante americano. Políticos de diversos estados americanos, preocupados com as manobras do truste cafeeiro dirigido pelo Brasil, temiam que o mesmo ocorresse com outros produtos de exportação brasileira, como por exemplo a borracha (1).

Entretanto a maior ofensiva veio em 1912, quando o Departamento de Justiça dos EUA ameaçou confiscar todo o café da valorização de Nova York e processar Herman Sielcken e outros membros do truste por violação da lei Sherman. Mas isto não foi possível porque legalmente os estoques da valorização pertenciam ainda ao Estado de São Paulo (2).

Ironicamente coube a Rodrigues Alves, nessa época governador do Estado de São Paulo, enfrentar e derrotar a política americana que visava derrubar os preços do café no mercado internacional através da aplicação da lei antitruste. Entretanto, antes

(1) TAUNAY, A. E., op. cit., v. 11, p. 297.

(2) HOLLOWAY, T. H., op. cit., p. 85.

de analisar essa questão, convém esclarecer o episódio da eleição de Rodrigues Alves para o Governo do Estado de São Paulo em maio de 1912 (1).

Em meados de 1911, quando se iniciaram as discussões sobre a sucessão estadual, o PRP apresentou três possíveis candidatos, o vice-governador do Estado Fernando Prestes (sustentado por Jorge Tibiriça) o atual Secretário da Fazenda Olavo Egídio Souza Aranha (tido como uma das autoridades nas operações de valorização com o apoio do governador Albuquerque Lins) e Rodrigues Alves.

Albuquerque Lins opunha resistência ao nome de Rodrigues Alves em função da oposição do ex-Presidente da República ao Convênio de Taubaté (2). Por outro lado havia uma forte pressão do Presidente da República, e do Senador Pinheiro Machado (3) para que o sucessor de Albuquerque Lins fosse o paulista hermista Rodolfo Miranda.

Para impor Rodolfo Miranda, Pinheiro Machado e Hermes da Fonseca resolveram intervir militarmente em São Paulo, onde Albuquerque Lins preparou uma resistência armada com o apoio de todos os políticos, exceto os hermistas. Entretanto, a ameaça de intervenção só poderia ser enfrentada com a mais completa união do PRP. Sem ela a autonomia de São Paulo estaria ameaçada. A força relativa dos políticos paulistas adeptos do hermismo-pinheirismo não podia ser menosprezada. Foi nesse contexto que a candidatura de Rodrigues Alves aparecia como aquela capaz de dar coesão aos diferentes interesses dominantes no interior do partido. Após a acei-

(1) Rodrigues Alves governou São Paulo no período de maio de 1912 a maio de 1916.

(2) FRANCO, A. A. M., op. cit., p. 618.

(3) Pinheiro Machado tinha contas a ajustar com o PRP e principalmente com Rodrigues Alves, que sempre lhes barravam as aspirações presidenciais. Vide a respeito FRANCO, A. A. M., op. cit., p. 606.

tação pela maioria do partido, ficou difícil para Albuquerque Lins recusar o apoio a Rodrigues Alves.

Uma vez empossado Rodrigues Alves enfrentou problemas que inexistiam na época de sua primeira gestão no Governo Paulista (1900-1902). Agora as relações entre o Estado de São Paulo e a União eram difíceis e conflituosas, além das medidas do governo norte-americano para interromper o programa de valorização, em plena execução.

Na Presidência da República, Rodrigues Alves não fora simpático ao plano valorizador do café, e se opusera frontalmente ao empréstimo contraído para garanti-lo. Agora, como governador de São Paulo, competia-lhe defender as medidas com as quais não concordara no passado.

Em meados de 1912 o Presidente americano William Taft instaurou um processo contra o Comitê de Valorização do Café por meio do Departamento de Justiça dos E.U.A., para provocar a queda dos preços.

A reação brasileira a essas medidas foi organizada principalmente pelo Governo do Estado de São Paulo e pelo Comitê de Valorização do Café em especial pela ação do representante paulista Paulo Prado.

Rodrigues Alves enviou vários comunicados às autoridades americanas afirmando que, enquanto órgão do Estado Brasileiro, o Comitê agia e continuaria agindo de acordo com as instruções do Governo de São Paulo, e portanto não cabia nenhuma ingerência do governo norte-americano em seus negócios (1).

A imprensa nacional também se mobilizou contra a ação oficial do Presidente Taft taxando-a de eleitoreira, pois Taft vi

(1) FRANCO, A. A. M., op. cit., p. 664.

sava sua reeleição em 1913 e pretendia angariar votos dos consumidores e dos inúmeros comerciantes americanos que não participavam do consórcio Sielcken.

No final de 1912 foi instaurado um novo processo em Nova York, desta vez dirigido contra os membros do Comitê enquanto pessoas físicas, como se não representassem o poder público brasileiro. O governo norte-americano se comprometia a interromper o novo processo, caso o Brasil concordasse em vender todo o estoque de café através do mercado livre, sem o controle do comitê (1).

Essa medida visava principalmente atingir Sielcken, considerado o responsável pela monopolização dos estoques nos EUA. Em resposta o governo paulista explicou que os preços estavam garantidos pela lei brasileira, e não por Sielcken. A venda dos estoques como pretendia o governo norte-americano causaria enorme dano à economia brasileira, e enriqueceria os especuladores americanos, que comprariam o café na baixa, para revendê-lo no varejo, aos preços do mercado de consumo. Só o Comitê, agindo como representante de São Paulo, poderia proceder à venda de forma adequada. Para o governo dos EUA o grande problema era a participação de comerciantes americanos de café no Comitê. Mas isto decorria do acordo para a execução do Convênio, feito entre São Paulo e os credores, explicava Rodrigues Alves. Era matéria de competência do governo brasileiro, sobre a qual não cabia ao governo americano opinar. Os EUA consideravam o Comitê um truste privado, enquanto para o Brasil era um agente do poder público (2).

Diante desse impasse, o Senado Brasileiro decidiu, em represália, aprovar um dispositivo para a lei de orçamento de 1913, pelo qual as reduções aduaneiras, que vinham sendo concedidas aos

(1) FRANCO, A. A. M., op. cit., p. 670.

(2) FRANCO, A. A. M., op. cit., p. 670 a 672.

produtos importados dos Estados Unidos, ficavam condicionadas às "facilidades comerciais" dispensadas aos produtos brasileiros na quele país (1) especialmente o café.

A correlação de forças foi favorável ao Brasil e já em janeiro de 1913 Paulo Prado comunicava a Rodrigues Alves que o Comitê conseguira promover a venda de grande parte do estoque a preços convenientes.

Apesar da chantagem e ameaças, os negócios cafeeiros foram bem sucedidos e o resultado da valorização pode ser medido pelo salto nas divisas provenientes do café, que dobraram de 1908 a 1912, passando de 23 para 47 milhões de libras esterlinas (2) anuais. Dessa forma, o lucro das vendas foi mais do que suficiente para cobrir o programa de pagamentos dos empréstimos da valorização, o que possibilitou antecipar a liquidação da dívida, que foi totalmente paga em 1913, alguns anos antes do previsto.

Estava assim comprovada a viabilidade do plano arquitetado pelos fazendeiros de café, e a eficiência da intervenção do Estado no comércio cafeeiro.

(1) FRANCO, A. A. M., op. cit., p. 669.

(2) DELFIM NETTO, A., op. cit., p. 88.

4.1. Controvérsias sobre a Primeira Valorização

Entretanto nem todos os estudiosos do assunto concordam com o sucesso da valorização. A rigor a maioria deles procurou demonstrar o fracasso da operação para os produtores, atribuindo ao capital estrangeiro todos os lucros dessa transação. Senão veja moa.

Afonso Arinos de Melo Franco, em seu célebre trabalho sobre Rodrigues Alves, afirma que "os resultados da grande operação (valorizadora de 1906) não foram benéficos aos produtores, como desejava sinceramente o honrado, mas, pouco competente Jorge Tibiriça. Os grandes beneficiários foram os agentes financeiros que promoveram o levantamento dos recursos. Eles dominavam, na proporção de quatro votos contra um, a comissão incumbida de administrar os estoques provenientes da retenção. E, uma vez firmados os preços, ficaram com as mãos livres para negociar o café retido durante quatro anos, o que fizeram com grandes lucros"(1).

Thomas Holloway, num dos mais importantes trabalhos sobre os antecedentes da Primeira Valorização, o já citado "Vida e Morte do Convênio de Taubaté", se esmera em demonstrar o relativo fracasso da tentativa de estabelecer o monopólio da oferta brasileira de café por meio da política de valorização, a fim de defender os produtos brasileiros da especulação comercial internacional, argumentando que as principais cláusulas do Convênio de Taubaté não chegaram a ser aplicadas. Segundo ele "a importância atribuída ao Convênio de Taubaté por observadores mais recentes, não é justificada. De fato, o acordo nunca teve força de lei, as medidas por ele planejadas, nunca foram tomadas e o projeto não foi executado. O plano não foi realmente posto em prática e tinha pouca semelhança com o plano original" (2).

(1) FRANCO, A. A. M., op. cit., p. 464.

(2) HOLLOWAY, T. H., op. cit., p. 61.

Portanto, no entender de Holloway a valorização se efetivou apenas em parte, e o seu custeio ficou por conta dos próprios produtores, que ficaram obrigados a pagar uma sobretaxa sobre o café exportado.

"Era o cafeicultor que, provavelmente, acabava pagando por tudo. Mesmo nos debates públicos contemporâneos sobre a questão, era aceito por todos, que era o fazendeiro que, em última instância, acabava pagando a sobretaxa" (1).

E ainda:

"Mais uma vez, provavelmente, foram os produtores que acabaram arcando com o aumento da sobretaxa. Agindo assim, os produtores continuavam pagando pelos benefícios que haviam recebido pela manutenção dos preços, durante o ano - safra de 1906-1907" (2).

Quem foram, então, os beneficiários dessa política de valorização? Em face da crescente dependência dos cafeicultores em relação aos créditos e financiamentos de longo prazo concedidos pelas firmas estrangeiras que controlavam o comércio exportador brasileiro, é fácil deduzir a resposta de Holloway. Os estoques da valorização foram financiados pelas firmas estrangeiras que se apoderaram de seu controle.

"Segundo as cláusulas do acordo do empréstimo de valorização de 1908, São Paulo perdia o controle do café da valorização sem com isto ficar isento dos compromissos financeiros decorrentes" (3).

E ainda:

"... o café passava da posse legal do Estado de São Paulo para as mãos dos comerciantes que haviam participado ativamente no esquema, desde 1906" (4).

Na mesma linha de raciocínio Boris Fuasto afirma que nem todos os produtores teriam alcançado vantagens com a intervenção governamental no mercado cafeeiro. Os efeitos da operação, se hou

(1) HOLLOWAY, T., op. cit., p. 73.

(2) Idem, p. 80.

(3) Idem, p. 80.

(4) Idem, p. 84.

teriam sido sentidos apenas nas zonas do Estado de São Paulo, de onde provinham os cafés de melhor qualidade, preferidos pelos compradores. Por isso ele conclui que não se deve supor que "os fazendeiros fossem os principais comensais à mesa farta da valorização. Pelo contrário o bolo teria sido dividido desigualmente. Banqueiros, grandes importadores liderados por Sielcken, exportadores e outros teriam mais uma vez se apropriado das melhores fatias... Dentre as firmas comerciais estrangeiras no Brasil, a Theodor Willie & Cia. teria sido a maior beneficiária da valorização, graças à posição extratêgica que lhe atribuiu o Estado de São Paulo, tanto na realização das compras como das vendas dos estoques" (1).

Flávio Saes no trabalho já citado sobre as ferrovias no Estado de São Paulo, chega a afirmar que o Convênio de Taubaté, à semelhança com o Funding-Loan de 1899, possibilitou "Uma ligação mais profunda com o capital estrangeiro na medida em que os empréstimos externos apareciam como pressupostos para o próprio esquema de valorização"(2). Nesse sentido, a implementação da política de defesa do café estimulou a "interiorização do capital estrangeiro" na economia cafeeira, que teria ocorrido de forma acelerada entre 1906 e 1913, quer por meio de financiamentos, quer pela instalação de empresas estrangeiras em São Paulo, como bancos, ferrovias, empresas de serviço urbano (energia, transporte). Assim, a "presença do financiamento externo para garantir os preços do café devia aumentar a possibilidade de domínio de grupos estrangeiros sobre a produção. Não da presença do capital estrangeiro na produção agrícola (existente mas em proporção relativa pequena) e sim de posição comercial mais próxima do produtor a permitir talvez, maior "exploração pelo comércio" (3).

Em síntese, para esses autores, a primeira valorização desvirtuou as idéias originais do Convênio de Taubaté, deixando o controle da operação nas mãos de uma comissão de banqueiros e comerciantes estrangeiros, que teriam manobrado a seu favor, com o ônus (juros, estocagem, comissões) recaindo principalmente nas costas dos fazendeiros, sobre a forma de impostos e sobretaxas. Além

(1) FAUSTO, B., op. cit., p. 223 e 224.

(2) SAES, Flávio, op. cit., p. 206.

(3) Idem, p. 252.

disso, o empréstimo externo da valorização teria propiciado uma penetração ainda maior do capital estrangeiro na economia cafeeira paulista. Em outras palavras, o plano de valorização teria trazido pouco ou nenhum benefício aos produtores brasileiros, que teriam permanecido mais subordinados ao capital mercantil internacional, e ainda arcado com todo o ônus da crise de superprodução.

Mas será que essa análise "pessimista" da Política de Valorização encontra guarida nos fatos e nos resultados alcançados pela intervenção do Estado Brasileiro no mercado cafeeiro?

Para responder essa pergunta convém verificar, antes de mais nada, quais seriam as perspectivas dos negócios cafeeiros para os fazendeiros sem a intervenção valorizadora.

Em primeiro lugar, deve-se ressaltar que em 1905 o café atingira as cotações mais baixas dos últimos 10 anos, tendo alcançado o valor de 4,86 cents por libra-peso. E isso ocorria justamente num momento em que se esperava a maior safra de todos os tempos, inicialmente estimada em 16 milhões de sacas e que acabou atingindo o recorde de 20 milhões de sacas. Além disso, os estoques, que até 1900 representavam 30 a 40% do consumo mundial (ou seja, 5,5 milhões de sacas) vinham se avolumando, atingindo a considerável quantia de 11 milhões de sacas em 1902.

Neste contexto, pouco adiantaram as adversidades climáticas que reduziram as safras de 1903/1904, 1904/1905 e 1905/1906, pois essa última acabou fechando com um estoque de 9,5 milhões de sacas. Considerando que o consumo mundial era da ordem de 16 milhões de sacas, a safra brasileira de 1906-1907, de 20 milhões de sacas, elevaria o estoque para 13,5 milhões de sacas, quase o equivalente ao consumo de um ano inteiro.

Finalmente, esse quadro era agravado pela valorização cambial, que diminuía ainda mais a remuneração dos produtores em moeda-nacional. Nessa situação, era de se esperar que os preços

continuassem caindo, atingindo níveis insustentáveis.

Assim, não é difícil imaginar as consequências para os fazendeiros, caso não houvesse a intervenção estatal. As casas de exportação, representantes dos importadores e torradores americanos e europeus, aproveitariam o excesso da oferta para refazer seus estoques a custo reduzido, aumentando enormemente a sua margem de lucratividade. Por outro lado, a entrada de divisas decorrente da venda dessa grande safra daria condições para os bancos estrangeiros forçarem uma nova valorização cambial.

Nessas circunstâncias seguramente ocorreria a falência de uma parcela considerável dos produtores de café, e o acúmulo de estoques nas mãos dos especuladores, que estariam mais bem equipados para controlar o mercado cafeeiro nos próximos anos. Ocorreria também uma redução das divisas de exportação, com a consequente restrição das importações, e das receitas da União, ou um maior endividamento do país. De modo geral, haveria uma queda do nível de atividades econômicas nacionais, que se beneficiavam do efeito multiplicador dos investimentos cafeeiros.

Apesar desse quadro, os liberais ortodoxos insistiam em deixar que as forças de mercado eliminassem o excesso da produção e os produtores mais fracos, restabelecendo assim o equilíbrio entre a oferta e demanda, com a consequente elevação dos preços.

Entretanto, os fazendeiros de café conseguiram salvar seus interesses, implementando a intervenção do Estado. O próprio Holloway, que criticou a valorização, fornece argumentos que demonstram as vantagens dos fazendeiros com a operação valorizadora, contrariando suas conclusões iniciais. Na sua opinião havia todas as razões para se acreditar que caso a super-safra de 1906 tivesse entrado no mercado para ser comercializada pelos canais tradicionais teria abalado seriamente a indústria produtora. Se ao excesso de produção fosse adicionado o grande suprimento vi

sível existente no livre mercado, teria provavelmente levado vários anos para que o sistema comercial do café se recuperasse(1). Em outras palavras, não fosse o controle dos estoques reguladores, e os fazendeiros brasileiros teriam sofrido sérias perdas.

Portanto "do ponto de vista imediatista dos fazendeiros brasileiros a valorização foi um sucesso. Enquanto os preços não subiam, como haviam previsto as propostas anteriores a 1906, tão pouco caíam drasticamente. A manutenção do nível de preços foi, por si só, uma conquista em relação ao tamanho da safra de 1906" (2).

E ainda:

"Diante deste quadro de super-produção, algumas coisas eram possíveis de acontecer. Havia a remota possibilidade que grandes áreas de terras do café fossem abandonadas, na medida em que a evolução do mercado evidenciasse as causas da super-produção. Mas era mais provável que, durante o processo de falências dos fazendeiros, suas plantações passassem de suas mãos para as de seus credores ou para de especuladores de terras. Em qualquer um desses dois casos, os indivíduos que possuíam fazendas, antes de 1906, estavam numa posição delicada de perda e, durante este ajustamento, era inevitável que algumas desarticulações econômicas acontecessem. O plano de valorização evitou que ambas as possibilidades, decorrentes da crise, pudesse acontecer" (3).

As vantagens dos fazendeiros não pararam aí e se estenderam aos anos subsequentes a essa primeira valorização, ainda segundo Holloway.

"Além do benefício imediato de atravessarem o ano safra de 1906/1907 praticamente ilesos, os produtores brasileiros lucraram também com os aumentos, artificialmente provocados, de 1910-1912. Durante este período, a média dos preços de exportação brasileira seguiam de perto os preços, no atacado, dos mercados de Nova York e Havre" (4).

Mesmo no tocante às sobretaxas de exportação a serem pagas pelos fazendeiros, trata-se de um ônus mínimo para estes que foram mais do que compensados pela manutenção dos preços do café.

"Os produtores tiveram que pagar, a curto prazo, por sua salvação

(1) HOLLOWAY, T., op. cit., p. 95.

(2) Idem, p. 95.

(3) Idem, p. 95.

(4) Idem, p. 95.

temporária e seu enriquecimento posterior. As sobretaxas de três e de cinco francos foram instituídas exatamente quando era mais difícil aos plantadores arcarem com gastos extras. A taxa foi um preço, razoavelmente pequeno, pago pela proteção de uma queda maior ainda nos preços já que sem a valorização, os preços poderiam ter caído mais do que cinco francos por saca... As taxas extras que os produtores tiveram que pagar a partir de 1907 até o saldo dos empréstimos da valorização, foram recompensados com os lucros que tiveram durante o período de alta de preços de 1910 a 1913" (1).

Como se pode, então, com tais citações imaginar a falta de sucesso da política de valorização como havia afirmado anteriormente Holloway? A resposta está nas entrelinhas, e depende de certos pressupostos que convém esclarecer. Segundo ele, do ponto de vista do governo de São Paulo a valorização foi apenas um sucesso parcial porque a "falta de capital forçou o Estado a depender dos mesmos banqueiros e comerciantes, contra os quais os paulistas só queriam defender-se" (2).

Então nesse contexto só se pode pensar na ineficácia do plano pelo fato dele ter sido controlado pelos capitais estrangeiros. Mesmo assim é o próprio Holloway que afirma que "ironicamente o plano teve amplo sucesso graças ao fato de, preocupados com seus próprios interesses, os banqueiros e comerciantes europeus e norte-americanos tudo fizeram para garantir o sucesso das intenções do governo paulista. No final, os objetivos econômicos do estado, enquanto representante dos interesses da indústria do café, foram cumpridos" (3).

Em síntese, do ponto de vista do controle do café no mercado internacional, o plano teria fracassado por falta de financiamentos próprios, mesmo que do ponto de vista econômico tenha implicado em nítidas vantagens para a cafeicultura.

No meu entender o controle do capital estrangeiro sobre o mercado cafeeiro já existia antes da valorização e só pode ter diminuído com o plano, com a entrada em cena do Estado a centrali

(1) HOLLOWAY, T. H., op. cit., p. 95 e 96.

(2) Idem, p. 96.

(3) Idem, p. 96.

zar as operações e à medida em que os estoques de café passaram a ser manipulados por um grupo de comerciantes internacionais escolhidos pelo governo paulista.

É óbvio que a lucratividade de alguns setores comerciais e financeiros internacionais foi altíssima. Senão Vejamos. Entre 1907 e 1911, do estoque de 8,41 milhões de sacas (1), foram vendidas cerca de 4 milhões. Em 1911 ainda restavam em torno de 4 milhões de sacas, e nesse ano a saca passa para 13 cents, o que implicou num enorme lucro para os comerciantes de quase 100%, pois compraram do Estado de São Paulo a 7 cents, além dos juros e comissões. Entretanto, quando se analisa a operação de valorização, costuma-se enfatizar o setor que desfruta dos lucros sobre os estoques, sem se considerar que estes permitem a valorização das safras futuras, que não estavam sob o controle do Comitê, cujo montante era superior aos estoques reguladores, beneficiando os produtores em geral. Assim, entre 1907 e 1911 o Brasil vendeu em torno de 40 milhões de sacas de café. Portanto muito mais que o estoque negociado pelo Comitê. Logo parte substancial do lucro ficou para os fazendeiros e o Estado de São Paulo, mesmo que os comerciantes tenham obtido o seu quinhão. Portanto, se é verdade que estes tiveram amplas vantagens com essas transações não se pode concluir que o capital estrangeiro como um todo fosse o principal beneficiário da valorização.

A operação de valorização obrigou os comerciantes estrangeiros a mudar seus procedimentos habituais em relação ao café. Aqueles envolvidos com o Convênio tiveram que pagar um preço mínimo inicial de 7 cents por libra peso, garantindo uma certa remuneração aos produtores. Sem essa negociação, as casas de exportação

(1) É bom lembrar que do estoque da valorização de 8,41 milhões de sacas, ficaram sobre o controle do Comitê 6,84 milhões de sacas e o restante com o Estado de São Paulo.

continuariam a ter livre acesso aos produtores, determinando sempre para baixo os preços do café. Ao invés disso os produtores brasileiros tiveram garantidos preços compensadores e uma parte da burguesia mercantil internacional passou a exercer pressões altíssimas no mercado. Tanto isso é verdade que a produção cafeeira continuou subindo, mostrando a rentabilidade do investimento.

Não resta dúvida, do meu ponto de vista, que o Convênio de Taubaté e os demais planos de valorização arranharam o controle absoluto que a burguesia mercantil internacional exercia nas atividades cafeeiras, ampliando a força relativa ou diminuindo a fraqueza da fração agrária da burguesia cafeeira. Convém lembrar que, com exceção dos fazendeiros, os demais setores da economia cafeeira (ferrovias, bancos, casas de exportação) eram contra a política de valorização do Convênio, ou no mínimo, tinham projeto diferente. Quem propôs o plano desde o princípio foram os fazendeiros e seus representantes políticos, conforme se pode verificar nos debates parlamentares da época e nas associações de classe já mencionadas. Logo eles foram os principais vitoriosos.

Daí os equívocos das análises de Holloway e Fausto, ao afirmarem que o plano de valorização foi um ônus para os fazendeiros, obscurecendo o fortalecimento destes últimos no cenário nacional e internacional. Curiosamente o diagnóstico desses autores coincide com a opinião do Jornal do Comércio, o órgão mais poderoso da imprensa brasileira na época, e que refletia os pontos de vista de sua clientela principal, a forte burguesia mercantil do Rio de Janeiro, mais especificamente do comércio importador fluminense. Será que estes autores adotaram as opiniões desse jornal, sem perceber que ele refletia interesses contrários aos fazendeiros de café?

De qualquer maneira o Jornal do Comércio sempre se posicionou contra a valorização porque, do seu ponto de vista, a cri

se da lavoura cafeeira não se devia aos preços mercantis baixos, mas sim aos impostos internos, ou seja, à sobrecarga fiscal sobre as exportações imposta pelos governos estaduais (1). Em 1908 um articulista desse jornal apresenta argumentos para provar o "fracasso" da 1ª. valorização: "Não desconheciam nem contestavam os poderes públicos o estado quase miserável da lavoura, principalmente nos Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, sufocada não só pelos elevados gastos da produção e transporte, como pelos impostos exageradamente absorventes, federais, estaduais e municipais, entorpecedores da produção. Dificultava-se o trânsito dos produtos, matava-se a iniciativa particular, limitava-se, entravava-se, abafava-se a expansão comercial" (2). Note-se que as reclamações não partem da lavoura cafeeira. São reclamações do comércio que estava sendo excluído dos negócios cafeeiros em nome da lavoura.

Além disso, o articulista comenta os resultados previstos e apontados nas colunas do Jornal de Comércio um ano antes do Convênio de Taubaté. Explica que "o tipo 7, base das compras do Convênio, compras que até 14 de julho de 1908 haviam sido de 8,47 milhões de sacas, não provocara a imaginada alta de preços. No ano da safra de 1906/1907 o preço por 50 quilos no Havre e correlativo nos demais mercados europeus fora de 50 a 35 francos, e no de 1907/1908 respectivamente 44,75 e 35,50 francos" (3). Aqui o articulista não considera que a manutenção dos preços, num período de superprodução acentuada, é sinal de sucesso.

Um outro motivo do "fracasso" da operação teria sido o aumento brutal do estoque mundial de café. O estoque visível a 30 de junho de 1907 era de 8,91 milhões de sacas na Europa, de 3,39 milhões nos Estados Unidos e de 2,99 milhões de sacas no Brasil. Calculara-se a safra mundial de 1907 a 1908 em 14,47 milhões de sacas, das quais 10,97 milhões no Brasil.

Assim, se o consumo do período fosse de 16,5 milhões

(1) TAUNAY, A. E., op. cit., v. 11, p. 38.

(2) Citado em TAUNAY, A. E., op. cit., vl. 11, p. 103.

(3) Idem, p. 103 e 104.

de sacas, haveria um superávit de quase 1 milhão de sacas, apesar do ano fraco, que elevaria o estoque a 30 de julho de 1908 a 14,28 milhões de sacas. Dizia ainda o analista do Jornal do Comércio que essas cifras eloquentes evidenciavam quanto houvera de temerário e improfícuo nas operações do Convênio de Taubaté. O desastre da liquidação só poderia ser adiado e não evitado, pois era preciso dominar dois elementos, infelizmente não suscetíveis de serem dirigidos ao talante da vontade: as colheitas futuras e a procura do gênero. Não fosse apressado, o articulista do Jornal do Comércio veria os preços do café subirem a partir de 1909 com uma reacomodação gradativa entre a oferta e a procura.

Por ocasião do empréstimo de 15 milhões de libras esterlinas, obtido pelo governo de São Paulo para reter por tempo necessário o estoque da valorização, o Jornal do Comércio mais uma vez se posicionou contra. Segundo seu articulista "o benefício fugaz que a lavoura colhera com a venda ao Governo de São Paulo de alguns milhões de sacas ao preço de 7\$000 por arroba, em 1907, iria pagá-lo com usura. Aí vinham os 5 francos da sobretaxa e ainda o imposto adicional de 20% sobre o café exportado de 19 de junho de 1908 em diante e excedente de 9 milhões de sacas. E por cima de tudo os encargos de nova dívida de 15 milhões de esterlinas... Miríficos os resultados auferidos do Convênio de Taubaté pela lavoura de São Paulo, magníficas as vantagens da interferência e da proteção do Estado em negócios! Os lavradores que batiam palmas ao Convênio por obterem do Estado os fascinantes 7 mil reis por arroba do tipo 7, pensando que tal proteção seria gratuita, estavam agora vendo os impostos crescer e o Estado, ou antes a União, emaranhar-se nos encargos de mais um adívida de 15 milhões esterlinas, à bagatela de 240 mil contos" (1).

Na verdade essa dívida seria liquidada até mesmo antes do tempo previsto, com os lucros (e não prejuízos) da valorização. A rigor quem teve prejuízo foram alguns comerciantes brasileiros, quais sejam, aqueles deslocados pela interferência estatal, e os

(1) Citado em TAUNAY, A. E., op. cit., v. 11, p. 106 e 107.

importadores que tiveram de conviver com uma taxa cambial "artificialmente" mais baixa, regulada pela Caixa de Conversão. Daí o apelo do Jornal do Comércio à livre iniciativa e sua aversão à intervenção do Estado na economia cafeeira, conforme deixa claro o recém-referido articulista, ao criticar o monopólio estatal do café. "O Estado, vendendo o café, não poderia fazer em melhores condições que o comerciante. O caminho a seguir devia ser acabar com os monopólios. Um país se tornava infeliz no dia em que o Estado se convertia em fabricante e negociante universal... Além disso, pretender que o Brasil vendesse mais e melhor os seus produtos quando taxava os alheios constituía remota asneira"(1).

Portanto, fica bastante clara a posição do Jornal do Comércio, contrário a intervenção estatal e defensor do livre comércio, enquanto porta voz da burguesia importadora do Rio de Janeiro, que não levava vantagem com o plano de valorização e ainda por cima temia represálias ao país, em função da interferência do Estado no comércio. Dessa maneira vai se concretizando o distanciamento entre o comércio em geral e a lavoura cafeeira, cujos interesses vão se pautando cada vez mais por uma política econômica de câmbio baixo e intervenção estatal.

Não são poucas as alterações causadas pela Primeira Valorização à economia cafeeira brasileira. Esta operação refletiu a maior organização dos produtores que, sob a égide do Estado, puderam interferir melhor na manipulação dos preços internacionais do café. Jogando com a participação do Estado e com a concorrência internacional, os produtores alteraram a correlação de forças a seu favor, e puderam se defender melhor numa conjuntura extremamente adversa, impedindo a queda vertiginosa dos preços e a ação dos especuladores. Dessa maneira, a crise cafeeira dos anos 10 não causou maiores prejuízos para o capital investido na produção de café e preservou-o para um novo salto nas décadas seguintes. Evi

(1) Citado em TAUNAY, A. E., op. cit., v. 11, p. 80 e 107.

dentemente esse fortalecimento dos fazendeiros de café não significou o fim da subordinação do Brasil ao capital mercantil internacional, e menos ainda a eliminação da ingerência estrangeira nos negócios cafeeiros. Porém, as regras do jogo estavam mudando, com alguma vantagem para a acumulação interna e para alguns segmentos das classes dominantes locais. De fato os fazendeiros de café lograram garantir seu nível de renda num momento extremamente adverso e ficaram um pouco menos expostos à especulação internacional.

Para lograr êxito a primeira valorização precisou dos auspícios de alguns comerciantes estrangeiros e do capital financeiro internacional. Porém, os governantes brasileiros souberam fazer bom uso desses recursos e conseguiram abrir uma brecha importante no rígido sistema internacional de manipulação do café. A primeira operação valorizadora garantiu a manutenção das condições para a expansão futura da produção cafeeira.

A manobra protecionista do Estado Brasileiro (1) só foi bem sucedida, é certo, graças à participação de um segmento do capital financeiro internacional, que provisoriamente passou a desfrutar de alguma ingerência nos negócios do país. Entretanto o comércio internacional do café saiu seriamente arranhado do episódio da primeira valorização e o saldo para o Brasil, em termos de dependência ou subordinação ao capital internacional foi nitidamente favorável, conforme seria comprovado nos anos seguintes.

(1) Na verdade tratou-se de uma manobra executada por um segmento do Estado Brasileiro, representado pelos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Para se entender melhor essa subdivisão do Estado Brasileiro da época, deve-se lembrar do carácter regionalista e federativo do Estado que emergiu da Proclamação da República de 1889.

5. Segunda Política de Valorização do Café

A 1ª. Guerra Mundial traz novas dificuldades para a economia cafeeira. Com a interrupção momentânea do comércio europeu, verifica-se a paralização dos negócios cafeeiros. Nos portos de embarque falta crédito, os comissários não dispõem de dinheiro para o pagamento dos fretes ferroviários, e as casas americanas de importação de café, vendo seus rivais europeus se afastarem transitoriamente do mercado, pressionam para que ocorra uma queda nos preços. Em vista disso, a saca de café, que havia atingido o preço médio de 46\$103 em 1913, cai para 39\$016 em 1914 e para 36\$369 em 1915.

Na Câmara e no Senado se sucedem vários projetos visando a defesa do café e da borracha (1). Durante o ano de 1915 o senador paulista Alfredo Ellis apresenta um projeto de emissão de papel moeda sobre lastro café, no valor de 200 mil contos e solicita ao governo a compra do produto e seu armazenamento, para mais tarde revendê-lo. Trata-se de uma proposta anti-ortodoxa, em termos de política monetária, que avança ainda mais em direção à emissão fiduciária e se distancia do lastro ouro e da dependência das moedas fortes. Além disso, propõe o aumento dos preços do café, pois os atuais, além de não serem remuneradores, estavam abaixo do custo de produção.

Com esse encaminhamento o senador Ellis enfrenta as críticas dos representantes do capital financeiro internacional, sempre contrários a todo processo de intervenção no mercado cafeeiro e a métodos menos ortodoxos na política monetária. Os banquei

(1) CARONE, E., A República Velha (Instituições e Classes Sociais), op. cit., p. 44 a 46.

ros ingleses Rothschild e Schroeder eram favoráveis à manutenção dos preços do café, por considerá-los remuneradores. Declaravam que as baixas cotações de 1906, determinadoras da valorização de en tão, ainda não tinham sido atingidas. Como "fazendeiros" em São Paulo não reivindicavam a mudança nos preços (1).

Ellis contesta essa idéia, afirmando que os Schroeder não eram exatamente fazendeiros, mas sim grandes acionistas de uma em presa comercial, a São Paulo Coffee States, que também possuía uma fazenda no Estado de São Paulo, no município de São Simão. Atuavam, assim, principalmente no interesse dessa empresa. "Caso fossem faze ndeiros, não teriam a coragem de dizer que os atuais preços do café eram remu nadores" (2). Como fazendeiro, afirmava Ellis, o café lhes custava 4\$500 por arroba. Ainda era necessário acrescentar o frete ferroviário, os 3% de comissão do comissário, o custo do ensacamento, o car reto, o seguro e a armazenagem. Portanto, para dar algum lucro o café precisava ser vendido a mais de 6\$500 por arroba. O exce dente de 6\$500 é que representava o lucro do produtor (3). No mo mento os fazendeiros operavam com prejuízo porque a arroba era ven dida a 6\$000.

Ellis Também analisava comparativamente os preços do ca fê e os de outros produtos. "O feijão que é uma planta anual, que se co lhe 90 dias depois de sua plantação, custa atualmente mais de 25\$ o saco. O arroz, planta que produz no espaço de 5 meses, está sendo vendido no mercado a 25\$, 26\$ e 28\$, ao passo que o café a 20\$. E os Srs. Schroeder acham que os pre ços do café são remuneradores, quando estão abaixo do feijão e do arroz" (4).

Além disso, Ellis acrescenta que na época da primeira valorização o café custava mais barato porque os salários eram mais baixos. Com as cotações baixas os fazendeiros reduziram os salá -

(1) TAUNAY, A., op. cit., v. 11, p. 419.

(2) CARONE, E., A República Velha (Instituições e Classes Sociais), op. cit., p. 129 e 130.

(3) TAUNAY, A. E., op. cit., v. 11, p. 419 e 420.

(4) CARONE, E., A República Velha (Instituições e Classes Sociais), op. cit., p. 132.

rios dos colonos. Ao invés de pagar como atualmente 100\$, 110\$ e 120\$ pelo tratamento de mil cafeeiros, pagavam 70\$, 75\$ e 80\$ no máximo. Depois da alta de 1912 os colonos reivindicaram aumentos, que foram de 25 a 30%. Isso representava um encarecimento dos custos do café. Antes, com os baixos salários, os fazendeiros poderiam vender o café a 5\$000 por arroba, sem lucro, porém sem prejuízo, mas não agora, com um custo adicional de 30%. Segundo Alfredo Ellis os banqueiros ignoravam por completo este fato, aliás importantíssimo, "apesar de se gabarem de sua qualidade de fazendeiros de São Paulo" (1).

O banqueiro Schroeder não só discordava dos cálculos de Ellis, como também declarava que a emissão de papel sobre lastro café parecia-lhe uma emissão de moeda falsa. Em resposta o senador Ellis lembrava que os Estados Unidos haviam realizado uma emissão de notas do Tesouro sobre grande quantidade de artigos da produção nacional. Por que razão o Brasil não deveria fazer o mesmo em relação ao café, à borracha, ao algodão, ao fumo, ao cacau e aos seus demais produtos? (2).

O projeto de emissão para financiar o café acaba sendo aprovado somente em 1917, com o agravamento da situação mundial e reflexos negativos sobre o mercado cafeeiro. Senão vejamos. Durante a Guerra o governo americano, receando que uma alta geral dos preços provocasse a elevação dos salários, tabelava os preços dos gêneros alimentícios. Essa medida foi extensiva ao café e em 1917, os diretores da Bolsa de Café de Nova York declaram que a Superintendência dos Negócios do Comércio do Café seguiria as normas gerais estabelecidas pelo governo dos Estados Unidos em relação aos demais produtos. O presidente da

(1) TAUNAY, A. E., op.cit., v.11, p. 420 e 421.

(2) Idem, p. 421 e 422.

Bolsa recebeu poderes para suspender as transações desde que as circunstâncias assim o exigissem. Uma outra medida exigia que os negociantes de café crú deveriam ter autorização especial para comercializar. As revendas foram proibidas ou limitadas a uma só transação afim de se impedir a acumulação de lucros pelos acréscimos de cada transferência, que provocariam a alta dos preços para o consumidor. Os preços do café foram tabelados de acordo com a resolução da Food Administration. Partiram de base baixa e se tornaram progressivamente elevados quando posteriormente os dirigentes verificaram que se achavam diante de cotações realmente prejudiciais (1). Os negociantes e torradores envolvidos com o comércio cafeeiro criticaram severamente essas medidas, alegando que o café não era produto alimentício.

A entrada dos Estados Unidos na Guerra em 1917 e o bloqueio naval da Europa reduziram as exportações brasileiras, levando à acumulação de estoques de café nos portos nacionais. Com a safra de 1917-1918, de 15 milhões de sacas, os estoques em Santos chegaram a 6 milhões de sacas, contra apenas 1 milhão em 1916. Os comissários absorvem o possível mas não possuem condições de escoamento, enquanto o sistema bancário carece de crédito para socorrer a lavoura.

Dada a impossibilidade de se recorrer ao crédito externo, expediente utilizado na primeira operação de valorização, e diante do acúmulo dos cafés retidos nos portos nacionais, o Governo brasileiro inicia nova operação de defesa do café. Em agosto de 1917 autoriza a emissão de papel moeda até 300 mil contos, dos quais 110 mil foram obtidos pelo Estado de São Paulo sem juros, o que demonstrava o peso da cafeicultura e do parque industrial paulista, conforme assinalou Boris Fausto (2). Portanto, uma grande

(1) TAUNAY, A. E., op. cit., v.11, p. 457 e 459.

(2) FAUSTO, B., op. cit., p. 229.

porcentagem do dinheiro emitido foi parar nas mãos da cafeicultura.

Pela primeira vez desde o Encilhamento (1889-1892) rompe-se com os cânones da conversibilidade ortodoxa e recorre-se às emissões sem lastro ouro. Apesar dessa medida ter sido tomada em circunstâncias de total impossibilidade de se recorrer aos empréstimos externos, devido à guerra, ela não deixou de significar a implementação de um mecanismo de valorização menos dependente do capital financeiro internacional e em oposição a suas diretrizes ortodoxas.

Nessas condições o Estado de São Paulo adquiriu cerca de 3,1 milhões de sacas de cafés finos em Santos e no Rio até 30 de julho de 1918, através do Banco Comércio e Indústria (COMIND). Dessa maneira, o governo paulista, com a cooperação financeira da União, compra o excedente, acumula os estoques e pode sustentar os preços do café durante o conflito mundial.

Essa segunda operação da valorização armou temporariamente os mercados nacionais contra a ação dos setores importadores europeus e americanos que, juntamente com os banqueiros ingleses, discordavam da política de intervenção do Estado Brasileiro, justamente quando seus governos praticavam essa intervenção.

Assim mesmo os compradores americanos ainda não acreditavam na capacidade do mercado brasileiro de determinar os preços do café, provocando uma alta. Por isso ignoraram a alta das cotações que começa a ocorrer a partir do segundo semestre de 1918, em função principalmente da intervenção do governo na compra das 3,1 milhões de sacas.

Em janeiro de 1918 os estoques nos portos americanos eram de 2,88 milhões de sacas, quando normalmente, antes da guerra, montavam a 4 milhões. E mesmo diante das notícias de geadas, em junho de 1918, os compradores americanos recusam as ofertas de café

na expectativa de que as cotações baixassem. Entretanto, elas continuam a subir rapidamente. Nesse ínterim as operações de guerra se precipitam e encaminham-se para o armistício de novembro de 1918.

A Food Administration, que tabelara os preços do café nos Estados Unidos, vinha fazendo compras muito reduzidas. Por isso, quando se assina o tratado de paz, os preços sobem ainda mais. O café Santos tipo 4, negociado a 8 1/4 cents em maio, vai para 21 1/2 cents, registrando uma alta de quase 200%. Conforme observou Ukers, estudioso americano do café, a especulação americana fora freiada, mas com prejuízo do seu comércio. Verificou-se que teria havido vantagem para os Estados Unidos se a base do preço interno do café tivesse sido mais alta, pois teria estimulado os comerciantes a fazerem um estoque maior. O estoque americano de café, de 2,44 milhões de sacas em setembro de 1918, passa para 1,85 milhões em novembro do mesmo ano. Os regulamentos de guerra foram abolidos e a Bolsa reabre em dezembro de 1918 (1).

Quando a guerra terminou, em fins de 1918, o Estado de São Paulo possuía cerca da metade do estoque mundial de café, estimado em 8 milhões de sacas, enquanto as reservas dos principais centros consumidores estavam baixas, o que dava ao Brasil o comando do mercado internacional de café. Em pouco tempo o Estado de São Paulo realizou lucros fabulosos ao redor de 129 mil contos de reis, que foram repartidos com o Governo Federal.

Na Europa, após o armistício, o Sindicato dos Corretores Oficiais do Café do Havre, revoltados com a intervenção oficial brasileira nos negócios cafeeiros, se reúnem em assembléia deliberativa e solicitam ao governo francês que interrompa imedia

(1) TAUNAY, A. E., op. cit., v. 11, p. 461.

tamente as compras do café no Brasil. É nesse contexto que os importadores estrangeiros pressionam os mercados brasileiros a fim de provocar a baixa das cotações de café, anunciando constantemente a queda dos preços.

Com a intenção de libertar a comercialização do café nos portos nacionais dessas pressões, o presidente paulista em exercício resolveu criar a Bolsa Oficial do Café de Santos e a Caixa de Liquidação.

Embora a segunda operação valorizadora tenha ocorrido durante a Guerra, ou seja, num período de escassez de capitais externos, o governo brasileiro, pressionado pelos líderes políticos dos fazendeiros de café, praticou uma política econômica que limitou o controle dos bancos estrangeiros e das casas de importação americanas e européias, sobre o mercado cafeeiro nacional. A outra alternativa teria sido a não intervenção do Estado, juntamente com o acúmulo dos estoques de café nos portos nacionais nas mãos dos exportadores, ou seja, a perda do controle dos mesmos, o que provocaria uma queda considerável dos preços do produto. Tal saída, sem dúvida, favoreceria enormemente o setor comercial internacional, que poderia recompor seus estoques a preços vantajosos, uma vez terminado o conflito mundial.

Mas, na verdade ocorreu o contrário. As grandes praças da Europa e dos Estados Unidos, não podendo mais esperar por uma queda das cotações, haviam aceito altos preços pois precisavam reconstituir seus estoques e o Brasil se encontrava em situação vantajosa, pois, além de ter o comando dos estoques, se aparelhou melhor para a defesa e organização comercial cafeeira.

Pela segunda vez, os fazendeiros de café haviam conseguido balançar o controle absoluto que a burguesia mercantil nacional e estrangeira exerciam sobre o mercado cafeeiro, extraíndo

disso algumas vantagens econômicas, pela utilização do Estado Brasileiro. O preço da saca de café no mercado interno passa de 47\$390 em 1918 para 94\$612 em 1919 e 74\$703 em 1920, enquanto as divisas de exportação atingiam 66 milhões de libras esterlinas em 1919 e 40 milhões de libras em 1920. Os lucros do Estado de São Paulo com a manipulação dos estoques da segunda valorização foi de 4 milhões de libras contra 10 milhões de libras de lucros da primeira valorização (1). Levando-se em consideração que a segunda valorização durou cerca de 4 anos, contra 8 anos da primeira, pode-se concluir que ambas foram igualmente lucrativas para o Estado de São Paulo.

O sucesso da segunda operação valorizadora, confirmava o acerto do método e jogava por terra a resistência que ainda havia à intervenção estatal no mercado cafeeiro. Os ortodoxos e anti-valorizadores estavam fora de ação e poucas vozes se ouviam no Congresso criticando essa intervenção.

Sob o impulso da intervenção do Estado na comercialização, o café encerrava a década de 1910 em plena maioria. O ritmo de crescimento das plantações desse arbusto, sobretudo em São Paulo, é o principal testemunho de lucratividade dessa produção. Ao contrário de muitos estudos que colocam os produtores em segundo plano (2), a eles coube fatias crescentes da renda obtida nos negócios cafeeiros. A época de maior prosperidade para a produção de café foi a década de 1920, que assistiu ao auge e o início da decadência do café no cenário econômico nacional, sufocado no seu próprio sucesso. A lucratividade era tanta que muitos capitais, dedicados à indústria e ao comércio, como no caso das ferrovias, retornaram à lavoura em busca de maiores taxas de lucratividade re

(1) Dados extraídos de DELFIM NETTO, A., op. cit., p. 99 e 100.

(2) Vide por exemplo FAUSTO, Boris, op. cit., p. 230.

gistradas na economia brasileira.

Na verdade não é fácil determinar com precisão as taxas de lucro desfrutadas por este ou aquele segmento da economia cafeeira ao longo da Primeira República. Não é a toa que na maioria dos estudos sobre o café poucos são os autores que conseguem fornecer cifras precisas sobre o período. É por isso que a maioria deles acaba optando pela supremacia absoluta da fração mercantil da burguesia cafeeira de acordo com as teses gerais sobre o assunto.

Entretanto os poucos dados que se conseguiu reunir indicam que os fazendeiros de café auferiam crescente lucratividade a partir principalmente das últimas décadas do século passado. Isso não rompe, evidentemente, a subordinação do país ao capital mercantil e financeiro internacional, que a rigor se estende até os nossos dias (se bem que de forma qualitativamente diferente), conforme indica o permanente endividamento e suas consequências como o Funding-Loan (de 1898 e de 1914) e as renegociações atuais da dívida. Não obstante pretende-se assinalar justamente a mudança na correlação de forças do Brasil com as forças imperialistas, que ganha terreno com a valorização do café e prossegue com a industrialização.

Não basta medir a lucratividade da produção cafeeira pelo ritmo de expansão da produção. Naturalmente este já seria um indicador confiável porque demonstra a capacidade de reprodução em escala ampliada do capital produtivo cafeeiro. Mas como essa expansão poderia ter sido obtida por meio do crescente endividamento dos produtores, e aí o mérito ficaria nas mãos dos bancos ou dos comerciantes envolvidos, convém analisar diretamente as receitas e despesas da produção cafeeira.

Um bom exemplo desse cálculo se encontra no trabalho de

Roberto Perosa já citado (1), que procura detectar essa lucratividade pela diferença entre o preço da terra nua e o preço de uma lavoura de café já formada. Um alqueire de terra nua custava por volta de 1920 cerca de 500\$000 (quinhentos mil reis), enquanto uma fazenda formada de 140 alqueires e com 200 mil pés de café chegava a alcançar o valor de 1:000:000\$000 (um mil contos de reis), o que resulta em mais de 7:000\$000 (sete contos de reis) o alqueire (2).

Por outro lado, prossegue Perosa, o custo de formação de uma fazenda, conforme a ilustrada acima, compunha-se de:

- Preparo do solo e plantação e formação de 200 mil cafeeiros	=	200:000\$000
- Valor de 100 alqueires de terras em <u>ca</u> <u>fezal</u>	=	50:000\$000
- Valor das terras suplementares <u>indis</u> <u>pensáveis</u>	=	20:000\$000
- Valor de 36 casas para colonos	=	61:200\$000
- Casa para administração e dependências, inclusive <u>estábulo</u> s, currais, animais	=	40:000\$000
- Instalação de máquinas	=	40:000\$000
- Administração durante quatro anos, <u>des</u> <u>pesas</u> gerais e imprevistos	=	15:000\$000
Total		426:200\$000(3)

Em se tratando de uma fazenda com 140 alqueires, tem-se um custo total por alqueire, incluindo a aquisição da terra, de 3:000\$000 (três contos), o que deixa um lucro de 4:000\$000 (qua-

(1) Trata-se do "Comércio e Financiamento da Lavoura de Café de São Paulo no Início do Século".

(2) Este cálculo e os que vêm a seguir foram obtidos por Perosa de RAMOS, Augusto, O Café no Brasil e no Estrangeiro, Rio de Janeiro, Pap. Santa Helena, 1923, p. 129 e seguintes.

(3) PEROSA, R., op. cit., p. 69.

tro contos) por alqueire, ou seja, uma remuneração de 130% sobre o capital investido no período de quatro ou cinco anos de formação da lavoura. Portanto a formação de fazendas de café torna-se um empreendimento bastante rendoso para os fazendeiros (1).

Na verdade essa lucratividade era frequentemente maior porque parte dos custos de formação mencionados nesse estudo, quais sejam, os custos de mão-de-obra de formação do cafezal eram eliminados pelos fazendeiros com a contratação de colonos. Estes assumiam o compromisso de formar os cafezais no prazo de 4 a 5 anos, e em troca se beneficiavam de todas as colheitas aí verificadas. Como se sabe, além dos cafeeiros, os colonos plantavam milho, feijão, arroz, batata, etc., nas terras férteis entre os cafezais. Dessa maneira, um proprietário de terras de São Paulo poderia obter facilmente um cafezal com pequeno ou nenhum custo (2).

Assim o custo de formação de uma fazenda de 140 alqueires caía para 1:500\$000 o alqueire, contra um valor de venda de 7:000\$000 o alqueire, conforme foi mencionado. Entretanto Perosa demonstra que o custo da formação de uma fazenda pode cair ainda mais, levando-se em consideração que vários dos elementos alienados nesses custos, poderiam ser obtidos na própria fazenda a um preço inferior ao de mercado.

É o caso de grande parte dos insumos, como tijolos, alimentos, madeira e pedras, que fazem baixar os custos de construção a 1/3 do preço de mercado, diminuindo o custo por alqueire, a não mais que 1:370\$000 (3). Em resumo, a rentabilidade de um fazendeiro na formação de uma lavoura de café andava ao redor de 400% sobre o capital investido. Com toda essa rentabilidade é fácil ex

(1) PEROSA, R., op. cit., p. 70.

(2) Idem, p. 70.

(3) Idem, p. 70.

plicar porque os fazendeiros expandiam continuamente suas lavou-
ras.

Naturalmente esses cálculos de rentabilidade foram fei-
tos para o início dos anos 20, quando as cotações internacionais e
os mecanismos cambiais estavam conduzindo os preços da saca de ca-
fê ao seu ponto mais elevado em moeda nacional. O que faz pensar
em preços mais modestos nas décadas anteriores, sugerindo uma lu-
cratividade menor. Mas mesmo na hipótese de que a lucratividade fos-
se metade ou mesmo um terço da indicada, ainda assim a produção
de café seria um investimento altamente rentável para os padrões
da época.

Essa questão da rentabilidade dos fazendeiros de café,
muitas vezes negada pelos analistas do período que preferem atri-
buir toda a renda do negócio cafeeiro ao capital mercantil nacio-
nal e estrangeiro, remete ao problema do financiamento desses em-
preendimentos cafeeiros. Em outras palavras, de onde veio o capi-
tal que financiou a implantação de tão vastas fazendas, que no fi-
nal dos anos 1920 produziam rios de café?

Conforme foi mencionado anteriormente, a vigorosa expan-
são da economia cafeeira, ocorrida nas últimas décadas do século
passado e a sua monetarização a partir da mão-de-obra livre, criou
necessidades de financiamento que não puderam ser atendidas pelo
velho sistema de crédito baseado no comissário. Daí as constantes
reivindicações dos fazendeiros pela criação de bancos de hipote-
cas e redesconto e outros elementos de um sistema financeiro mais
condizente com suas crescentes necessidades, que só em parte fo-
ram atendidas pelos governos da República.

Na verdade boa parte do financiamento da expansão cafe-
eira paulista saiu dos lucros dos próprios fazendeiros que, como
foi visto, eram suficientemente elevados para permitir o chamado

auto financiamento. Defendendo este ponto de vista Perosa procurou estimar as necessidades de financiamento da lavoura cafeeira paulista por volta de 1925, quando haveriam 840.000 mil pés produzindo e 160.000 mil em formação, que exigiram entre custeio anual e formação de novas lavouras um total aproximado de 650:000:000\$000 (seiscentos e cinquenta mil contos de reis) (1). Se os comissários estivessem fornecendo um suprimento de 100:000:000\$000 (cem mil contos de reis) anuais, conforme declaração do Sr. Alberto da Veiga, secretário da Associação Comercial de Santos em 1922, e o Banco do Estado de São Paulo juntamente com o Banco do Brasil estivessem fornecendo também por volta de 100:000:000\$000 (cem mil contos de reis) anuais, conforme afirma Perosa (2), faltariam cerca de 450:000:000\$000 (quatrocentos e cinquenta mil contos) a serem cobertos pelo auto financiamento dos fazendeiros. Admitindo-se que houvessem outras fontes de financiamento como bancos do interior e outros bancos de São Paulo, não mencionadas no estudo de Perosa, poderíamos afirmar que cerca da metade do financiamento da lavoura cafeeira na década de 20 provinha dos recursos dos próprios fazendeiros, principalmente dos grandes. Naturalmente esse auto financiamento cobria apenas uma parte das necessidades dos produtores que continuavam a reivindicar crédito abundante e barato.

Portanto existem vários indicadores de que os fazendeiros de café auferiam uma lucratividade excelente nos seus investimentos, independentemente do que poderiam estar usufruindo os demais segmentos econômicos implicados nos negócios cafeeiros. Para se ter uma idéia dessa rentabilidade basta examinar o quadro seguinte, extraído do estudo de Perosa, que indica a diferença em

(1) Para os cálculos detalhados vide PEROSA, R., op. cit., p. 75.

(2) Idem, p. 75.

tre o custo de produção e o preço de venda por saca entre 1911 e 1929:

TABELA
LUCRATIVIDADE DO CAFÉ POR SACA

Ano	Custo de Produção	Preço de Venda	Margem por Saca
1911	24\$	53\$875	30\$
1912	26\$	57\$812	32\$
1913	29\$	46\$103	17\$
1914	26\$	39\$016	13\$
1915	26\$	36\$369	10\$
1916	26\$	45\$188	19\$
1917	27\$	41\$510	15\$
1918	28\$	47\$390	19\$
1919	33\$	94\$612	62\$
1920	34\$	74\$703	41\$
1921	36\$	82\$393	46\$
1922	48\$	118\$694	71\$
1923	44\$	146\$875	103\$
1924	54\$	205\$853	152\$
1925	68\$	215\$109	147\$
1926		170\$700	
1927		170\$401	
1928		204\$620	
1929		191\$871	

Fonte: PEROSA, R., op. cit., p. 76.

Naturalmente essa lucratividade dependia cada vez mais das operações valorizadoras sob o patrocínio do Estado, como aquelas de 1906, 1907, 1921 e a defesa permanente.

6. Terceira Política de Valorização do Café

Em 1920 irrompe uma nova crise mundial, que diminui a liquidez internacional e leva os países capitalistas a práticas protecionistas. Mais uma vez o preço do café é afetado e articula-se no Brasil uma nova valorização. Mas, como evoluiu a situação do café desde o término da 1ª. Guerra Mundial? Assinada a paz, europeus e norte americanos trataram de recompor seus estoques de café, bastante abalados ao longo do conflito. Abriu-se assim um período favorável para os exportadores da rubiácea, que obtiveram uma folga de divisas para adquirir mercadorias na Europa e Estados Unidos.

Entretanto essa abertura comercial durou pouco, porque provocou desequilíbrios nas contas externas dos países avançados e acabou desencadeando uma onda protecionista. Os governos europeus e norte americano tomam medidas restritivas para enfrentar a crise, e os bancos ingleses e americanos chegam a um acordo no sentido de restringir a expansão do crédito. Essa medida afeta diretamente as casas importadoras que ficam sem financiamento para manter seus estoques de café num nível normal. Aproveitando-se dessa perspectiva da queda da demanda no mercado cafeeiro, os especuladores procuram controlar o café brasileiro, provocando a queda de seus preços.

Sertório de Castro em seu livro "Política é Mulher", citado por Carone, analisa com clareza essa situação:

"Como é público e notório, elementos das praças de Nova York e Havre, secundados por algumas firmas de Santos..., percebendo a deplorável situação em relação a recursos financeiros derrubaram o preço do café"(1).

(1) CARONE, E., A República Velha (Instituições e Classes Sociais), op.cit., p.47.

Quais eram os mecanismos de especulação utilizados pelas casas importadoras? Nas praças paulistas predominava um tipo de comercialização onde se negociavam a termo milhões e milhões de sacas de café, arroz, açúcar, algodão, sem quase nenhuma entrega de mercadorias e sim com liquidação por diferença (1). Os comerciantes das praças estrangeiras efetuavam um número de vendas a termo superior ao que realmente poderia ser coberto com a mercadoria, para provocar a queda dos preços. Em 1919 foi realizado um total de operações de compra e venda sobre 26 milhões de sacas, quando a colheita fora em torno de 9 milhões devido à geada (2). Uma gama de intermediários, entre eles os corretores, os zangões e testas de ferro, controlavam o movimento da Bolsa de Santos, São Paulo, da Registradora de Santos e das Caixas de Liquidação particulares.

Foi assim que a Bolsa Oficial de Santos e a Caixa de Liquidação, que haviam sido criadas para combater os especuladores, convertem-se em organismos a seu favor. Tal situação levou o deputado mineiro Francisco Valladares a emitir crítica ferrenha contra a especulação nas praças paulistas. Em agosto de 1920 ele denunciou a existência de uma bolsa organizada com a Caixa de Liquidação e a Caixa Registradora particulares, cuja maioria acionária pertencia à Brazilian Warrant (3). Além disso explicava que a força das Caixas de Liquidação repousava na exigência do depósito individual e nas margens suplementares (4), exigências que amplia-

(1) TAUNAY, A.E., op. cit., v.12, p. 40. A liquidação por diferença ocorre quando se faz uma compra para entrega futura e, na ocasião da entrega, ao invés de se receber a mercadoria, recebe-se a diferença entre o preço de compra inicial e o preço de mercado na ocasião de entrega. Se a diferença for a mais para o comprador, como usualmente ocorre, ele auferirá um lucro. Se tiver havido uma queda de preços, o comprador paga a diferença.

(2) TAUNAY, A.E., idem, ibidem, p. 44 e 45.

(3) TAUNAY, A.E., op. cit., v.12, p. 42 e 43.

(4) O depósito individual e as margens suplementares eram somas que deveriam ser depositadas no início ou ao longo das transações nas Caixas de Liquidação ou Registradora, exigindo maior disponibilidade de capital daqueles que estivessem envolvidos nessas transações.

vam o domínio da pura especulação, na medida em que eliminavam a possibilidade do comissariado nacional participar de tais operações a termo, pois para tal deveriam mobilizar grandes somas de capital, o que os impedia de fornecer os tradicionais adiantamentos ao custeio da lavoura (1).

Portanto, havia um amplo raio de manobra para o círculo restrito de operadores que dominavam o mercado a termo, manipulando cotações, e açambarcando o grosso dos rendimentos que deixavam de se distribuir entre os setores produtivos (2). O comércio a termo era privilégio dos representantes das casas importadoras de café estrangeiras que, apesar da crise mundial, continuavam se amparando na grande organização bancária externa, notadamente a norte-americana.

O deputado Valadares, portador dos protestos dos fazendeiros de café contra a Caixa de Liquidação, propõe as seguintes medidas de emergência para freiar a especulação nas praças paulistas:

1 - Que a Bolsa efetuasse unicamente duas reuniões por dia, exceto aos sábados, para diminuir o volume de operações;

2 - Que não se admitisse nas operações a termo negócios sobre cafés inferiores ao tipo 6, para diminuir o volume de café transacionado;

3 - Que não se permitisse o registro de operações sobre vendas a termo por parte das firmas estabelecidas em praças estrangeiras, em que existissem bolsas de café, para diminuir a ingerência externa;

4 - Que as operações fossem limitadas ao dobro da safra

(1) TAUNAY, A.E., idem, ibidem, p. 43.

(2) TAUNAY, A.E., idem, ibidem, p. 44.

calculada pelo Governo para não se dar a anomalia ocorrida em 1919 quando se negociou quase 20 milhões de sacas acima da colheita;

5 - Que se instituisse a defesa permanente do café para solucionar o problema em definitivo. De início a organização do crédito agrícola poderia ser tentada pelo governo federal, que defenderia o café, agindo como o governo francês que, em determinado momento, emprestou ao agricultor mediante garantias do produto ou depósito na própria fazenda. A tal serviço deveria ser destinada parte da emissão a ser feita (1) para financiar os estoques na própria fazenda.

Sem dúvida o que aumentava a fragilidade dos fazendeiros e comissários face ao jogo especulativo era a precária organização bancária nacional, com reduzida capacidade para sustentar a produção cafeeira.

Dos 14 bancos existentes no Estado de São Paulo em 1910, sete eram estrangeiros (com 70% dos ativos e 70% dos empréstimos e descontos bancários) e sete paulistas dos quais só tinha expressão o Comércio e Indústria (COMIND), que era o segundo maior banco do Estado (com 21% dos ativos) e participou da 2a. valorização, juntamente com o Banco de São Paulo, que era o sexto maior banco (com 7% dos ativos) (2).

Uma vez que o comércio cafeeiro nas praças paulistas encontrava-se atrelado às necessidades da especulação internacional, e que o sistema bancário ainda era controlado fundamentalmente pelo capital estrangeiro, nem por isso se pode concluir que esse se-

(1) TAUNAY, A. E., *idem*, *ibidem*, p. 44 e 46.

(2) CANO, Wilson, *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*, São Paulo, Difel, 1977, p. 73 e 74.

tor mercantil controlava a máquina estatal, a máquina partidária e os postos chave em geral, ou seja que excercesse a dominação política.

Por outro lado, com o advento da Primeira Guerra Mundial e com o abandono da política deflacionista, se dá um maior desenvolvimento dos bancos nacionais (paulistas principalmente), com a instalação de novas agências no Estado, que passam a financiar decisivamente a agricultura (1). Entretanto, apesar desse avanço, o sistema bancário nacional ainda era precário para as necessidades de desenvolvimento da produção cafeeira.

Nessas circunstâncias, os fazendeiros de café mais uma vez pressionam o Estado a criar condições propícias para assegurar o processo de acumulação cafeeira. Caso contrário, o setor mercantil teria escoado grande parte da lucratividade para o estrangeiro. É dentro desse contexto que se imbricam as reivindicações dos líderes políticos dos fazendeiros de café e de seus aliados do momento, os comissários, no sentido de uma terceira intervenção estatal no mercado cafeeiro, e na criação de um Banco Central de Emissão e Redesconto. Coube portanto principalmente à fração agrária da economia travar essa luta contra o capital mercantil internacional.

Assim, quando irrompe a crise de 1920, os fazendeiros de café e seus aliados empenham-se em conseguir uma nova operação valorizadora. Na falta de crédito externo, tendo em vista a conjuntura mundial recessiva, essa corrente intervencionista dos fa

(1) CANO, Wilson, op.cit., p. 74.

zendeiros sugere novamente a prática da emissão utilizada na 2a. valorização para desespero dos ortodoxos.

A corrente emissionista, vitoriosa num primeiro momento, teve grande significado não apenas para a consolidação dos interesses dos fazendeiros de café, como também para uma maior autonomia do Estado Brasileiro. "Foi liderada pelos políticos paulistas, apoiados não só pelos mineiros mas também pela maior parte da imprensa, pela Sociedade Nacional de Agricultura, pelo Centro Industrial do Brasil, pela Associação Comercial do Rio de Janeiro, pela Federação das Associações Comerciais do Brasil, pelo Centro do Comércio de Café, pelo Centro de Cereais e pelo Centro do Comércio e Indústria do Rio de Janeiro"(1).

Na verdade, era uma proposta de política monetária nacional baseada nos recursos internos. Naquele período, em que dominava a ortodoxia monetária, toda economia agro-exportadora tinha a sua política monetária atrelada às moedas fortes baseadas no padrão-ouro, e, portanto, suscetível às suas manobras.

A emissão sem lastro ouro dava maior raio de manobra ao Estado Brasileiro no domínio econômico e permitia colocar em prática a política de valorização, sem depender tanto do capital estrangeiro. Isso significava enfraquecer o controle do capital financeiro internacional e escapar à ação especulativa das grandes casas importadoras americanas e européias.

Dessa maneira, a emissão constituía uma sistemática de crédito que beneficiava alguns setores dominantes do país e em particular os fazendeiros de café.

A emissão para financiar os estoques reguladores favorece o setor exportador em detrimento da economia de mercado interno, porque causa um processo inflacionário que implica na transferência de renda de todos os setores da economia para aquele dire

(1) AURELIANO, Liana Maria, No Limiar da Industrialização, São Paulo, Brasiliense, 1981, p. 62.

tamente beneficiado pela emissão. Além disso, a inflação provocava a desvalorização cambial, que encarecia as importações e aumentava a renda dos exportadores em moeda nacional. Daí a oposição do Rio Grande do Sul e de alguns setores de Minas, cuja economia, voltada para o mercado interno, era a mais afetada pelas consequências de um processo inflacionário. Essa valorização via emissão mostrava-se mais conveniente do que os procedimentos da la. valorização, quando os empréstimos externos foram bancados pelos próprios fazendeiros de café através dos impostos de exportação.

O deputado Sampaio Vidal, representante político dos fazendeiros de café, defendia o projeto de emissão também pelo fato da Guerra ter transformado as relações do comércio mundial. Assim, afirmava que "antes de 1914 a circulação total do mundo era de 7 bilhões de dólares e passara a 56 bilhões. O lastro ouro antes calculado à razão de 70% da circulação universal baixara a 12%. Havia sido criados valores em quantidade, mas sem os meios circulantes correspondentes. De 1913 em diante o café passara de 5 a 20\$ réis, o açúcar, o algodão, o ouro, o arroz, o gado, etc., tinham quadruplicado de valor e o numerário ficara estacionário. Era necessário abandonar o fanatismo metalista. O ouro do mundo cada vez menos lastreava a circulação" (1). Por estas razões, Sampaio Vidal insistia na criação de um Banco de Emissão e Redesconto: "o governo federal deveria emitir papel-moeda até a importância de 150 mil contos de réis, para a defesa do mercado de café, defesa essa consistindo na compra do produto até 2 milhões de sacas, feita diretamente pelo Governo Federal ou pelos Estados produtores, por acordo com os respectivos governos. O produto líquido da venda de todo o café adquirido, recebido em cambiais, seria depositado em poder dos banqueiros do Brasil em Londres e no Federal Reserve Board dos E.U.A. em conta especial. A importância em ouro se destinaria a constituir o lastro de um banco de emissão e redesconto" (2).

Para complementar o projeto de emissão e considerando que o sistema bursátil existente mantinha baixos os preços do café pois era manipulado pelos especuladores na praça de Santos, o

(1) TAUNAY, A.E., op. cit., v. 12, p. 50 e 51.

(2) TAUNAY, A.E., idem, ibidem, p. 51 e 52.

Deputado mineiro Francisco Valladarez propõe a criação da Caixa Oficial Registradora de Café para as operações a termo, e o fechamento das Caixas de Liquidação, proibindo as operações a termo. Tais medidas, que em parte foram adotadas no governo estadual de Washington Luis, colocariam um freio a ação dos especuladores, com a estatização da Caixa Registradora e eliminação da Caixa de Liquidação.

Aos emissionistas contrapunha-se uma outra corrente liderada no Congresso por Antonio Carlos de Andrada, integrada principalmente por políticos gaúchos, pernambucanos e baianos (1). Colocavam-se tanto contra a valorização quanto contra a criação do Banco Central, argumentando que as emissões ativariam a inflação e deprimiriam o já baixo poder de compra dos salários, além de comprometerem as finanças públicas abaladas por sucessivos déficits desde 1914. Ainda protestavam contra o "imperialismo paulista", solicitando que a proteção se estendesse a todos os demais estados. Uns temiam que a queda dos salários encurtasse seus mercados (os gaúchos e mineiros produtores para o mercado interno), outros que a elevação dos salários industriais reduzisse seu poder de competição num momento de acirramento da concorrência inter-regional (os industriais)(2). Os não-emissionistas afirmavam que a posição do café era boa e a do açúcar ótima, além do que a situação do Brasil nos mercados internacionais estaria perfeitamente assegurada. Portanto nem empréstimos e nem emissão (3).

Entretanto, entre os adversários da emissão havia aqueles favoráveis à valorização por meio de empréstimos externos. Assim o deputado Antônio Carlos de Andrada propõe um substitutivo ao projeto de emissão pelo qual o Congresso permitiria ao Governo

(1) AURELIANO, L., op. cit., p. 63.

(2) AURELIANO, L., op. cit., p. 63.

(3) TAUNAY, A.E., op. cit., v.12, p. 47.

contrair um empréstimo externo de 300 mil contos. Caso persistisse a crise dos preços do café, autorizava-se ainda o Governo a emprestar ao Estado de São Paulo até 30 mil contos ouro (em moeda metálica) para a compra do produto, utilizando-se para este fim do depósito da Caixa de Amortização, constitutivo do fundo de garantia do meio circulante em papel (1).

Do debate entre essas duas correntes saiu vitoriosa, num primeiro momento, a proposta de emissão que resultou no decreto presidencial de novembro de 1920 permitindo a implantação da operação de valorização do café.

Assim em março de 1921 tem início a 3a. valorização, financiada pela Carteira de Emissão e Redesconto do Banco do Brasil, criada em novembro de 1920, que tinha por finalidade explícita o aumento da elasticidade da oferta de moeda, a redução das reservas bancárias e a baixa da taxa de juros, conferindo-se por fim ao Governo Federal o poder de influir diretamente na economia nacional, fomentando a produção ou reprimindo a especulação (2). A criação da Carteira de Redesconto, que cumpre em parte a função de um Banco Central, sofisticou o sistema financeiro nacional, ampliando suas funções e sua autonomia face ao capital financeiro internacional. Os recursos foram providos por emissões limitadas inicialmente a 100 mil contos e elevadas pelo governo federal para 200 mil contos em junho de 1921.

As operações de compra iniciadas em março de 1921 já haviam retirado do mercado em fins de março de 1922, cerca de 4,5 mi

(1) TAUNAY, A., *idem*, *ibidem*, p. 52. As condições do empréstimo seriam as seguintes: 1) Juros de 3% a.a. e penhor do café adquirido, observando-se quanto a esta garantia, as prestações do empréstimo e ao regime de contas, o de terminado no contrato de 1917, celebrado com o Estado de São Paulo para fins idênticos; 2) O pagamento da soma emprestada se faria a medida que o café fosse vendido, nunca se excedendo o prazo de 2 anos. E ainda em moeda metálica de ouro no país ou no estrangeiro devendo ser prontamente recolhida tal moeda à Caixa de Amortização para se reincorporar ao fundo de garantia.

(2) AURELIANO, L., *op. cit.*, p. 64.

lhões de sacas (1). O governo outorgou a tarefa de valorizar o café ao Conde Siciliano que por intermédio de sua Companhia Mecânica e Importadora de São Paulo, determinou as compras por meio de promissórias de sua emissão levadas ao Banco do Brasil e endossadas pelo Tesouro (2). "Com isso deteve-se a queda dos preços internacionais, que se elevaram mesmo no segundo semestre de 1921: o Rio 7, disponível em New York passa de 6,4 cents a libra-peso para 8 cents" (3).

Segundo o senador paulista Alfredo Ellis, a intervenção federal trouxera ao país 76 ou 77 milhões de dólares, ou um lucro de 130.000 contos, arrebatados a insaciável cobiça dos especuladores (4).

Entretanto, como já foi assinalado, esse processo, que caminha em direção ao fortalecimento da fração agrária da burguesia cafeeira e paralelamente leva ao fortalecimento do Estado Nacional, não é linear mas sim permeado de avanços e retrocessos.

Assim, em maio de 1922 o Governo Federal Epitácio Pessoa, o mesmo que aprovara o projeto de emissão, contrai um empréstimo de 9 milhões de libras esterlinas com os banqueiros ingleses (Rothschild, Baring Brothers e J. Henry Schroeder), cujas cláusulas feriam gravemente os interesses dos fazendeiros de café e, portanto, representava um recuo face as conquistas já alcançadas. De fato, segundo rezava o contrato, o governo brasileiro concedia como garantia as 4,5 milhões de sacas que retirara do mercado na terceira valorização, as mesmas que deveriam constituir a base financeira da Defesa Permanente, proposta pelos representantes políticos dos fazendeiros de café, como será explicado mais adiante. Além disso, foi formado um comitê, por representantes dos banqueiros ingleses (Rothschild, Baring Brother e H. Schroeder), um re-

(1) AURELIANO, L., op. cit., p. 64.

(2) TAUNAY, A., op. cit., v. 12, p. 139.

(3) AURELIANO, L., op. cit., p. 64.

(4) TAUNAY, A., op.cit., v. 12, p. 125.

presentante da Brazilian Warrant Co. e um elemento do governo brasileiro, que passaria a ter o controle da liquidação do estoque. Uma das cláusulas estipulava que o resultado da venda desse estoque que ficaria retido junto ao comitê até 1932, data do vencimento do empréstimo, e qualquer nova intervenção do Estado Brasileiro no mercado cafeeiro dependeria de autorização ou da Brazilian Warrant ou do mesmo comitê (1).

Segundo os argumentos utilizados pelo então Ministro da Fazenda Sr. Homero Batista, para justificar o empréstimo, o governo agira assim "atendendo ao clamor desabalado dos cafeicultores sobretudo de São Paulo, representados pelas sociedades de agricultura e as associações comerciais". Além disso, o governo não queria lançar mão de emissão de papel-moeda sem lastro-ouro. O Banco do Brasil, através da Carteira de Redesconto não pode continuar a fornecer dinheiro quando as compras de café atingiram 270.000 contos de réis. O governo, então, para não sustar as operações, mandara efetuar warrantagens contra créditos no exterior para amparar e amortizar os adiantamentos do Banco do Brasil. E para evitar uma série de transtornos como, entre outros, o da liquidação simultânea dos warrants, o governo unificava as operações parciais tomando um empréstimo de £9.000.000 dos bancos ingleses. Registrados todos os warrants o Banco do Brasil creditara o saldo à conta da valorização, sendo o pagamento feito diretamente pelos agentes financeiros do Brasil em Londres. Mas verificou-se a insuficiência do empréstimo e o governo brasileiro entregara ao Banco do Brasil uma letra de £4.000.000 para tal fim. Segundo o ministro, a Brazilian Warrant trouxe valiosa cooperação a essa operação (2). Ainda segundo o Sr. Homero Batista, as cláusulas do novo contrato com a vendedora B.

(1) AURELIANO, L., op. cit., p. 67.

(2) TAUNAY, A. E., op. cit., v. 12, p. 139 e 141.

Warrant eram idênticas às de 1908 com a Theodor Willie. Estabelecia-se a proibição para se constituir novo estoque além do adquirido, podendo o comitê de vendas, porém, aplicar os saldos do empréstimo não só na compra de títulos como em café. Em 1908 a comissão de colocação dos cafês era de 3% e o custeio 1 1/2%, agora seria 1 1/2% sobre a colocação e 2 1/2% para o Comitê(1). Assim em junho de 1921 é extinta a comissão do Sr. Alexandre Siciliano e o Dr. Custódio Coelho, diretor da Carteira Cambial do Banco do Brasil é nomeado representante do Brasil no comitê Londrino (2).

Também o Dr. Custódio Coelho defende as cláusulas do empréstimo, alegando que o governo visava estabelecer uma base ouro para a defesa do café a fim de se neutralizar a escassez da exportação pela retenção do café, com os saques emitidos contra o empréstimo. A valorização assim planejada não acarretaria déficit algum ao Tesouro. A baixa cambial que ocorria no momento se devia a excessivas restrições da exportação do café, à emissão transbordante do papel-moeda e às ilimitadas importações suntuárias e supérfluas. E além disso o fato do Governador Epitácio Pessoa ter entregue os destinos do mercado cafeeiro durante 10 anos a um comitê e a uma casa comissária (Brazilian Warrant) se baseava nos ensinamentos das operações anteriores e nos precedentes dos governos paulistas (3). Aqui fica bem claro que a posição do Dr. Custódio Coelho e do Dr. Homero Batista é semelhante à dos banqueiros e comerciantes estrangeiros, contra a emissão e à retenção do produto, que provocariam uma alta dos preços.

A partir do segundo semestre de 1922 e durante o ano de 1923 são travadas discussões acirradas na Câmara e no Senado sobre o empréstimo de 9 milhões de libras esterlinas que não passou

(1) TAUNAY, A. E., idem, ibidem, p. 140.

(2) TAUNAY, A. E., idem, ibidem, p. 127.

(3) TAUNAY, A. E., op. cit., v. 12, p. 163.

pela aprovação do Congresso. Nesses debates os termos do contrato foram violentamente criticados, pois a defesa do café ficara principalmente nas mãos da Brazilian Warrant.

Os parlamentares contrários ao empréstimo evidenciaram ângulos que não foram explicitados nem pelo ministro da fazenda e nem pelo representante brasileiro no comitê Londrino. Por exemplo, o deputado gaúcho Otávio Rocha, que combatera a emissão, mas não a defesa do café, criticava o Dr. Custódio Coelho por ter realizado operação financeira tão desastrosa. Afirmava que a causa da queda cambial não devia ser atribuída a retenção do produto, pois a defesa absorvera 13 milhões esterlinos e o estoque adquirido valia de 15 a 16 milhões. Os fatores que contribuíram para que o câmbio caísse a quatro pence por mil réis foram as condições do empréstimo de 9 milhões e a época do vencimento da letra de 4 milhões.

As cláusulas do contrato davam direito ao comitê de controlar o mercado de café brasileiro pelo prazo de 10 anos, vale dizer a monopolizar a venda do principal produto de exportação brasileira. A longo prazo prenderia em Londres as letras do café, não permitindo que a praça brasileira jogasse com elas para coberturas. O papel-moeda não fora resgatado. Toda a valorização se fizera com papel-moeda por intermédio da Carteira de Redesconto cuja emissão absolutamente não se resgatara. O empréstimo de 9 milhões deveria ter sido de curto prazo, por se destinar a operação de warrantagem. Entretanto os prazos de registro de letras do café atingiam 10 anos (1).

Em resumo o Brasil ficou preso ao seguinte circuito. O fazendeiro fornece o café e a Carteira emite. A Carteira dá o café para lastrear o empréstimo. O Banco estrangeiro emite letras

(1) TAUNAY, A., op. cit., v. 12, p. 163 a 166.

do café, que deveriam ir para o Brasil na medida da venda do café para que a carteira resgatasse o papel-emitido e assim a moeda não se desvalorizaria e não se teria inflação. Essas letras eram dinheiro. Mas ao ficarem retida em Londres, devido as condições leoninas do empréstimo, provocavam a desvalorização cambial. Portanto, a justificativa do empréstimo para lastrear a emissão era falsa.

As letras-ouro produzidas pelas vendas dos cafés do governo não entraram nos nossos mercados: das mãos do comitê de valorização em Londres elas passaram, de acordo com o contrato dos empréstimos, para as mãos dos banqueiros do empréstimo aludido(1).

Otávio Rocha demonstrou que as compras feitas pelo Conde Siciliano foram realizadas com a emissão da Carteira de Redesconto, portanto, por meio de papel-moeda, e não com o empréstimo de 9 milhões e afirmava que a letra de 4 milhões, além de ter seu prazo de vencimento para fevereiro, época imprópria, quando as praças brasileiras ainda não tinha comberturas, não se aplicara a compras de café e sim a diferenças cambiais. Discordava veementemente do Dr. Custódio Coelho quando este garantia ser possível ao governo resgatar a letra dos 4 milhões com os lucros do café (2).

Cabe aqui observar que a comparação feita pelo Ministro da Fazenda e pelo Diretor da Carteira Cambial entre as condições do empréstimo de 1908 e o de 1922 não é correta. Em 1908 não foi estipulada nenhuma cláusula onde a dívida só poderia ser liquidada dez anos depois do início do contrato, mesmo se já tivesse condições de fazê-lo, ficando o produto das vendas do estoque retido nas mãos dos banqueiros. Em 1908 estabeleceu-se um prazo máximo de 10 anos para a dívida ser paga, enquanto em 1922 não se pode-

(1) AURELIANO, L., op. cit., p. 69.

(2) TAUNAY, A. E., op. cit., v. 12, p. 164.

ria pagá-la em menos de 10 anos.

Além disso ficou determinado em 1922 que novas operações de defesa durante esses 10 anos dependeriam da aprovação do comitê e seriam feitas com exclusividade pela Brazilian Warrant Co., encarregada de todas as vendas do estoque.

Portanto, o capital mercantil internacional passou a controlar o mecanismo comercial de uma maneira mais radical do que em 1908. Assim o governo de Epitácio Pessoa, para facilitar o contrato com os capitalistas estrangeiros, simplesmente passou "o comando das operações às mãos da Brazilian Warrant Co., que por sua vez possuía todas as ações da Caixa Registradora, e, portanto, era um dos elementos mais fortes da ação especuladora na praça de Santos. Assim, a Brazilian Warrant desfrutava de uma posição particularmente favorável para tirar vantagens das operações que realizava, tanto no mercado físico como no mercado a termo" (1).

Aqui fecha-se o circuito. A Brazilian Warrant, enquanto casa importadora, pressionava a praça de Santos no sentido da baixa dos preços do café. O capital financeiro internacional não queria e nem pretendia financiar nenhuma operação de intervenção do Estado Brasileiro no mercado cafeeiro. Quando os fazendeiros de café, através de seus representantes políticos, pressionaram o Estado e conseguiram aprovar a proposta de emissão, os representantes do capital estrangeiro mudam de posição a fim de poder controlar a situação. Concedem um empréstimo com cláusulas leoninas e se associam ao setor comercial estrangeiro que mais dominava a praça de Santos, a Brazilian Warrant Co., neutralizando a ação dos fazendeiros para os próximos dez anos. A curto prazo, os fazendeiros de café conseguiram tirar alguma vantagem da situação, uma vez que a queda dos preços foi contida. Entretanto isso se fazia a custa da perda do controle do mercado cafeeiro nos próximos 10 anos. Ao menos que essas cláusulas fossem revogadas, como de fato o foram pelo governo seguinte.

(1) DELFIM NETTO, A., op. cit., p. 110.

7. Defesa Permanente do Café

À medida em que a instabilidade dos negócios cafeeiros no Brasil tornava-se permanente, não cabia mais enfrentá-la com operações de valorização provisórias ou esporádicas. Assim ainda em 1921, paralelamente às discussões da 3a. valorização, começava-se a propor a criação de mecanismos de defesa permanente do café.

A ação baixista das casas importadoras de café era constante, pois controlavam os negócios a termo, se beneficiavam da alternância das safras maiores e menores para compor seus estoques a preços baixos e ainda tiravam vantagem da entrada irregular de café nos portos de exportação.

Os bancos estrangeiros sediados em Santos ainda monopolizavam as transações financeiras do comércio exterior, eram responsáveis pela oferta interna de cambiais, e auferiam lucros consideráveis com as oscilações das taxas cambiais provocadas pelo influxo maciço de café em determinados períodos do ano. A produção de café, sendo exportada sobretudo nos meses de setembro a dezembro, provocava neste período uma entrada grande de cambiais, o que gerava uma valorização da moeda e, portanto, propiciava aos bancos condições favoráveis para a compra de cambiais. No momento seguinte entrava pouco café em Santos, produzindo-se uma certa escassez de cambiais e a tendência era a desvalorização da moeda. É nessas circunstâncias que os bancos estrangeiros aproveitam para vender suas cambiais, pois, agora recebem mais cruzeiros por libra ou dólar vendido, enquanto na 1a. fase pagaram menos por libra ou dólar comprado. É nesse sentido que os bancos estrangeiros se beneficiavam do câmbio incerto e variável.

Os bancos paulistas nacionais, embora tenham recebido um certo impulso no pós-guerra, ainda eram inadequados às necessidades da cafeicultura. Os comissários ainda atuavam no financiamento da produção cafeeira, em detrimento de uma maior participação nos negócios a termo junto a Bolsa de Café de Santos, ficando cada vez mais explícita sua fragilidade financeira para atender a lavoura nos períodos de safras vultosas.

Dessa forma, o sistema creditício que atendia a lavoura cafeeira paulista, no início dos anos 20, era ainda limitado e insuficiente. Os bancos privados nacionais só concediam empréstimos a curto prazo, pois seus recursos provenientes dos depósitos de investidores particulares eram reduzidos. Além disso, se em algum momento os bancos contraíssem o crédito concedido aos comissários, esses, por sua vez, retardariam as ordens de compra ao fazendeiro. Se por outro lado, houvesse uma demora nas ordens de compra dos E.U.A. ou da Europa, os comissários por sua vez atrasariam as vendas e, portanto, não poderiam fazer os adiantamentos aos fazendeiros de café e, conseqüentemente, não liquidariam os descontos dos saques nos bancos. Nessa situação surgem os pedidos de reforma dos saques, que os bancos, às vezes, não podem conceder, por precisarem contar com este dinheiro para a restituição dos depósitos recebidos a prazos fixos a coincidir nessas datas (1). Assim fica claro o quanto fazendeiros e comissários encontravam-se sujeitos às oscilações do mercado cafeeiro, necessitando para tal de uma maior elasticidade dos prazos bancários. Mas por sua vez, o sistema financeiro privado era limitado e pouco flexível para acompanhar as flutuações do comércio, de modo a deixar os cafeicultores livres para realizarem o melhor negócio. Estando os fazendeiros ao sabor dessas oscilações, às vezes eram obrigados a recorrer di

(1) TAUNAY, A. E., op. cit., v. 12, p. 100.

retamente aos investidores privados, oferecendo-lhes maiores vantagens de juros. Os investidores, por sua vez, retiravam seus depósitos dos bancos, diminuindo assim consideravelmente os recursos bancários. Restava ao fazendeiro vender seu café a preços não remuneradores a fim de cumprir seus compromissos financeiros. Por isso sua maior reivindicação girava em torno da criação de um Banco de Crédito Agrícola.

Dessa forma, a fragilidade do sistema bancário nacional facilitava as operações das casas de importação e dos bancos estrangeiros com sede na praça de Santos, configurando um quadro de permanente insegurança para os negócios cafeeiros, que era bastante alterado no períodos de implementação das políticas de valorização.

É neste contexto que o deputado paulista Rafael Sampaio Vidal, insiste em afirmar que "entre produtores e consumidores trabalhava um bando de rapineiros do comércio, que se fartava tranquilamente a devorar os frutos da produção brasileira. Era exatamente contra os abusos desse bando audacioso que se impunha a organização da defesa permanente, não para impor preços, e sim apenas para acautelar o fruto do trabalho nacional. Se o Brasil pudesse incorporar à sua economia e riqueza, 200, 300 mil contos de réis, lucros legítimos da produção, porque outros haveriam de arrebatá-los tais lucros, como se se tratasse de uma pobre colônia africana?". Acrescentava ainda que a situação do Brasil era de "vendedores fracos em face de compradores fortes. Vendedores fracos por mal informados contra compradores fortes e dispondo dos largos recursos da organização bancária de seus países. Era, portanto, inadiável a organização do crédito público e particular" (1). Também, o deputado mineiro Francisco Valladares propôs a defesa permanente do café quando analisou a ação especulativa dos intermediários nos portos de exportação. Outro adepto dessa medida era o Presidente da República Epitácio Pessoa que em discurso junto às associações de classe da lavoura paulista identificou os interesses

(1) TAUNAY, A. E., op. cit., v. 12, p. 86 e 87.

cafeeiros aos interesses nacionais.

Nessas circunstâncias uma política de forte incentivo a cafeicultura pressupunha, como apontou Boris Fausto, uma alteração na forma de intervenção do Estado na área econômica. Tratava-se, agora, de criar mecanismos permanentes de intervenção para sustentar os preços dos principais produtos exportáveis e não mais de medidas de caráter esporádico. Assim, nesse início da década de vinte, ao Brasil se colocava, como às principais nações capitalistas do pós guerra (E.U.A. e Inglaterra), a alternativa entre uma política econômica liberal ou uma política que conduzisse a medidas protecionistas como aquelas que vinham sendo por elas adotadas. No Brasil afirma Fausto, ganhou forças o ponto de vista de que o Estado deveria intervir permanentemente na economia para defender os preços dos produtos agrícolas (1).

Entretanto cabe ponderar que as condições que pressionavam o governo brasileiro a um maior intervencionismo não eram exatamente as mesmas das potências imperialistas. Naquela situação de recessão mundial do início dos anos 20, a Inglaterra e os E.U.A. necessitavam defender seu comércio exterior, elevando as tarifas de importação e fornecendo créditos para incentivar as exportações. Mas se posicionavam no comércio internacional enquanto países já industrializados e, portanto, consolidados enquanto nações.

No caso do Brasil a política de franco apoio à cafeicul

(1) FAUSTO, B., op. cit., p. 235. Apesar dessas afirmações Fausto acredita que o grosso dos lucros dessa intervenção do Estado seja embolsado pela burguesia mercantil e pelo próprio Estado, pouco sobrando para os produtores. Como explicar então a expansão vertiginosa da área plantada (pelos produtores naturalmente) que em São Paulo passou de 844 milhões de cafeeiros para 1188 milhões, entre 1921 e 1930, com um acréscimo absoluto de 344 milhões de pés de café, ou seja, um aumento relativo de 40%. Vide a respeito GORENDER, J., op. cit., p. 35, 36, 59 e 60.

tura significava fortalecer o Estado Nacional, na medida em que a intervenção permanente permitia a sustentação do preço do principal produto de exportação, o que se traduzia em maior autonomia face às nações imperialistas, e paradoxalmente, aprofundava o caráter regional da economia nacional à medida em que o café se concentrava em algumas regiões do país.

É nesse contexto, portanto, que em outubro de 1921 Epitácio Pessoa envia ao Congresso uma mensagem encaminhando a intervenção permanente na economia cafeeira. Propõe a formação de um Conselho de Defesa Permanente do Café, argumentando que a insuficiência da organização bancária brasileira, tornava precária a situação dos produtores, e que o Brasil era responsável por 75% da produção mundial, o que nos asseguraria vantagens em manter os estoques sob controle (1). O Conselho operaria com capital inicial de 300 mil contos, destinados seja a empréstimos aos produtores, seja a compra do café a fim de regularizar a oferta e também a propaganda do produto no exterior. O capital seria constituído pelos lucros apurados nas operações de valorização, em emissões de papel-moeda sobre lastro-ouro e sobre lastro-café. Além disto, o Conselho regularia a entrada de safras nos dois grandes portos, Santos e Rio de Janeiro, represando parte no interior, através dos armazéns reguladores. A presidência do Conselho caberia ao Ministro da Fazenda e a vice-presidência ao Ministro da Agricultura (2). Tal plano se diferenciava dos anteriores na medida em que propunha conceder empréstimos diretamente aos fazendeiros de café. Dessa maneira, os estoques de café seriam formados pelos fazendeiros, e não mais pelo Estado como ocorrera nas três operações de valorização, o que lhes permitiria apropriarem-se dos lucros das vendas

(1) AURELIANO, L., op. cit., p. 65.

(2) AURELIANO, L., idem, p. 65 e 66.

desses estoques.

Nos debates parlamentares em torno do encaminhamento dessa proposta, a discussão central girou, mais uma vez, em torno da política de emissão, que daria curso a defesa permanente. Três grandes posições foram novamente explicitadas. A primeira, a dos representantes políticos dos fazendeiros de café paulistas e mineiros, propondo uma emissão com lastro café que, se efetivada os beneficiaria em detrimento do resto da nação, através do processo inflacionário. A segunda, a dos setores da economia voltados para o mercado interno que são contrários a emissão. Para estes a valorização do café e demais produtos deveria ser efetivada através do controle da produção, da restrição da oferta ao mercado, limitando-se o estado a criar e cobrar impostos. A terceira, do presidente Epitácio Pessoa, que propõe intervir no mercado de café, mas com base na emissão lastreada no padrão-ouro, para não romper com a ortodoxia monetarista, sempre recomendada pelos banqueiros internacionais.

Por isso pode-se deduzir que o Governo Epitácio Pessoa se caracterizou por medidas paralelas e contraditórias no que se refere a política cafeeira. Aprova a 3a. valorização, ao mesmo tempo, envia ao Congresso uma mensagem propondo a defesa permanente do café, e logo em seguida contrai o empréstimo de 9 milhões de libras esterlinas que atrela o mercado cafeeiro brasileiro aos ditames do imperialismo, o que levou o Deputado Sampaio Vidal a qualificar de simples farsa a proposta presidencial. Analisando detidamente essas propostas, a ambiguidade de Epitácio Pessoa foi mais clara. Senão vejamos.

O projeto de criação de um aparelho de defesa permanente do café é aprovado pela Câmara, em junho de 1922, como ôrgão de defesa permanente da produção nacional que tinha de realizar:

1 - empréstimos aos produtores com prazos e juros módicos;

2 - compra de café para retirada provisória do mercado;

3 - serviço de propaganda.

O fundo para defesa permanente da produção nacional seria de 300 mil contos, dos quais 250 mil destinados ao café e o resto aos outros produtos nacionais.

Tal fundo consistiria dos seguintes recursos:

1 - Lucros a serem apurados na liquidação do estoque do café adquirido pelo Governo Federal e na liquidação de um convênio comercial com a Itália;

2 - Lucros líquidos das operações de defesa da produção;

3 - Contribuição dos Estados;

4 - Operação de crédito interno ou externo (se o Poder Executivo as obtivesse em condições favoráveis de prazo e juros);

5 - Emissão de papel-moeda para completar o fundo de defesa, ficando para este fim o Poder Executivo expressamente autorizado;

6 - Seria organizada também uma carteira especial de crédito agrícola a título provisório, transferindo-se suas operações para o Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola, logo que fosse fundado (1).

Na verdade o fundo para tal defesa viria principalmente da venda dos estoques de café do governo (da 3a. valorização) e da emissão de papel-moeda.

Portanto, entre o final de 1921 e o início de 1922, são aprovados dois projetos paralelos de emissão: o primeiro para financiar a 3a. valorização e o segundo para implementar a política

(1) TAUNAY, A.E., op. cit., v. 12, p. 114.

ca de defesa permanente da produção nacional.

Entretanto, antes que o Senado sancionasse a lei desse segundo projeto, os banqueiros ingleses concordaram em conceder o empréstimo de 9 milhões de libras esterlinas, solicitado em maio de 1922, pelo Governo Epitácio Pessoa, bloqueando dessa forma o avanço das propostas emissionistas, devido às cláusulas contratuais do empréstimo, que impedem a formação de uma parte do fundo que viabilizaria a defesa permanente. Em outras palavras isso significava que o lucro da venda dos estoques não poderia compor o fundo, na medida em que uma outra cláusula só permitia a liquidação da dívida dentro de 10 anos, o que implicava em reter junto ao comitê, durante este período, o resultado das vendas do estoque, subtraindo recursos de novas intervenções. Além disso outro termo do contrato estabelecia que qualquer nova intervenção deveria ter o consentimento do comitê londrino, que passava a controlar o estoque do governo dado em garantia ao empréstimo.

Portanto, são duas ações em sentido contrário patrocinadas pelo Governo Epitácio Pessoa. Uma que favorece os fazendeiros de café e outra que os desfavorece.

Uma vez que o Governo não tornou imediatamente públicas as condições do empréstimo de 9 milhões, a tramitação do projeto que instituía a defesa permanente da produção nacional (projeto 521) continuou normalmente. Assim em junho de 1922 o Senado apresentava uma emenda substitutiva, que foi aprovada por 104 votos contra 7, autorizando o Executivo a promover e incrementar a defesa da produção nacional agrícola e pastoril e indústrias anexas por meio de medidas de emergência e criação de institutos permanentes, entre eles o Instituto de Defesa Permanente do Café. E elevava de 250 para 300 mil contos o fundo para a defesa permanente do café (1). Entretanto, o empréstimo de 9 milhões já tinha

(1) TAUNAY, A. E., op. cit., v.12, p. 123.

sido contraído. É nesse contexto que se compreende porque o Instituto de Defesa Permanente da Produção Nacional não chegou a funcionar. Órgão que nasceu morto porque carecia de recursos para operar.

O primeiro ano do Governo Artur Bernardes (1) (que assumiu em novembro de 1922) deu continuidade a 3a. operação de valorização e iniciou a primeira fase da defesa permanente apenas do café, com a construção dos armazéns reguladores junto aos entroncamentos das estradas de ferro nas regiões cafeeiras.

A continuidade da política de defesa permanente do café só foi possível, entretanto, a partir da renegociação das condições do empréstimo de 9 milhões realizada em novembro de 1923, pelo emissário do Governo, o Sr. Numa de Oliveira, que obteve junto ao comitê de valorização a faculdade de liquidar o empréstimo quando fosse conveniente ao Brasil, e a inteira liberdade de ação nas operações de defesa do café tolhidas pelas cláusulas primitivas. O governo brasileiro podia agora comprar e vender café e passava inclusive a controlar o estoque em mãos dos banqueiros (2). Em 1924, dada as condições favoráveis do comércio cafeeiro, o Governo Federal resgatou totalmente o empréstimo.

Em resumo pode-se observar o conflito que se verifica entre as principais frações das classes dominantes do país e entre algumas delas e o capital estrangeiro. O processo de fortalecimento da fração agrária da burguesia cafeeira se dá em meio a vicissitudes e esbarra a todo momento no domínio econômico sempre presente da burguesia mercantil internacional. Não obstante, entre avanços e recuos ficou um saldo positivo que iria lançar as bases para a acumulação de forças de um novo sistema só-

(1) Nessa época Sampaio Vidal era Ministro da Fazenda e Cincinato Braga Presidente do Banco do Brasil. Ambos foram sempre defensores dos interesses dos fazendeiros de café.

(2) TAUNAY, A. E., op. cit., v. 12, p. 167.

cio-econômico baseado no Estado Nacional e no mercado interno, que implicará na própria superação do sistema agro-exportador.

A nível do governo estadual, o presidente paulista Washington Luís autoriza, em julho de 1923, determinadas mudanças no funcionamento da Bolsa de Café de Santos, atendendo em grande parte às reivindicações do Deputado Francisco Valladares para enfrentar o jogo especulativo dos setores mercantis do capital internacional naquela praça. Com esse objetivo concede novo regulamento à Câmara Sindical dos Corretores de Café de Santos; cujos principais dispositivos foram os seguintes:

1 - as operações de compra e venda de café a termo só poderiam realizar-se na Bolsa de Café, e durante as reuniões oficiais duas vezes, nos dias úteis;

2 - só estas operações poderiam ser declaradas na Bolsa de Café e registradas na Caixa de Liquidação;

3 - as operações só poderiam ser feitas em nome e por conta de firmas comerciais que tivessem por objeto o negócio do café, fizessem parte da Associação Comercial de Santos, estivessem registradas na Junta Comercial, e inscritas nos respectivos livros da Bolsa, tudo na proporção do capital das firmas e suas transações;

4 - ficava proibido ao corretor operar representando ao mesmo tempo, compradores e vendedores;

5 - o Presidente da Bolsa poderia recusar inscrição no livro de notas da Bolsa às firmas comerciais que se constituíssem unicamente para o jogo a termo, havendo porém desta decisão recurso, sem efeito suspensivo para a Câmara Sindical;

6 - O depósito inicial, na Caixa de Liquidação para as operações a termo ficava elevado a um mínimo de 12:000\$000. Os infratores seriam punidos (1).

(1) TAUNAY, A. E., op. cit., v. 12, p. 172 e 175.

Portanto, essas medidas de política econômica adotadas em 1923 no âmbito federal e estadual concederam um maior raio de manobra ao comércio cafeeiro brasileiro face ao capital mercantil internacional. O mecanismo inicial da defesa permanente, que se baseou na construção dos armazéns reguladores, permitiu aos fazendeiros de café continuarem de posse de seu produto, e também criou a possibilidade de, no futuro, se beneficiarem (e não o Governo) das elevações dos preços.

Por outro lado essas mesmas medidas ainda não respondiam às necessidades de financiamento dos fazendeiros de café. A ausência de fontes adequadas de crédito à lavoura cafeeira colocou todo o ônus da retenção do café nas costas dos fazendeiros.

Em outras palavras, quando os fazendeiros depositavam suas mercadorias nos armazéns reguladores, recebiam um documento de garantia chamado "conhecimento do café", que só era descontado pelos bancos para um prazo de 90 a 120 dias, enquanto o despacho do café até o porto costumava durar mais do que isso. Portanto o fazendeiro recebia o dinheiro da venda do café, após o vencimento do desconto do conhecimento, o que o deixava a mercê dos empréstimos de curto prazo dos bancos (1). De qualquer forma iniciou-se um mecanismo de retenção do café que iria dificultar a ação das casas de importação. Mas, é evidente que esse processo só se consolidaria com o estabelecimento de um sistema de financiamento adequado às vicissitudes da produção e comercialização do café. Isso ocorrerá a partir de 1925, quando gradativamente o Instituto Paulista do Café assume essa tarefa, enfraquecendo definitivamente as casas de importação e os bancos estrangeiros, como será analisado mais adiante.

(1) DELFIM NETTO, A., op.cit., p. 121.

Portanto, foi neste contexto de descontentamento com as dificuldades financeiras causadas pelos reguladores, que os fazendeiros de café pressionam o Governo Federal a passar, em fins de 1924, os encargos da defesa para o Estado de São Paulo, transferindo os armazéns reguladores pelo preço de custo ao Governo Estadual. Assim, em dezembro de 1924 criou-se em São Paulo o Instituto Paulista da Defesa Permanente do Café (1).

A defesa se basearia nos seguintes pontos:

1) regularização das entradas de café no porto de Santos, através de empréstimos a juros módicos aos fazendeiros, para o depósito do café nos armazéns reguladores;

2) aquisição de café em Santos ou no interior sempre que o exigissem as condições de mercado;

3) criação de um Banco Paulista de Crédito Agrícola;

4) melhoria das informações, estatísticas e publicidade do café (2).

Os financiamentos para a execução dessa defesa seriam obtidos da seguinte maneira:

1) uma taxa de criação de um mil réis (que valia 27 dinheiros) sobre cada saca de café que transitasse pelo Estado;

2) celebração de um convênio com os demais estados cafeeiros, para que eles votassem a mesma taxa;

3) essa taxa seria utilizada como garantia de um empréstimo externo, com o qual se instituiria o fundo da defesa permanente do café (3).

(1) DELFIM NETTO, A., op. cit., p. 123.

(2) DELFIM NETTO, A., idem p. 123 e 124 e PELAEZ, Carlos Manuel, Análise econômica do programa brasileiro de sustentação do café - 1906-1945: teoria política e medição, em Revista Brasileira de Economia, v. 25, nº 4, out/dez, 1971, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, p. 73.

(3) DELFIM NETTO, A., op.cit., p. 124.

A princípio os fazendeiros de café discordaram da arrecadação de uma nova taxa, pois já arcavam com uma carga tributária que julgavam excessiva (9% do imposto de exportação e a taxa de 5 francos ouro imposta em 1906 e ainda vigente e que era administrada pelo Tesouro do Estado). Além disso, discordavam da necessidade de empréstimos externos como base para a defesa do café, pois o seu produto se realizava em mil-réis e pouco importava que esse mil-réis fosse ou não lastreado por divisas/ouro. Além do mais, as entradas maciças de divisas provocariam uma valorização da taxa cambial, portanto, menor remuneração para o fazendeiro em mil-réis por saca exportada. Lembravam ainda que a experiência valorizadora de 1917, feita sobre emissões, garantia a viabilidade desse tipo de operação (1). E aqui fica claro como a proposta de emissão parte fundamentalmente da fração agrária da burguesia cafeeira.

Por essas razões os fazendeiros de café reivindicavam uma participação mais direta na administração do Instituto, e dos recursos provenientes da taxa de um mil réis por saca transportada, além de lutar pela autonomia do Instituto face ao Estado. Propunham que o organismo fosse dirigido por representantes da lavourea e indicados pelas sociedades agrícolas (2). Dessa forma, partiu dos próprios fazendeiros de café a proposta de não intervenção do governo estadual e do governo federal na condução dos trabalhos do Instituto. Suas reivindicações de intervenção estatal não passavam pelo controle do Instituto pelo Estado, mas pela implementação de políticas econômicas (cambiais, monetárias, tarifárias) favoráveis a produção e comercialização do café. O Estado não participaria mais da política de defesa do café como comprador e financiador dos estoques excedentes, mas sim como supervisor, adotando

(1) SAES, Flavio, op.cit., p. 322 a 324

(2) Idem, p. 324.

medidas que assegurassem a renda dos fazendeiros de café.

Apesar da discordância quanto a vários aspectos da defesa do café, foi possível um acordo entre o Governo Estadual e as sociedades representativas da lavoura (1). Inicialmente o projeto contemplou a reivindicação de uma maior representatividade da lavoura na administração do Instituto. A direção do Instituto coube a um Conselho composto pelo Secretário da Fazenda (presidente), pelo Secretário da Agricultura (vice-presidente) e por mais três membros, dois indicados pela lavoura cafeeira e um pela Associação Comercial de Santos.

Os fazendeiros de café, reconhecendo a urgente necessidade de constituir um fundo permanente para a lavoura, aceitam a proposta de empréstimo externo e, conseqüentemente, a taxa de um mil réis, apenas na impossibilidade de se recorrer as emissões de papel-moeda (2).

Em fins de 1923, o governo Artur Bernardes já havia manifestado à Casa Rothschild a intenção de contrair um empréstimo de 25 milhões de libras para aliviar a situação do Tesouro e amparar a burguesia cafeeira. Dada a situação financeira do Estado, que iniciou o ano de 1923 com uma dívida flutuante vencida de cerca de 1 milhão e quinhentos mil contos, portanto, na iminência de uma bancarrota, o banqueiro Rothschild exigiu uma avaliação da capacidade de pagamento do Brasil a ser realizada por técnicos de sua confiança. Assim, em fins de 1924 esteve no Brasil uma missão financeira inglesa chefiada por Lorde Montagu para examinar a situação do país (3) que recomendou a transferência da defesa do café da esfera federal para os próprios produtores. Tal parecer levou alguns autores a interpretar a passagem da defesa do café do

(1) SAES, F., op.cit., p. 324.

(2) Idem, p. 324.

(3) AURELIANO, L., op. cit., p. 72 e 73.

Governo Federal para o Estado de São Paulo como exigência dos representantes dos banqueiros ingleses, e não como uma reivindicação dos próprios fazendeiros de café.

Os banqueiros negaram o empréstimo dada a precária situação financeira do Brasil, mas propuseram alguns encaminhamentos para debelar a crise:

1) o orçamento deveria ser equilibrado;

2) o Governo deveria vender propriedades, como ferrovias, empresas de navegação e até mesmo o Banco do Brasil, com o fim de reduzir seus encargos financeiros;

3) não se deveria permitir que qualquer preconceito resultasse em discriminação contra o capital estrangeiro, cuja entrada contribuiria para o equilíbrio cambial;

4) propunha a alteração da política governamental com relação ao café e ao minério de ferro (1).

A Missão Montagu reconhecia a habilidade e o trabalho do Governo com o fito de encontrar uma fórmula satisfatória, para a defesa do café. Entretanto afirmava que as operações de valorização, até então realizadas, não deixavam de correr sério risco, com perigo de grandes prejuízos e possibilidades de inflação crescente, apenas para ajudar os produtores ou com vantagem para aqueles que emprestaram dinheiro (2). Essa argumentação da Missão parece expressar um compromisso direto com a casa bancária Rothschild, que sempre alertava o Brasil para os perigos de uma inflação galopante. Na verdade, na qualidade de credores do governo federal, os Rothschild queriam evitar que uma situação inflacionária impedisse o Estado Brasileiro de cumprir seus compromissos. Além disso, talvez fossem também concorrentes, no mercado financeiro in

(1) AURELIANO, L., op.cit., p. 74.

(2) TAUNAY, A., op.cit., v.12, p. 196.

ternacional, dos bancos ingleses que se dispuseram a financiar as operações de valorização e, portanto, esperavam assim afastá-los dessa negociação, no que não foram bem sucedidos.

De acordo com o ponto de vista da Missão Montagu, não era função do governo emprestar o seu crédito para uma indústria particular e em tão larga escala. A defesa deveria efetivar-se, pois não era justo que o café ficasse a mercê de especuladores estrangeiros, mas ela devia ficar a cargo dos produtores. E nesse sentido concordava com a criação do Instituto Paulista de Defesa Permanente do Café, esperando que a escolha de seus diretores fosse feita pelos produtores e não pelo governo. Futuramente o Instituto e não o Governo determinaria a quantidade diária de café a entrar nos portos, levantaria os empréstimos necessários à defesa do produto, faria, quando julgasse necessário, as compras do estoque, ficando assim a ação governamental limitada à cobrança da taxa por saca, para a formação dos fundos do Instituto. A responsabilidade da defesa do café deveria recair somente sobre os produtores. A Missão declarou que esperava que os limites intransponíveis da intervenção governamental na defesa do produto não ultrapassasse a criação por lei do Instituto e a arrecadação da taxa de mil-réis (1).

Uma vez negado o empréstimo ao Governo Federal, o Estado de São Paulo tentou negociar com os banqueiros americanos, mas por essa época verificava-se nos E.U.A. uma forte campanha contra a defesa do café. Entretanto, em 1926 surge a proposta da casa bancária Lazard Brother de conceder um empréstimo diretamente ao Instituto do Café e não ao Estado de São Paulo (2).

Cabe aqui indagar porque a Missão Montagu negou o emprésta

(1) TAUNAY, A., op.cit., p. 196.

(2) Idem, p. 220 e 221.

timo ao Governo Federal e porque os demais banqueiros ingleses a trelaram um novo financiamento à condição de que fosse concedido diretamente ao Instituto e não ao Governo Estadual ou Federal?

Tudo leva a crer que tanto a Missão Montagu, como os bancos estrangeiros, fiéis à ideologia monetarista, expressavam seu interesse na manutenção de um equilíbrio orçamentário brasileiro através da contenção de crédito e outras medidas de caráter contracionista, tanto do ponto de vista monetário (diminuir a emissão) quanto fiscal (diminuir os gastos públicos). E de acordo com essa política econômica ortodoxa os representantes do capital financeiro internacional preferem que essa operação seja controlada pelos próprios produtores e não pelo Estado.

Por que? Em primeiro lugar, é importante ressaltar que, ao admitirem que os produtores podem realizar a defesa, estão reconhecendo que os fazendeiros de café conquistaram terreno face ao domínio do capital estrangeiro, a partir das valorizações anteriores. Entretanto, dos males o menor. Diante da impossibilidade de se impedir a defesa, então que ela fosse feita nos termos mais convenientes para o capital estrangeiro. Parece que um empréstimo ao Estado lhe daria condições de exercer um monopólio mais rígido, além de ter mais chances de violar o equilíbrio orçamentário, concedendo crédito extra ou emitindo além do lastro-ouro. Ao contrário, um empréstimo ao Instituto faria com que os fazendeiros arcassem, eles próprios e não o Estado, com os custos da defesa, tornando-se um interlocutor mais maleável às exigências do capital estrangeiro. Portanto, esse empenho dos bancos estrangeiros, em deixar a responsabilidade da defesa nas mãos dos próprios fazendeiros de café, está em consonância com os princípios do liberalismo econômico, que se empenhavam em impingir ao Brasil.

Dentro dessa perspectiva, a casa bancária londrina Lazard Brothers concede ao Instituto Paulista do Café, em janeiro de 1926,

um empréstimo de 10 milhões de libras esterlinas, a juros de $7\frac{1}{2}$ a.a. (suportado pela taxa de viação criada pelo Instituto e garantido colateralmente pelo Governo do Estado de São Paulo). Com esse empréstimo o Instituto passa agora a desempenhar funções financeiras criando, paulatinamente, um sistema de crédito mais adequado aos fazendeiros de café, e, na medida da necessidade reivindicará do Estado medidas de políticas econômicas que garantam a renda dos produtores, em moeda nacional, passando por cima das exigências do capital financeiro internacional de não intervenção do Estado Brasileiro nos negócios cafeeiros.

Portanto, a instituição da taxa de mil réis e o empréstimo externo, que tinham como função financiar as mercadorias retidas nos armazéns à espera de autorização para ingresso nos portos, sem dúvida contribuíam para o desenvolvimento e aperfeiçoamento do crédito à lavoura cafeeira. Dessa forma, o Instituto vem atender à reivindicação de um Banco de Crédito Agrícola, pois funciona como um Banco Central do Café na questão do redesconto (uma das principais funções do Banco Central) dando, assim, um impulso extraordinário aos bancos nacionais paulistas que forneciam crédito aos fazendeiros de café.

O novo circuito de financiamento passa a ser o seguinte: o fazendeiro coloca o café nos armazéns, recebe um conhecimento de depósito de café, que leva ao Banco e recebe um empréstimo não mais nas condições antigas de curto prazo, pois, esse crédito é agora específico para a cafeicultura. Os bancos, por sua vez, vão ao Instituto que lhes fornece o equivalente àquele conhecimento para financiarem outro fazendeiro e receberem novos juros. É nesse sentido que o sistema de defesa permanente do café dá um impulso ao desenvolvimento dos Bancos, mas principalmente àqueles que possuem crédito para a lavoura cafeeira. Constata-se, nesse período, um progresso do aparelhamento bancário, com a multiplica

ção das agências dos grandes bancos paulistas (Banco Comercial do Estado de São Paulo, Banco do Comércio e Indústria, o Banco de São Paulo e o Banco Noroeste de São Paulo) que mantiveram presença significativa. Em 1913 os bancos estrangeiros eram responsáveis por 78% do valor das transações então realizadas. Em 1927, sua participação caíra para 33%. No início da Primeira Guerra Mundial controlavam as operações de redesconto, vindo a perder essa posição a partir da década de 20 (1).

Em 1918 os bancos nacionais paulistas tinham 11 agências em todo o Estado de São Paulo, em 1924 haviam subido para 53 e em 1927 para 88 agências. O Banco do Brasil, com 4 agências em 1918, contava 16 em 1927 no Estado de São Paulo (2). Assim, durante a década de 20 os bancos nacionais já haviam conseguido ampliar suas operações auxiliados pela expansão da cafeicultura. Nesse contexto os banqueiros são aliados dos fazendeiros de café, pois o dinheiro que sai do Instituto para o sistema bancário é canalizado para financiar o café. No começo de 1938, as reservas dos bancos nacionais em São Paulo equivaliam a duas vezes e meia ou três vezes os recursos disponíveis nas instituições estrangeiras (3).

A progressiva consolidação de um sistema bancário específico para a cafeicultura resultará no enfraquecimento das casas de importação e dos bancos estrangeiros, como também dos comissários, enquanto financiadores da lavoura cafeeira. A nível interno estava definitivamente comprometida a hegemonia do capital mercantil estrangeiro nos negócios cafeeiros. É o coroamento de um processo de autonomização e fortalecimento da fração agrária da burguesia cafeeira iniciado na virada do século, que se alia a de-

(1) LOVE, J., op.cit., p. 92.

(2) TAUNAY, A.E., op.cit., v.12, p. 414 e 415.

(3) LOVE, J., op.cit., p. 92.

terminados segmentos do capital comercial (comissários, comerciantes estrangeiros, bancos nacionais e estrangeiros), e que atinge seu ápice no final da década de 20.

8. Resultados das Políticas de Valorização

Com a efetivação da defesa permanente, a partir do desenvolvimento de um sistema de financiamento adequado às necessidades da economia cafeeira, transferiu-se o comando dos preços e dos estoques de café dos centros consumidores para os centros produtores; processo esse que se iniciara com as operações de valorização, mas só se consolidou com a defesa permanente.

O principal objetivo da regularização das entradas de café em Santos consistia em impedir o velho jogo dos importadores e especuladores, que contavam com o caráter cíclico da produção cafeeira. Os armazéns e o financiamento regular ao café ali depositado eliminavam esse caráter cíclico, transformando o ciclo num fluxo constante, evitando a especulação entre os momentos de alta e baixa dos preços do café.

Além disso o sistema de defesa permanente permitia maior estabilidade do câmbio brasileiro, pois com a regularização das entradas e embarques, a oferta das cambiais já não se avolumava nas praças de exportação por ocasião da safra, desaparecendo depois, situação da qual os bancos estrangeiros até então haviam se beneficiado. Tal processo garantia preços médios, sem as oscilações semestrais. Distribuíam mais equitativamente a remessa de cambiais, evitando-se as antigas flutuações das taxas cambiais (1).

Agora era o Brasil que impunha as cotações, controlava os estoques do produto e determinava seu escoamento. Portanto sob o estímulo da defesa permanente, colocam-se as condições para a ampliação da capacidade produtiva, o que demonstra a alta lucrati

(1) TAUNAY, A.E., op.cit., v.12, p. 265.

vidade auferida pelos fazendeiros de café e pelo capital mercantil nacional ligado a essas atividades que vai se manter até 1929.

O progressivo aparelhamento do sistema bancário paulista, a multiplicação das agências dos grandes bancos no interior do Estado, a criação de armazéns gerais e reguladores, a instituição de conhecimentos do café e outros mecanismos, deslocaram das mãos dos comissários o papel de banqueiros dos fazendeiros (1). Por isso essa nova organização bancário-comercial recebe críticas acirradas do comissariado santista.

Em princípio os comissários eram favoráveis a intervenção estatal, porque só através dela conseguiriam enfrentar a ação dos importadores e especuladores, que desde o final do século passado agiam no sentido de se sobrepor aos comissários na comercialização do café.

Nesse sentido, apoiaram o Convênio de Taubaté, as políticas de valorização e a defesa permanente. Entretanto várias medidas das operações de valorização vinham enfraquecer os comissários e até chegavam a eliminá-los temporariamente.

Qual era, então, a especificidade do comércio comissário? Em primeiro lugar cabe lembrar que o principal ganho dos comissários pelo trabalho de intermediação entre o produtor e o consumidor, provinha da comissão de 3% calculada sobre o preço do café. Em segundo lugar os cafés de tipo superior eram os mais solicitados no mercado internacional. Portanto, os cafés que melhor remuneravam os comissários eram os de boa qualidade, por serem os mais caros e mais requisitados pelos consumidores.

Para atender essa exigência do mercado, os comissários encontravam portanto sérias dificuldades para negociar com os cafés de baixa qualidade. Em função disso propunham a intervenção

(1) TAUNAY, A.E., op.cit., v.12, p. 414.

do Estado no sentido de frear o alargamento das plantações que não consideravam a especificidade da demanda dos consumidores.

Nesse sentido, os comissários se diferenciam dos fazendeiros de café, pois estes solicitam a atuação do Estado no sentido de garantir toda e qualquer produção. Ao contrário, os comissários lutavam contra a produção desenfreada, pois essa os eliminava gradativamente do mercado dada a insuficiência de seus recursos para comprar e financiar os vários tipos de café, principalmente nos períodos de superprodução. Mas, na verdade, a política de defesa permanente estimulou a retomada da produção pelas zonas velhas, responsáveis pelos tipos inferiores de café.

Assim, os comissários afirmavam que a nova forma de comercialização iria diminuir o consumo do café, pois os importadores não encontravam mais os tipos de seu agrado. O critério de entrega dos lotes de café pelos armazéns obedecia uma ordem cronológica de chegada, sem considerar os que tivessem melhor aceitação no momento, o que provocava, segundo os comissários, uma retração do comércio e, conseqüentemente, do consumo. Portanto a entrega de café ao mercado, por parte dos reguladores, prejudicaria o movimento comercial porque os lotes não seriam da qualidade desejada, no momento (1).

Antes dos armazéns reguladores, construídos em 1923, os comissários costumavam fazer as compras de café nas fazendas do interior, o que lhes facilitava a obtenção das qualidades que desejavam para entregas ou futuras vendas no exterior. Mas em 1927 a diretoria do Instituto restringira muito as entradas em Santos, a ponto de faltarem cafés dos tipos solicitados no exterior (2).

É dentro deste contexto que se deve entender as manifes

(1) TAUNAY, A.E., op.cit., v.12, p. 282.

(2) Idem, p. 412.

tações do comissariado santista contra as formas de atuação do Instituto Paulista do Café na implementação da defesa permanente. Assim se expressou o comissário Luís Zacharias em seu livro "A Política do Café em São Paulo" de 1927:

"... na praça de Santos por essa época imperavam os compradores ao invés dos antigos comissários. O crédito proporcionado a lavoura pelos armazéns reguladores era tardio e emperrado. O lavrador via-se quase sempre obrigado a precipitar as transações sobre o café armazenado, pois, se via onerado com despesas de viagens, que quase nunca deixavam de repetir-se, isto sem contar o prejuízo do tempo e dos incômodos a encarecer as negociações. Para o produtor de café pela natureza e periodicidade das despesas a que se via obrigado, o único crédito que convinha e satisfazia ao lavrador era o da conta-corrente, e este no estado natural dos costumes e da educação brasileira só lhe podia ser fornecido pelo comissário.

Os fazendeiros lutavam contra o inconveniente de que a alta estimulava e remunerava os produtores estrangeiros, ao passo que os do Brasil se achavam obrigados a vender pelos preços deprimidos graças aos reguladores.

Era um absurdo estabelecerem-se quotas fixas para entregas de café ao mercado, como se o comércio suportasse medidas exatas e inflexíveis em seu funcionamento. Às estradas de ferro cabia a responsabilidade da invenção do sistema.

A regularização das estradas deveria ser alcançada pela fixação de máximos semanais, quinzenais ou mensais inexcedíveis. Tirava-se, assim, ao lavrador toda a possibilidade de fora dos meios ilícitos, de despachar maiores partidas de café. Não se devia negar ao mísero lavrador uma válvula para em casos extremos exceder-se também nas remessas. Não era isto, porém, o que se fazia. Muito pelo contrário, enchiam-se os armazéns reguladores, facilitando ao exportador as compras dos lotes, retidos, e, porporcionavam-se ao lavrador quase de pancada, empréstimos sobre esta colossal massa de mercadoria. Vendendo e tomando empréstimo o lavrador se desfazia rapidamente do dinheiro que por tal meio obtivera, e, logo depois, por falta de recursos achava-se na contigência de sacrificar, de qualquer maneira, o restante da produção.

Os meios de se prevenirem inevitáveis crises era regularizar o comércio, regradar as novas plantações e as vendas do produto. Regradar ainda ao lavrador nos despachos, despesas e uso do crédito.

A regularidade nas vendas não se alcançaria, a não ser pela concentração dos negócios nas praças de Santos e São Paulo e a incumbência de

sua realização a agentes de interesses identificados com os dos produtores.

Fossem abolidos os lucros fixos, aumentando-se a percentagem da comissão e adotando-se outras providências tendentes a restabelecer a confiança entre o agente e o lavrador para o tornar realmente representante do fazendeiro.

Incumbência menos fácil a de reger o lavrador em suas despesas e uso do crédito. Para tanto ainda ninguém se achara melhor indicado do que o comissário, que lhe acompanhava, mês a mês, a vida econômica pelo duplo interesse de conservar o comitente e daí não lhe virem prejuí-jos" (1).

Além dessas críticas, os comissários chamavam a atenção para a facilidade com que os exportadores dali para frente iriam adquirir o café. Antes não podiam atingir 15 milhões de fazendeiros, mas agora vão diretamente aos cinco grandes armazéns do interior, onde se acumulavam rapidamente de 3 a 4 milhões de sacas de café, contribuindo dessa forma para o crescente marasmo do comér-cio de Santos (2).

A perda do poder econômico dos comissários acirra o velho conflito entre o comércio santista e o comércio da cidade de São Paulo. Ao concentrar a maior parte das transações na capital do Estado o Instituto enfraquece a praça de Santos e com esse deslocamento cria uma série de interesses e fenômenos novos que prejudicam o antigo sistema de comércio do café.

Portanto, não se deve interpretar literalmente como fazem alguns autores a argumentação dos comissários que, com o objetivo de defenderem seus interesses ameaçados pela nova organiza-ção comercial, se colocam como porta-vozes da lavoura, alegando que os fazendeiros de café, na medida em que não contam mais com o comissário como seu principal intermediário e financiador, passam a se submeter aos interesses dos especuladores. Dessa forma,

(1) TAUNAY, A.E., op.cit., v.12, p. 283 a 287.

(2) SAES, F., op.cit., p. 325.

uma série de reclamações e reivindicações específicas do setor, como essas apresentadas pelo comissário Luís Zacharias, aparecem nos discursos dos políticos e nas análises históricas como sendo próprias dos fazendeiros de café. Nessa época muita gente falava em nome da lavoura.

Assim fica claro como era difícil a recuperação do antigo comércio comissário, dada a existência dos reguladores e a escassez permanente de café nos portos de exportação, o que lhes impedia de ter um maior controle sobre os estoques.

Da mesma forma que os comissários, os principais partidos políticos de São Paulo, o Partido Republicano Paulista (PRP) e o Partido Democrático (PD) fundado em 1924, também se declaravam os legítimos representantes dos interesses da lavoura cafeeira. Sem querer aprofundar a temática partidária, cabe fazer aqui algumas considerações sobre a relação entre a política econômica que beneficiava o café e os partidos mencionados, a luz dos trabalhos e conclusões de Lígia Prado (1) e Vavy Borges (2).

Durante a Primeira República o PRP dominou os aparelhos de Estado a nível Federal e Estadual e na década de 20 sua cúpula monopolizava o poder e suas instâncias decisórias. As lutas intestinas do PRP teriam levado alguns de seus membros a deixarem o partido e formarem uma nova agremiação. Assim, durante o Estado de Sítio do Governo Artur Bernardes é fundado o Partido Democrático (PD) como partido de oposição ao Partido Republicano Paulista. Na verdade, o PD constituiu sua prática na luta contra o PRP e tinha como objetivo primordial a conquista do poder através da derrota e eliminação do PRP (3). A divisão entre o PRP e o PD significa-

(1) PRADO, Lígia, C., A Democracia Ilustrada, São Paulo, 1926-1924, Tese de Doutorado em História, FFLCH-USP, São Paulo, 1982.

(2) BORGES, Vavy P., Getúlio Vargas e a Oligarquia Paulista, São Paulo, Brasiliense, 1979.

(3) PRADO, Lígia, op.cit., p. 98.

va, portanto, uma luta pelo poder e pela alteração da representação a nível partidário.

Alguns analistas interpretaram o PD enquanto representante da burguesia do café, outros como representante da fração da burguesia financeira, e, ainda, outros como um legítimo porta-voz do anti-industrialismo. Para Lígia Prado não havia nenhuma distinção básica efetiva entre o PD e o PRP do ponto de vista dos interesses econômicos. Pelo contrário, os interesses de seus filiados eram, em muitos casos, entrelaçados e próximos. No PD coexistiam interesses agrários, comerciais e financeiros, ocorrendo o mesmo com o PRP (1).

O PD, assim como o PRP, se apresentava como defensor dos interesses da lavoura cafeeira dada a importância eleitoral desta última ao longo da Primeira República. O eleitorado mais significativo e decisivo eram os fazendeiros de café e não os setores urbanos da cidade de São Paulo, que só na década de 50 terão uma significação política eleitoral (2).

Entretanto o PD, como representante dos fazendeiros de café, propôs apenas algumas alterações na política oficial do café, pois, no fundamental apoiava o encaminhamento da defesa permanente. Reivindicava a ampliação de créditos à lavoura através do restabelecimento de uma Carteira Agrícola do Banco do Brasil e a reforma do sistema tributário vigente, pois considerava a lavoura cafeeira vítima de uma sobrecarga de impostos (3).

Além disso, o PD será porta-voz das críticas dos comissários santistas e das sociedades agrícolas à reestruturação do Instituto do café, que ocorre em outubro de 1926, quando suas funções executivas foram separadas das consultivas. O secretário da

(1) PRADO, Lígia, op.cit., p. 25, 28, 251 e 296.

(2) PRADO, Lígia, op.cit., p. 104.

(3) PRADO, L., op.cit., p. 255.

Fazenda passou a ter a direção suprema do Instituto, sendo criado um conselho consultivo com atribuições fiscais sob a presidência do mesmo, e vice-presidência do secretário da Agricultura e mais três membros indicados pelo Presidente do Estado (1). As sociedades agrícolas e a Associação Comercial de Santos protestam contra essas reformulações, pois na estrutura anterior elas indicavam os três membros. Agora seus representantes não participam mais diretamente das funções executivas. Assim "o controle do organismo conseqüentemente, passava, totalmente, para as mãos do Estado, e portanto do PRP" (2). Dessa forma as críticas formuladas ao Instituto eram na verdade dirigidas ao PRP. Constantemente a imprensa oposicionista como o Diário Nacional, órgão oficial do PD, acusava o Instituto de representar o PRP e não a lavoura (3), chamando atenção para a necessidade da volta dos "verdadeiros" representantes da lavoura e da praça de Santos ao Instituto. Suas críticas eram endereçadas, comumente, ao mau emprego das verbas, utilizadas em benefício particular de alguns fazendeiros, em detrimento do bem da lavoura em geral. Era urgente, segundo o jornal, a moralização do Instituto do Café (4). Entretanto, segundo Vavy Borges, não se tem elementos concretos para se supor que o PD na direção do Instituto mudaria a orientação do mesmo. Trata-se de uma luta pelos benefícios do poder (5).

Mas afinal quais foram as medidas implementadas pelo Instituto a partir de sua reestruturação e da criação do Banco do Estado de São Paulo em novembro de 1926? Será que a falta de maior representatividade das associações junto a esse organismo implicou em medidas desfavoráveis ao processo de acumulação cafeeira?

(1) PRADO, L., op.cit., p. 252 e 253.

(2) FAUSTO, B., op.cit., p. 253.

(3) BORGES, V.P., op.cit., p. 47.

(4) PRADO, L., op.cit., p. 255.

(5) BORGES, V.P., op.cit., p. 49 e 57.

Em novembro de 1926, o Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola foi encampado pelo Estado de São Paulo e transformado no BANESPA. Este banco, desde o início, facilita o crédito à lavoura, não exigindo mais a hipoteca das terras. A não exigência de hipotecas amplia, sem dúvida, a capacidade de crédito do fazendeiro, tornando o crédito mais rápido e mais elástico.

Em maio de 1927, o Instituto do Café implementa novas medidas. Entre elas a construção de depósitos, a subdivisão da safra em quotas mensais, a regulamentação do imposto de transporte e o melhoramento da previsão das safras (1). Além disso, organiza o sistema de armazéns gerais equiparados aos "reguladores", facilitando-se ao lavrador a obtenção de "Warrants" sobre os cafês a serem armazenados (2).

Em outubro de 1927, apesar do Instituto não ter mais contraído empréstimos externos, organiza uma nova forma de financiamento sobre os conhecimentos de café, obtendo para o BANESPA uma linha de crédito anual de 5 milhões de libras esterlinas do banco londrino Lazard Brothers. Esse crédito seria depositado nos bancos que estivessem concedendo empréstimos à lavoura cafeeira (3). Com essa linha de crédito o Instituto, através do BANESPA, fornecia um adiantamento ao fazendeiro à base de 60\$000 por saca de café, calculado nas estimativas de custo de produção apresentada em 1926.

CUSTO DE PRODUÇÃO DO CAFÉ EM SÃO PAULO - 1926
(por saca de 60 kg)

Zona Antiga	80 mil réis
Zona Intermediária	54 mil réis
Zona Nova	48 mil réis

Fonte: Aureliano, L., op.cit., p. 78.

(1) PELAEZ, C.M., op.cit., p. 77.

(2) TAUNAY, A.E., op.cit., v.13, p. 123.

(3) PELAEZ, C.M., op.cit., p. 78.

Entretanto, em 1932, o próprio Instituto reviu os cálculos e chegou a novas cifras.

CUSTO DE PRODUÇÃO DO CAFÉ EM SÃO PAULO - 1926
(por saca de 60 kg)

Zona Antiga	34 mil réis
Zona Intermediária	26 mil réis
Zona Nova,	17 mil réis

Fonte: Aureliano, L., op.cit., p. 78.

Portanto, se está diante de uma situação de crédito abundante, ampliando a capacidade de acumulação do setor. O valor adiantado permitia cobrir os custos e ampliar a área cultivada. Se o preço mínimo era regulado pela área velha, proporcionava um vultoso lucro para a área nova. Se esses preços permitem a sobrevivência das zonas velhas, responsáveis por cerca de 60% da mercadoria exportada pelo porto de Santos, imagine-se o lucro das novas. Para Boris Fausto é razoável supor que a política de preços vinculada a defesa tenha sustado a tendência ao abandono das zonas mais antigas do velho oeste paulista (1). "Assim, o adiantamento significava quase o dobro do custo da produção da zona antiga, e quase três vezes o da zona nova já computados juros sobre o capital investido e depreciação"(2).

Em dezembro de 1927, o BANESPA é remodelado com a criação da Carteira Emissora de Letras Hipotecárias, com a faculdade de emissão de letras-ouro sobre hipotecas de bens rurais e imóveis urbanos, ampliando consideravelmente suas possibilidades de captação. Dessa forma, com a mesma quantidade de recursos, o BANESPA podia financiar em dobro, pois na primeira vez emprestava sob hipoteca, e na segunda vez financiava com o dinheiro captado pela letra-ouro lançada sob a hipoteca. Títulos estes que contavam com a garantia do Governo Estadual, segundo a lei nº 2252 de 28/12/1927 (3).

(1) FAUSTO, B., op.cit., p. 241.

(2) AURELIANO, L., op.cit., p.78.

(3) TAUNAY, A.E., op.cit., v.13, p. 123.

Portanto essa carteira emissora aumenta o volume de crédito e o papel-moeda em circulação, o que dá um novo impulso ao sistema bancário paulista, cujo desenvolvimento ainda está vinculado às políticas de incentivo a produção do café, tornando-se sob esse aspecto aliado da cafeicultura, mesmo que parte desse aumento do fluxo financeiro seja canalizado para o comércio e a indústria em expansão.

Essas medidas haviam feito com que o café, vendido em Santos em julho de 1927 a 23\$700 por dez quilos, passasse a 27\$000 no final do ano, e em Nova York subisse de 16³/₄ centavos a libra para 24 centavos. E, ainda, no interior do Estado, o preço da saca naquela data se elevara de 80\$000 para 160\$000 (1).

Em fevereiro de 1928, o Instituto do Café foi novamente reestruturado. Pelo decreto nº 4379 suprimiu-se sua seção financeira e as transações financeiras foram transferidas para o BANESPA. A nova organização do BANESPA demonstrava que este, com muito maior eficiência, poderia desempenhar o papel antes destinado àquela seção.

O presidente do Instituto Rolim Telles afirmava que o financiamento da lavoura pelo BANESPA em 1928 foi da seguinte ordem: 122:753:000\$000 sobre hipotecas; 35:592:000\$000 sobre penhores para custeio e 240:850:000\$000 sobre conhecimentos de café, ou seja, ao todo 399:215 contos (2). O BANESPA atuava assim com linhas de crédito diferenciadas.

Portanto, cabe concluir que o Instituto Paulista do Café e o BANESPA atuaram no sentido de ampliar o crédito através dos empréstimos externos dos mecanismos de redesconto (que multiplica o crédito nacional) dos descontos dos conhecimentos de café, da

(1) TAUNAY, A.E., op.cit., v.13, p. 123.

(2) Idem, ibidem, p. 231.

emissão de letras hipotecárias, da dilatação dos prazos dos financiamentos, da diminuição das taxas de juros e da eliminação das exigências de hipotecas para os empréstimos.

A argumentação muitas vezes utilizadas pelos políticos de que os pequenos produtores nada receberam desses benefícios, não significa que não houve essa ampliação do crédito, que resultou no aumento da capacidade produtiva. Essa situação é normal até no capitalismo atual, pois quando o governo abre uma linha de crédito, em geral quem se beneficia são os grandes proprietários. De qualquer forma essa é uma questão a ser pesquisada para além dos discursos políticos.

Apesar das ressalvas do Partido Democrático à nova estrutura do Instituto do Café, na verdade a sua crítica maior foi ao aumento do poder do PRP junto a este organismo, pois até 1930 o PD nunca expressou uma posição contrastante com a política econômica que vinha sendo adotada. Nas várias comissões técnicas, o partido se batia pela estabilidade do câmbio e pela ampliação do crédito. Nessa medida as propostas do PD não se distanciavam da política creditícia adotada pelo Instituto e nem da política monetária financeira de Washington Luís, se utilizando assim dos projetos do comissariado santista para criticar o PRP e não para propor uma nova operacionalização do comércio cafeeiro. Quanto à reivindicação de uma taxa cambial estável, esta foi atendida pelo governo Washington Luís, que em dezembro de 1926 cria a Caixa de Estabilização, à semelhança da Caixa de Conversão, afirmando que: "entre nós, como o café é quase tudo, pode-se afirmar que, se a estabilização é indispensável ao café, o café é por sua vez, indispensável para a estabilização". Dessa forma, o temor do PD e dos fazendeiros de café quanto à uma possível valorização cambial devido aos empréstimos contraídos pelo Instituto, foi eliminado. Ficava assim garantida a sua remuneração em moeda nacional, uma vez que a taxa estipulada

lhes era bastante favorável: foi fixada em 6 dinheiros em mil réis, enquanto a da Caixa de Conversão havia sido a 15 e depois 16 dinheiros por mil réis. Portanto, a depreciação cambial de 1927 elevou os preços internos do produto. "Assim a defesa permanente se apresentava como um mecanismo de garantia da renda dos fazendeiros, sob a proteção do Estado, tratando de vincular-se ao capital financeiro internacional apenas para obter financiamento" (1).

Por que essa engrenagem sócio-econômica, paulatinamente construída ao longo da Primeira República, encontra seus limites a partir de 1929?

Alguns autores (como Liana, Sonia Draibe, Boris Fausto) identificam a década de 20 como os anos que revelam contraditoriamente a força e a fraqueza da burguesia cafeeira paulista: força porque impôs as condições da defesa permanente e fraqueza porque o Governo Federal não a encampou enquanto uma política verdadeiramente nacional, permitindo sua passagem para a esfera estadual. Assim a burguesia do café assumia a defesa de seus interesses assentada apenas em sua base regional, apesar de Boris Fausto reconhecer que cabia ao Governo Federal, através das políticas cambiais, tarifárias e monetárias, manter a renda dos cafeicultores em moeda nacional.

O trabalho de Flavio Saes aqui apresentado, deixou claro como a passagem da defesa permanente para o plano regional foi uma reivindicação dos próprios fazendeiros de café, principalmente os paulistas que com essa medida se beneficiam na disputa entre as distintas frações agrárias estaduais da burguesia cafeeira, especialmente entre a paulista e a mineira.

Os fazendeiros mineiros, com menor produção e sem condições para realizar uma retenção a longo prazo - por não possuírem

(1) FAUSTO, B., op.cit., p. 242.

armazéns reguladores, não controlarem as estradas de ferro para estocar mercadorias nas estações, nem disporem de um sistema bancário como o de São Paulo - pretendiam escoar suas safras dentro do ano agrícola comercial cafeeiro. Entretanto o interesse paulista era de imprimir a toda safra nacional um ritmo de escoamento mais lento determinado exclusivamente por seu volume de produção. Ora, em 1925 a quota de São Paulo no porto de Santos era de 91% do café embarcado, em 1929 era de 93%, e no porto do Rio de Janeiro avança de 5% para 8% no mesmo período (1). Essa disputa, portanto, levará à ruptura entre a burguesia cafeeira mineira e a paulista, no final da década de 20.

A defesa permanente ultrapassou as expectativas e projetou a produção de café para um patamar elevado por anos a fio, a ponto de eliminar os anos de safras magras que antigamente sucediam aos períodos de superprodução. Assim, "a safra de 1927/28 produziu 26,1 milhões de sacas, duas vezes superior a média dos últimos três anos. A safra de 1928/29 foi de 10,4 milhões e a de 1929/31 foi de 30 milhões de sacas" (2). Assim no princípio do esquema São Paulo tinha estoques de 4.952 mil sacas. A reserva ficou reduzida a 1.786 mil sacas em meados de 1925, mas atingiu um total de 3.312 mil sacas em 1927, Em 1929 os estoques montavam a 20 milhões de sacas, nível acima de uma safra normal (3). Portanto, sob o estímulo da defesa permanente o número de cafeeiros sobe em São Paulo e nos demais estados, possibilitando durante toda a década de 1930, uma produção média anual superior a 20 milhões de sacas (4), com um consumo mundial muito aquém dessa produção.

Portanto, fica claro que as margens de lucratividade dos fazendeiros foram bem altas, pois se traduziu na ampliação contínua do plantio dos cafezais até 1929, período em que o Instituto

(1) AURELIANO, L., op.cit., p. 78 e 79.

(2) FAUSTO, B., op.cit., p. 243.

(3) PELAEZ, C.M., op.cit., p. 73.

(4) Idem, p. 77.

to teve fundos (através do BANESPA e de empréstimos externos) para financiar a compra do café aos produtores. Entretanto a manutenção desse esquema, de reter os estoques para manter o preço, implicava na possibilidade do Instituto dispor cada vez mais de somas astronômicas para o financiamento dos fazendeiros.

Essa situação vai gerar um conflito entre o Instituto do Café e o Presidente da República Washington Luís que nesse momento passava a defender a ampliação das exportações e uma política deflacionista. Nesse sentido, o Banco do Brasil nega ao presidente do Instituto Rolim Telles o redesconto de 100.000 contos para o BANESPA acudir os produtores, considerando que nesse momento era impossível a obtenção de empréstimos externos devido à crise da bolsa de Nova York. Assim, em outubro de 1929 Rolim Telles demite-se da presidência do Instituto, deixando-o entregue a orientação governamental, que era de não manter os preços do café.

Portanto, só quando as dificuldades da economia cafeeira se concretizam em 1929 é que a oposição paulista vai utilizar politicamente essa situação para atacar com firmeza a defesa permanente controlada pelo PRP (1). Nesse momento os discursos parlamentares oposicionistas revelam que estaria havendo um rompimento entre a lavoura cafeeira e o Instituto Paulista do Café.

Em 20 de junho de 1929 o deputado paulista pelo PD Paulo de Moraes Barros, dizendo-se porta-voz dos clamores da classe agrícola de São Paulo e Minas Gerais, abriu na Câmara dos Deputados uma série de ataques à política cafeeira oficial. Criticou a retenção excessiva que conduzia ao gradativo avanço dos concorrentes do Brasil no mercado mundial. Após censurar a paradoxal política de "exportar menos, vender mais caro e viver de empréstimos", defendeu a aceleração das vendas, enquanto isto era possível a pre

(1) BORGES, V. P., op.cit., p. 49.

gos razoáveis (1). Convinha vender agora com prejuízo para não vender depois com perda ainda maior. Convinha vender barato salvando-se 3/4 partes da grande lavoura, para não vender depois ainda por menos, salvando apenas as fazendas novas (2).

Porém, os fazendeiros discordavam dessa proposta do PD de vender o café mais barato e, no Congresso realizado pelas associações agrícolas em dezembro de 1929, defendem a manutenção dos preços e uma maior participação na direção do Instituto do Café. Novamente os fazendeiros procuram garantir sua lucratividade, pe los velhos métodos de intervenção. Só que desta vez, após tantos anos de incentivos e protecionismo, a produção de café chegou a patamares elevadíssimos, atingindo os limites de sua expansão. Independentemente da crise de 1929, que só veio agravar esse quadro, a produção anual brasileira de café representava praticamente o dobro da capacidade de consumo do mercado internacional. Com ou sem crise mundial, o café entraria em zona de turbulência. Tanto isso é verdade que a superprodução se prolongara ao longo dos anos 30. Daí para frente o capital não mais encontrara na produção cafeeira as condições de sua reprodução ampliada.

Entretanto, a extensão da superprodução cafeeira é a prova mais eloquente do poder desfrutado pelos fazendeiros de café, ao longo de tanto tempo. Senão como se teria permitido que se produzisse tanto e tão distanciado da capacidade de absorção do mercado?

A firme intervenção do Estado Brasileiro, ora a nível estadual ora federal, de acordo com um projeto arquitetado pelos políticos que representavam os fazendeiros de café, mudou, a partir do início do século, as regras do jogo de mercado cafeeiro, per

(1) FAUSTO, B., op.cit., p. 244.

(2) TAUNAY, A.E., op.cit., p. v.13, p. 348/349

mitindo que os lucros fossem repartidos mais equitativamente entre produtores e comerciantes. Além disso os fazendeiros de café foram particularmente beneficiados pelas políticas monetária e cambial praticadas por boa parte dos governos da Primeira República.

Em síntese, pode-se observar que a política de defesa permanente representou coroamento de uma longa trajetória iniciada com o Convênio de Taubaté em 1906, e repetida nas outras duas valorizações, que marca a participação direta do Estado nos negócios cafeeiros, tornando o Brasil um interlocutor a altura dos oligopsônios internacionais de comercialização. Antes disso o mercado mundial de café estava a merce dos banqueiros e comerciantes estrangeiros, com forte presença no Brasil através dos bancos e casas de exportação.

Isso não significa que os fazendeiros defendessem um projeto de desenvolvimento nacional para a sociedade brasileira pois nunca superaram sua base regionalista e sempre estiveram atados ao mercado externo. Além disso as políticas de valorização não chegaram a eliminar a condição de subordinação a que estava submetido o país ao capital internacional. Suas várias formas de operacionalização não prescindiram dos empréstimos externos. Entretanto, essas políticas constituíram um marco para uma nova forma de relacionamento do Brasil com os países capitalistas dominantes. Não foi a toa que a economia cafeeira lançou as bases para o advento da acumulação capitalista em escala ampliada no país.

BIBLIOGRAFIA

- 1 - AURELIANO, Liana Maria - No Limiar da Industrialização. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- 2 - BOITO JUNIOR, Armando - O Golpe de 1954: a burguesia contra o populismo. São Paulo, Brasiliense, Coleção Tudo é História nº 55, 1982.
- 3 - BORGES, Vavy Pacheco - Getúlio Vargas e a Oligarquia Paulista. São Paulo, Brasiliense, 1979.
- 4 - CARDOSO, Fernando Henrique - "Condições Sociais da Industrialização: O Caso de São Paulo", Revista Brasiliense, nº 20, 1960.
- 5 - CARONE, Edgard - A República Velha (Evolução Política). São Paulo, Difel, 1971.
——— - A República Velha (Instituições e Classes Sociais). São Paulo, Difel, 1972.
- 6 - COSTA, Emília Viotti da - "Introdução ao Estudo da Emancipação Política", em Brasil em Perspectiva. São Paulo, Difel, 1973.
- 7 - DELFIM NETTO, Antonio - O Problema do Café no Brasil. São Paulo, Boletim nº 5 da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP, 2a. impressão. São Paulo, 1966.
- 8 - Departamento Nacional do Café (org.) - O Café no Segundo Centenário de sua introdução no Brasil. Rio de Janeiro, 1934, 2 vol.
- 9 - Documentos Parlamentares - Política Econômica, Valorização do Café (1895-1906) e (1908-1915). Rio de Janeiro, Ed. Jornal do Comércio, 2 vol, 1915.
- 10 - DRAIBE, Sonia M. - Notas preliminares sobre o Estado Oligárquico, s.d., mimeo.

- 11 - FAUSTO, Boris - Pequenos Ensaio de História da República: 1889-1945. São Paulo, Cadernos Cebrap nº 10, Ed. Cebrap, 1972.
- - A Revolução de 1930. São Paulo, Brasiliense, 1972, p. 10 e 11.
- - "A Expansão do Café e Política Cafeeira" em Brasil Republicano I (Estrutura de Poder e Economia, 1889-1930). São Paulo, Difel, 1975.
- 12 - FONT, Maurício - Planters and the State. The pursuit of Hegemony in São Paulo, Brasil (1889-1930). Tese de Doutorado. Universidade de Michigan, 1983.
- - "Padrões de ação coletiva dos plantadores paulistas de café: 1932-1933", em Economia e Movimentos Sociais na América Latina, SORJ, Bernardo, CARDO SO, F. Henrique, FONT, Maurício (org.). São Paulo, Brasiliense, 1985.
- 13 - FRANCO, Afonso Arinos de Melo - Rodrigues Alves. Rio de Janeiro, Editora da Universidade de São Paulo, 1973.
- 14 - FISLOW, A., - "Origens e Consequências da Substituição de Importações no Brasil, em Estudos Econômicos nº 6, dezembro, 1962.
- 15 - FRITSCH, Winston - "Sobre as interpretações Tradicionais da Lógica da Política Econômica na Primeira República", em Estudos Econômicos, volume 15, nº 2, Instituto de Pesquisas Econômicas - USP. São Paulo, 1985.
- 16 - GORENDER, Jacob - A Burguesia Brasileira. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- 17 - GRAHAN, D. - "Migração Estrangeira e Questão da Oferta de Mão de Obra no Crescimento Econômico Brasileiro", Estudos Econômicos, vol. 3, nº 1, 1973.
- 18 - GRAHAN, Richard - Grã-Bretanha e o Início da Modernização no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1973
- 19 - GRANZIERA, Rui Guilherme - A Guerra do Paraguai e o Capitalismo no Brasil. São Paulo, Hucitec, 1979.
- 20 - GUARNIERI, Laura Correa - Alguns Aspectos Sócio-Econômicos do Planejamento na Cafeicultura, Dissertação de Mestrado em Economia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP. Campinas, 1979.

- 21 - HALL, Michael - The Origins of Mass Immigration in Brazil (1871-1914), University Microfilm, 1972.
- 22 - HOLLOWAY, Thomas H. - Vida e Morte do Convênio de Taubaté: A Primeira Valorização do Café. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- 23 - LOPES, Betralda - "Comércio de Café através do Porto de Santos (1870-1974)" em O Café - Anais do II Congresso de História de São Paulo.
- 24 - MELLO, J. M. Cardoso de - O Capitalismo Tardio. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- 25 - LOVE, Joseph - A Locomotiva. São Paulo na Federação Brasileira 1889-1937. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- 26 - PELAEZ, Carlos Manuel - "As consequências econômicas da ortodoxia monetária, cambial e fiscal no Brasil entre 1889 e 1945", em Revista Brasileira de Economia, vol. 25, nº 3, jul/set, Fundação Getúlio Vargas, 1971.
- - "Análise econômica do programa brasileiro de sustentação do café - 1906-1945: teoria, política e medição", em Revista Brasileira de Economia, vol. 25, nº 4, out/dez, Fundação Getúlio Vargas, 1971.
- 27 - PEROSA, Roberto - "Comércio e Financiamento na Lavoura de Café de São Paulo no Início do Século", em Revista de Administração de Empresas. São Paulo, nº 1, janeiro/março, 1980.
- 28 - PETRONE, Maria Thereza Schorer - A Lavoura Canavieira em São Paulo. São Paulo, Difel, 1968.
- 29 - PRADO, Ligia Coelho - A Democracia Ilustrata. São Paulo - 1926 a 1934, Tese de Doutorado em História, FFLCH-USP. São Paulo, 1982.
- 30 - RAMOS, Augusto - O Café no Brasil e no Estrangeiro. Rio de Janeiro, Pap. Santa Helena, 1923.
- 31 - RAMOS, F. Ferreira - La Question de la Valorization du Café au Brésil. Anrers, 1907.
- 32 - RÊGO, Valquíria D. - Estado e Revolução Burguesa no Brasil (um ensaio sobre a questão da hegemonia durante a Primeira República). Dissertação de Mestrado em Ciência Política, FFLCH-USP. São Paulo, 1981.

- 33 - REIS, Elisa Pereira - "Interesses agro-exportadores e construção do Estado: Brasil de 1890 a 1930", em Economia e Movimentos Sociais na América Latina, SORJ, Bernardo, CARDOSO, F. Henrique, FONT, Maurício (org.). São Paulo, Brasiliense, 1985.
- 34 - ROCHA, Francis - Conflito Social e Dominação: um estudo sobre as leis de regulação das relações de trabalho na empresa agrícola. 1897 a 1930, Dissertação de Mestrado em História, PUS-SP. São Paulo, 1982.
- 35 - SANTOS, Paulo da Silveira e
CHINONE, Rosalina - "Café e Transportes no século XIX", em O Café - Anais do II Congresso de História de São Paulo.
- 36 - SAES, Décio A. M. - Coronelismo e Estado Burguês: Elementos para uma reinterpretação, s.d., mimeo.
- 37 - SAES, Flavio A. M. - A Grande Empresa de Serviços Públicos na Economia Cafeeira (um estudo sobre o desenvolvimento do grande capital em São Paulo) 1850-1930, Tese de Doutorado em Sociologia, FFLCH-USP. São Paulo, 1979.
- 38 - SILVA, Sérgio - Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil. São Paulo, Ed. Alfa Onega, 1976.
- 39 - SIMONSEN, Roberto - "Aspectos da História Econômica do Café" em Evolução Industrial do Brasil e Outros Estudos. São Paulo, Editora Nacional, 1973.
- 40 - SOUZA, Maria do Carmo Campello de - "O Processo Político Partidário na Primeira República", em Brasil em Perspectiva, São Paulo, Difel, 1969.
- 41 - STEIN, Stanley - Grandeza e Decadência do Café. São Paulo, Brasiliense, 1961.
- 42 - TANNURI, Luiz Antonio - O Encilhamento. São Paulo, Hucitec, Funcamp, 1981.
- 43 - TAUNAY, Affonso d'Escragnoille - História do Café no Brasil. Rio de Janeiro, Departamento Nacional do Café, 1939, 12 volumes.
- 44 - TELLES, Mario Rolim - A Defesa do Café e a Crise Econômica de 1929. São Paulo, 1931.
- - Discursos do sr.dr. Mario Rolim Telles na cerimônia da sua posse na Secretaria da Fazenda.